



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

NÁGELA RAPÔSO ALVES

CUCA- UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE JOVENS
EM FORTALEZA

FORTALEZA – CEARÁ
2013

NÁGELA RAPÔSO ALVES

CUCA- EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE JOVENS EM
FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

FORTALEZA – CEARÁ

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Alves, Nágela Rapôso.

CUCA- experiência de política pública municipal de jovens em Fortaleza [recurso eletrônico] / Nágela Rapôso Alves. - 2013.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 128 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2013.

Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho.

1. Políticas públicas. 2. Juventude. 3. Centro Urbano de Cultura e Arte. I. Título.

NÁGELA RAPÔSO ALVES

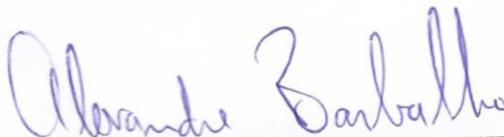
CUCA- UMA EXPERIÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL DE JOVENS
EM FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

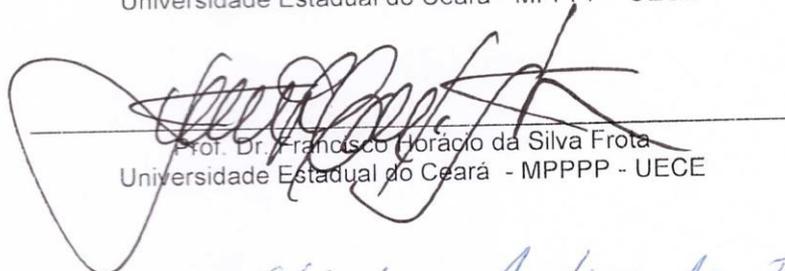
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 01/11/2013.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Almeida Barbalho
Universidade Estadual do Ceará - MPPPP - UECE



Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - MPPPP - UECE



Profª. Drª. Isaurora Cláudia Martins de Freitas
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

A meus pais, Francisco Nilo Alves e Maria de Jesus Rapôso Alves, dedico este trabalho, por desde cedo me ensinarem, que só no exercício da Política é que atingimos a liberdade.

AGRADECIMENTOS

A meu amor, Alfredo Pessoa, pelos conselhos, pelo estímulo, pela presença, por assumir solidariamente as funções familiares, enfim pelo eterno companheirismo, dedicação e cuidado.

A meu filho, Artur Pessoa, por me proporcionar felicidade diariamente e pela compreensão em ter me liberado, segundo ele, o melhor computador da família.

A minha amiga Veruska Faria, pela solidariedade e apoio desde a elaboração do pré-projeto, passando pela compilação de todas as entrevistas até o dia da última letra digitada.

A minha amiga Lucia Bertine, por ter me levado pela mão para fazer a inscrição do mestrado e por todas as caronas após as aulas.

Aos meus “anjos do curso”, Tereza e Gigio por me mostrarem que só seria possível atingir a conclusão depois de me permitir iniciar.

A nossa líder Salete, que nos guiou durante todo o percurso do curso.

Aos meus amigos de sala, a galera do “pontogov”, Lalá, Adla, André e Mariana, pelos momentos de reflexão, de estudo, de sorrisos e de desabafo quando nos deparávamos com algumas “verdades” ditas em sala que nós sabíamos estarem bem longe da vida real.

Aos camaradas, deputado Antônio Carlos e meu presidente Raimundo Ângelo, por terem permitido dedicar-me plenamente ao término deste trabalho.

Ao meu orientador prof. Alexandre Barbalho e os membros da banca prof.^a Isaurora Freitas e prof. Horácio Frota pelas contribuições apresentadas.

Aos profissionais do CUCA, em especial a Angélique, pelo acolhimento e dedicação.

A ex-prefeita Luizianne Lins pela colaboração e disponibilidade.

Aos jovens, do CUCA e em geral, por alimentarem em mim a esperança de que um “novo mundo é possível”.

“Não desças os degraus do sonho
Para não despertar os monstros.
Não subas aos sótãos – onde
Os deuses, por trás das suas máscaras,
Ocultam o próprio enigma.
Não desças, não subas, fica.
O mistério está é na tua vida!
E é um sonho louco este nosso mundo...”

(Mario Quintana).

RESUMO

Objetiva analisar as ações voltadas para o segmento juventude realizadas pela Prefeitura do Município de Fortaleza (PMF), no Estado do Ceará através de seu equipamento denominado Centro Urbano de Cultura e Arte (CUCA) durante o período de 2009 a 2012. Muitas avaliações sobre políticas públicas de juventudes vêm sendo realizadas na última década no Brasil. É sabido que esta é uma temática desenvolvida recentemente na esfera federal que desencadeou no âmbito dos municípios, ainda que incipiente, o início do processo. O trabalho que visou contribuir com futuras ações executadas em esferas estatais destinadas a este segmento, teve natureza qualitativa. Contou com uma etapa de levantamento bibliográfico e outra de estudo de campo na qual foram realizadas vinte entrevistas semiestruturadas com profissionais e jovens do equipamento. Dentre os resultados da pesquisa se destacam a abrangência geográfica do equipamento, cujo enraizamento já atinge a totalidade de seu entorno territorial, composto por quinze bairros, a potencialidade de geração de renda e trabalho a partir da formação adquirida no seu interior, a necessidade de se fortalecer a articulação entre as diversas áreas sociais relacionadas a realidade dos jovens, fragilidade nas ações para atrair jovens de classes sociais mais baixas apesar da demonstração de ter sido possível construir um espaço de socialização de jovens em uma área reconhecidamente pobre da cidade.

Palavras-chave: Políticas públicas. Juventude. Centro Urbano de Cultura e Arte.

ABSTRACT

Aims to analyze the actions aimed at the segment of youth conducted by the City Municipality of Fortaleza, in Ceará through your equipment called Urban Center for Culture and Art (CUCA) during the period 2009-2012. Many assessments of public policies for youth have been conducted in the last decade in Brazil. It is known that this is a theme recently developed at the federal level that triggered at the municipal level, albeit incipient, beginning the process. The work aimed to contribute to future actions performed on state sectors aimed at this segment, had a qualitative nature. Featured a stage of literature and another field study in which twenty semi-structured interviews were conducted with young professionals and equipment. Among the results of the research will highlight the geographical scope of the equipment, which now reaches all rooting your surroundings territorial, composed of fifteen districts, the potential for income generation and job training acquired from the inside, the need to strengthen the links between the different areas related to social reality of youth, fragility in actions to attract young people from lower social classes despite the demonstration have been possible to build a space of socialization of young people in an area known maligned city.

Keywords: Public policy. Young people. Urban Center for Culture and Art.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Plano Plurianual 2010-2013: Programas para a Juventude (Valores Orçados).....	57
Gráfico 1 – Projovem Fortaleza – meta e enturmação inicial (2005-2011).....	61
Gráfico 2 – CredJovem, segundo sexo, Fortaleza (2005-2010).....	63
Figura 1 – Mapa da Regional I de Fortaleza.....	71
Figura 2 – Imagens do projeto arquitetônico vencedor do CUCA Che Guevara.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área, população, densidade demográfica e domicílios, por região administrativa – Fortaleza-CE, 2010.....	47
Tabela 2 – Bairros de Fortaleza com maior população jovem (2010).....	50
Tabela 3 – Distribuição de jovens estudantes de acordo com curso frequentado segundo grupos etários (2010) – percentual (%), Fortaleza-CE.....	51
Tabela 4 – Alocação de tempo dos jovens entre estudo e trabalho, segundo grupos etários (2010) – percentual (%), Fortaleza-CE.....	52
Tabela 5 – Distribuição dos Jovens de acordo com faixas de salários (2010) percentual (%), Fortaleza-CE.....	54
Tabela 6 – Distribuição dos cadastros do CUCA Che Guevara (2009).....	100
Tabela 7 – Distribuição dos cadastros no CUCA Che Guevara (2010).....	100
Tabela 8 – Distribuição dos cadastros do CUCA Che Guevara (2011).....	101
Tabela 9 – Distribuição dos cadastros do CUCA Che Guevara (2012).....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CADÚNICO	Cadastro Único
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEJUVENT	Comissão Especial da Juventude
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREDJOVEM	Programa de Créditos para Jovens
CRJ	Centros Recreativos de Juventude
CUCA	Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciências e Esportes
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDISCA	Escola de Dança e Integração Social para Criança e Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNCI	Fundação da Criança e da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IMPARH	Instituto Municipal de Pesquisa, Administração e Recursos Humanos
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
IR	Imposto de Renda
ISS	Imposto sobre Serviços
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MINC	Ministério da Cultura
ONG	Organização Não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OS	Organização Social
PEA	População Economicamente Ativa
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIPPJ	Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PopFor	Programa Cursinho Popular
PROINFOR	Programa de Informática de Fortaleza
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROTEJO	Projeto de Proteção dos Jovens em Territórios Vulneráveis
PROUNE	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
RMF	Região Metropolitana e Fortaleza
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SECEL	Secretaria de Esporte e Lazer
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SER I	Secretaria Regional I
SER	Secretaria Executiva Regional
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TH	Taxa de Homicídio
TI	Tecnologia da Informação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1	OBJETO DO ESTUDO E SUAS HIPÓTESES.....	17
2.2	REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.3	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO.....	19
2.4	TÉCNICAS DA PESQUISA E DEFINIÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	20
3	JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL – PASSEIO PELA HISTÓRIA... 22	
3.1	O BRASIL E OS JOVENS – ENTRE A CARIDADE, A FILANTROPIA E O ASSISTEN- CIALISMO.....	23
3.2	NEOLIBERALISMO E A LUTA POR DIREITOS – GOVERNO FHC.....	28
	JOVENS COMO SUJEITO DE DIREITOS – GOVERNO LULA.....	34
4	JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM FORTALEZA – UM ANDAR PELA CIDADE.....	44
4.1	A CIDADE DE FORTALEZA.....	44
4.2	A CIDADE E OS JOVENS.....	50
4.3	A PREFEITURA E OS JOVENS.....	55
5	CUCA CHE GUEVARA.....	68
5.1	O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS IDEALIZADORES – EX-PREFEITA DE FORTALE- ZA: LUIZIANNE LINS.....	69
5.2	O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS IDEALIZADORES – EX-SECRETÁRIO DE JUVEN- TUDE DE FORTALEZA – AFONSO SOUSA.....	79
6	O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS GESTORES E EDUCADORES.....	87
7	OS JOVENS DO CUCA.....	98
7.1	O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS JOVENS FREQUENTADORES.....	102
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	118
	APÊNDICES.....	123
	APÊNDICE A – Instrumental de identificação de entrevista.....	124
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista de idealizadores.....	125
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista dos jovens.....	126
	APÊNDICE D – Roteiro de entrevista de educadores e gestores.....	127
	APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	128

1 INTRODUÇÃO

Passsei oito anos dedicada ao trabalho como assessora institucional da Prefeitura de Fortaleza, mais especificamente os anos de 2005 a 2012. Estando à frente desta função, deparei com problemas próprios de uma metrópole ocupada por 2.452.185 habitantes distribuídos em 117 bairros. Fortaleza é a 5ª cidade mais populosa do País, com densidade demográfica de 7.317,55 habitantes por km² superando, assim, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

A economia da capital do Ceará é baseada em comércio e serviços possuindo concentração de renda das mais elevadas do Brasil, que lhe confere elevados indicadores de exclusão social e pobreza, sendo, pois, um território fértil para a proliferação de mazelas sociais. Inicialmente, encarei esta atribuição como uma dádiva, pois teria a oportunidade vivida por poucos de ter o poder para agir sobre diversos problemas. Rapidamente, porém, o presente passou a ser identificado como um “Cavalo de Tróia¹” os nós burocráticos somados aos mais diversos agentes que compõem a estrutura político-administrativa de uma gestão pública causam um emaranhado de obstáculos que necessita de muita sabedoria e até de paciência para superá-los. A frase que encontrei para melhor resumir este sentimento é: NÃO basta ter vontade política.

Ante um panorama economicamente frágil e uma população bastante carente, encontrava-se o segmento dos jovens. Em Fortaleza, assim como no resto do País, este é um grupo social que vem crescendo sensivelmente, em particular, pela sua realidade demográfica. Consoante o Censo Demográfico de 2010 existe uma população de 718.613 pessoas no grupo etário de 15 a 29 anos de idade residindo em Fortaleza, fato que é representativo de 29,3% da população da capital do Estado.

Como sou egressa do movimento estudantil, lapidada nos movimentos de massa que ilustravam o cenário nacional da década de 1980, era impossível ficar alheia a esta população. Paralelamente a esta atribuição, concorri à seleção para o Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará. Na seleção era exigido um projeto de dissertação com a escolha de um objeto de estudo que deveria ser desenvolvido e analisado como produto final do curso. Estava dada a minha deixa, porquanto

¹ O **Cavalo de Troia** foi um grande cavalo de madeira usado pelos gregos durante a Guerra de Troia, como um stratagema decisivo para a conquista da cidade fortificada de Troia. Tomado pelos troianos como um símbolo de sua vitória, foi carregado para dentro das muralhas, sem saberem que em seu interior se ocultava o inimigo. À noite, guerreiros saem do cavalo, dominam as sentinelas e possibilitam a entrada do exército grego, levando a cidade à ruína é popularmente conhecido como “presente de grego” (CAVALO de Troia, 2015).

nada melhor do que casar a teoria a ser adquirida no curso e ter a possibilidade de executá-la, em razão do *status* que ocupava no Poder Público municipal.

Escolhi a análise das ações voltadas para o segmento juventude realizadas pela Prefeitura de Fortaleza no equipamento Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciências e Esporte (CUCA), durante os anos de 2009 a 2012, período em que a cidade era administrada pela prefeita Luizianne Lins, como tema da minha dissertação e é sobre ele que discorrerei nos capítulos a seguir.

São múltiplos os paradigmas utilizados na abordagem da temática juventude. Pincei a linha teórica que trata os jovens como pertencentes a um segmento plural, com diferenças ou semelhanças adquiridas com base no seu contexto social de classe, gênero, etnia, opção sexual e outras constituídas socialmente, e possuidores de direitos, não devendo, desta forma, serem vistos como seres passando simplesmente por uma transição biológica.

Acredito que políticas públicas são importantes na concretização de direitos sociais, de sorte de, analisá-las com o objetivo de contribuir na superação de obstáculos e no avanço desta linha de pensamento é um fator que entendo como fundamental para seu sucesso. Muitas análises sobre política pública de juventude foram realizadas na última década no Brasil. A inclusão desta temática, recentemente, na esfera federal contribuiu para que se desencadeasse no âmbito dos municípios, ainda que incipiente, o início da execução destas políticas públicas.

Em Fortaleza, há muitas produções sobre juventude, de uma forma geral, mas, especificamente sobre ações institucionais públicas voltadas a esta população, a produção ainda é limitada, tendo como principal motivo exatamente o fato de a categoria social juventude ainda estar paulatinamente sob legitimação nos âmbitos acadêmicos e governamentais. É neste sentido que, creio, poderei contribuir mediante este trabalho com as futuras produções nesta área.

Com suporte no recorte teórico citado anteriormente, resumi minha busca ao esclarecimento da seguinte pergunta: existe uma política municipal de juventude em Fortaleza? Com base nesta desenvolvi interrogações específicas:

- a) o Programa Integrado de Política Pública de Juventude (PIPPJ), apresentado pela Prefeitura de Fortaleza em seu Plano Plurianual de 2010-2013, conseguiu atingir por meio do CUCA, o público jovem morador dos 15 bairros que compõem a Secretaria Regional I (SER I)?
- b) as ações executadas pelo CUCA causaram alguma mudança na vida dos seus jovens beneficiados?

- c) o CUCA, na visão de seus idealizadores, é um projeto exitoso?
- d) o CUCA, sob a ótica dos educadores e gestores, é um projeto exitoso?

Na transformação dessas perguntas em caminhos a serem percorridos, desenvolvi o roteiro de minha viagem, buscando suas respostas como produto final. Dividi meu relato em oito partes.

Na segunda, após a introdução, faço uma descrição dos caminhos metodológicos escolhidos acerca de quais foram ferramentas utilizadas no desenvolvimento do estudo. Na terceira parte, expresso um resumo histórico sobre a elaboração e implementação de políticas públicas de juventude no Brasil. Na quarta, trago a caracterização dos jovens em Fortaleza e um resumo das ações voltadas para este segmento, realizadas pelo município entre 2009 e 2012. Finalizo com quatro capítulos seguintes, inclusive as considerações finais, onde descrevo o equipamento CUCA, relatando seus produtos e objetivos, caracterizando os agentes que me serviram de informantes mediante o uso de entrevistas, aduzo, ainda, uma análise sobre o conteúdo obtido. Reservo, nas considerações finais, a mostra resumida sobre o produto final da análise, ora procedida.

Infelizmente não concluí o trabalho exercendo a função inicialmente descrita, ou felizmente, talvez este fato tenha contribuído para expressar o estranhamento necessário à realização da pesquisa, formato tão insistentemente lembrado pelos meus professores no decorrer do curso. Espero, porém, que ela sirva de contribuição aos futuros gestores desta área, contribuindo na superação de desafios que estes venham a enfrentar.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Todo trabalho, ao ser executado, necessita percorrer algumas fases. Um agricultor sabe que primeiro precisa preparar o terreno para receber a semente, irrigar e somente no final do processo colher o resultado da planta cultivada. O trabalho científico também percorre caminhos até chegar a sua conclusão. A escolha de como executar o percurso é denominada de método. É sobre esta escolha e as ferramentas utilizadas para realização de minha análise que trato nesta parte do ensaio.

Inicialmente, delimito o objeto de estudo. Em seguida, feita a escolha de uma questão central, desdobram-se quatro auxiliares, ressaltando que tais indagações permitiram maior objetividade na realização da pesquisa. Então, desenvolvi quatro argumentos relacionados aos objetivos que são denominados pela academia de hipóteses. Em seguida, parti para uma revisão da literatura e um relato dos procedimentos metodológicos empregados, além de uma descrição detalhada dos agentes escolhidos para serem entrevistados.

2.1 OBJETO DO ESTUDO E SUAS HIPÓTESES

O objeto principal de meu trabalho é **analisar as ações voltadas para o segmento juventude realizadas pela Prefeitura de Fortaleza por meio do equipamento Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciências e Esporte (CUCA), durante os anos de 2009 a 2012, período em que a cidade era administrada pela Prefeita Luizianne Lins**. Iniciei a trajetória da pesquisa partindo de uma questão central: existe uma política municipal de juventude em Fortaleza? Posterior a isso, desenvolvi outros pontos específicos: O Programa Integrado de Política Pública de Juventude (PIPPJ) apresentado pela prefeitura de Fortaleza em seu Plano Plurianual de 2010-2013, conseguiu atingir por intermédio do CUCA, o público jovem morador dos 15 bairros que compõem a SER I? As ações executadas pelo CUCA causaram alguma mudança na vida dos seus jovens beneficiados? O CUCA, na visão de seus idealizadores, é um projeto exitoso? O CUCA, sob a ótica de seus educadores e gestores, é um projeto exitoso?

Escolhidos os questionamentos, desenvolvi uma lista de quatro argumentos que deveriam ser testados desde a interação entre a pesquisa de campo e o marco teórico escolhido como embasamento para a trajetória. Estes argumentos são as minhas hipóteses:

- a) após aproximadamente quatro anos do início das ações desenvolvidas pelo CUCA, a Prefeitura de Fortaleza **não** conseguiu garantir transversalidade, integralidade e complementaridade destas com as demais instâncias e setores governamentais;
- b) o CUCA **não** logra atingir todo seu potencial de alcance territorial;
- c) os jovens que participaram do Programa tiveram estímulos e experiências que potencializaram sua vida futura, visto que o CUCA oferece muito ante a total ausência anterior de ações desenvolvidas para este segmento populacional que atendesse suas especificidades, desigualdades e diferenças;
- d) na visão dos seus idealizadores, o CUCA cumpre seu papel;
- e) sob a ótica dos seus educadores e gestores, o CUCA desenvolve bem seu papel.

Os autores Quivy e Campenhoudt (2008, p. 137) destacam que,

[...] hipótese apresenta-se como uma resposta provisória à pergunta de partida da investigação (progressivamente revista e corrigida ao longo do trabalho exploratório e da elaboração da problemática). Para conhecer o valor desta resposta é necessário confrontá-la com dados de observação ou o que é mais raro em ciências sociais, de experimentação. É preciso, de alguma forma, submetê-la ao teste dos factos.

Agreguei à minha lista de perguntas e hipóteses um arcabouço teórico que contribuiu com a formatação de uma linha de raciocínio que facilitasse o desenrolar dos fatos no processo investigativo. É deste conjunto de teorias que trato em seguida.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA

As explicações para os fenômenos sociais são descritas por via de teorias. Para Pais (2003, p. 14),

[...] teorias são “corpos estruturados de proposições e enunciados que definem um paradigma, isto é, modelos de pensamento que orientam o conjunto da investigação e da reflexão teórica num dado domínio de investigação. Na linha de uma certa tradição sociológica, a definição de uma problemática de investigação implica que o investigador inscreva o seu trabalho científico no quadro de uma ou mais teorias, cientificamente legítimas – quadro teórico esse que serve de base de referência e de legitimação ao processo de investigação.

Recorri a especialistas que descrevessem historicamente o desenvolvimento da formulação e execução de políticas de juventude no Brasil e em Fortaleza e que trouxessem os

diferentes conceitos acerca das categorias juventude e políticas públicas. Eis alguns deles: Regina Novaes (2011), Paulo Carrano (2011), Maria Garcia Castro (2007), Miriam Abramovay (2007), José Machado Pais (2003), Marília Pontes Sposito (2011), Maria das Graças Rua (1998) e Pierre Bourdieu (1978), dentre outros que vieram ao meu encontro me clareando as concepções e abordagens que deveria implementar.

Com as perguntas, hipóteses e ideias destes autores na mochila, segui ao encontro da realidade.

2.3 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Escolhi o equipamento CUCA Che Guevara, localizado na SER I para ser meu local de investigação, visto que a Prefeitura de Fortaleza, no período 2009-2012, o indicava como sendo o principal equipamento destinado aos jovens da cidade e responsável pela recepção e difusão das políticas intersetoriais de juventude.

A proposta inicial da gestão da prefeita Luizianne Lins, iniciada em 2004 e finalizada em 2012, visto que ela foi reeleita no período seguinte, era a construção e funcionamento de seis CUCA's em Fortaleza, distribuindo-os nas diversas SER da Cidade. Esta gestão concluiu a obra de três CUCA's localizados, respectivamente, nos bairros da Barra do Ceará da SER I, Mondubim, na SER V e Vila Velha, SER VI. O único, porém, que esta em funcionamento atualmente é o da SER I.

Com 5.910m² de área construída e 8.599m² de áreas livres, o Cuca da SER I foi construído no local onde funcionou o Clube de Regatas Barra do Ceará, casa de lazer frequentada pela classe média da Cidade nas décadas de 1950 a 1970. O projeto arquitetônico executado foi fruto de um concurso de ideias realizado pela Prefeitura no ano 2006. Em um dos itens exigidos no edital, estava a orientação de que o projeto deveria em seu interior conter a divisão do equipamento em cinco espaços específicos. Cada um destes espaços possui objetivos e horários de funcionamento diferenciados, que detalharei nos capítulos finais do trabalho. Delineio, na sequência, esses espaços.

- a) **Espaços de formação** – quatro salas multiuso; uma sala de artes cênicas; uma sala de artes; ilhas de edição; dois laboratórios de informática; um estúdio de rádio; um estúdio de tv e vídeo; um estúdio de fotografia;
- b) **Espaços de produção e difusão** – uma sala de artes cênicas; uma sala de artes; ilhas de edição; cineclubes; estúdio de tv; estúdio de fotografia; cine-teatro; anfiteatro;

- c) **Espaço de estudo e pesquisa** – laboratório de informática; biblioteca; sala de leitura; incubadora de projetos;
- d) **Espaço de lazer, entretenimento e circulação** – anfiteatro; pistas de esportes radicais; quadra poliesportiva; campo de futebol de areia; piscina semiolímpica; áreas livres; áreas verdes; *hall* de circulação; área de exposições;
- e) **Espaço de difusão e formação de plateias** – cine-teatro

Inaugurado em 1º de setembro de 2009, contando com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o equipamento passou a ser gerenciado por uma organização social (OS)² contratada pela Prefeitura cuja denominação é Instituto CUCA. A Barra do Ceará é o bairro mais populoso da SER I, contendo 72.044 habitantes. Possui, também, a maior concentração de jovens daquela área especificamente 22.577 (entre 15-29 anos), o que serviu de argumento pela Prefeitura para a escolha do local.

2.4 TÉCNICAS DA PESQUISA E DEFINIÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Utilizei pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Na fase documental, tomei como material de análise registros de jornais, sítios e documentos oficiais, a exemplo do Plano Plurianual de 2010-2013, e sítios da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) e do CUCA. A investigação bibliográfica foi composta de vários trabalhos de pesquisa realizados com base no tema, expostos em livros, jornais, revistas e internet.

O trabalho de campo foi composto de observação direta, realizada mediante várias visitas ao equipamento e coleta de entrevistas semiestruturadas, exemplificadas por via do texto de Minayo (2012), como sendo o tipo de entrevista que combina perguntas fechadas e abertas, em que ao entrevistado é possibilitado discorrer acerca do tema focalizado, sem se prender à indagação formulada.

Minha análise se debruçou sobre a visão de alguns agentes estratégicos na elaboração e execução das ações desenvolvidas no CUCA, distribuídos em três grupos específicos: idealizadores, educadores, gestores e jovens beneficiados.

Nesta perspectiva, identifiquei como idealizadores os responsáveis pelo desenho inicial e pelo funcionamento do equipamento, que permaneceram nestas funções durante o

² Organizações Sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com finalidade de desempenhar determinados serviços sociais não exclusivos do Estado – ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção do meio ambiente, cultura, saúde – com incentivo e fiscalização pelo Poder Público (Lei Federal nº 9637, de 15 de maio de 1998).

período escolhido para a pesquisa (2009-2012) sendo eles: a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, e o ex-secretário de juventude, Afonso Tiago Nunes de Sousa.

Sua grade profissional foi composta por 20 professores fixos e alguns docentes temporários contratados com suporte em demandas específicas, além de quatro coordenadores de formação, dos quais entrevistei quatro professores e dois coordenadores em atuação durante o período determinado. Além destes, também ouvi a coordenadora geral do equipamento, Carla da Escócia. Para evitar constrangimentos profissionais, ao apresentar seus relatos, utilizei uma denominação genérica.

Por fim, entrevistei 11 jovens beneficiados do CUCA, separados em duas modalidades - cinco jovens inicialmente alunos e posteriormente absorvidos pelos quadros profissionais da instituição e seis jovens alunos, ressaltando que todos eram usuários do CUCA no período abordado pelo trabalho.

No total, foram 20 entrevistados, que consentiram sua participação e gravação das entrevistas para pesquisa mediante assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para analisar as entrevistas realizadas, lancei mão da análise de conteúdo, proposta por Minayo (2012) e com base, por sua vez, em Laurence Bardin, em busca de descobrir o que estava por trás das falas dos informantes da pesquisa, indo além do que simplesmente era comunicado.

Sob essa perspectiva da análise de conteúdo, Minayo (2006, p. 307) observa que

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequências das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda.

Sai em busca das respostas e senti um imenso prazer ao atingir o final da caminhada, satisfação assemelhadas à obtida por meio do corte da faixa de chegada conquistada pelos grandes maratonistas, pois percebi a sedução que a realidade social exerce sobre os pesquisadores, consoante é exposto por Pais (2003, p. 13):

A realidade social não é facilmente acessível ao investigador, pronta a entregar-se ao primeiro sinal de galanteio. O que não quer dizer que não seja potencialmente sedutora. Se não o fosse, como poderíamos justificar o nosso interesse por ela? E é sedutora pelas interrogações que a seu propósito somos capazes de construir.

3 JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL – PASSEIO PELA HISTÓRIA

“Toda dor pode ser suportada se sobre ela puder ser contada uma história”.

(Hannah Arendt).

Para melhor compreensão sobre o objeto deste trabalho, que diz respeito à análise de uma política pública municipal de juventude, faz-se necessário um resumo histórico sobre as diversas formas de visão e ação assumida pelo governo brasileiro destinado à população juvenil. É acerca destas diversas posições que me debruçarei no decorrer deste capítulo. Na primeira parte, farei resumo sobre o período anterior ao desenvolvimento de políticas públicas para os jovens. Em seguida serão demonstradas as ações do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Finalizarei com uma apresentação do período que engloba os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

Analisarei as políticas públicas destinadas aos jovens em concordância com duas concepções fundamentais: 1^a) juventude é uma categoria constituída socialmente, sendo posição condicionada às relações econômicas e sociais da sociedade observada; 2^a) conseqüentemente, não é possível falar em juventude única, mas em diversas juventudes, definidas por meio da sua classe social, contextos históricos e culturais. Como ensina Bourdieu (1983, p. 112-113),

De fato, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades.

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes.

Do Brasil colonial ao período republicano atual, a noção de juventude foi modificada, paralelamente às mudanças sociais e econômicas brasileiras. Este capítulo é uma tentativa de facilitar a identificação das diversas formas e visões de como foram tratadas as demandas juvenis pelos governos nacionais. Entre avanços e retrocessos, passaram-se muitos anos até se iniciar a concepção de juventude, nas políticas públicas brasileiras, que considera a diversidade e a heterogeneidade que este segmento social comporta.

3.1 O BRASIL E OS JOVENS – ENTRE A CARIDADE, A FILANTROPIA E O ASSISTENCIALISMO

“O Brasil, último país a acabar com a escravidão tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso”.

(Darcy Ribeiro).

Os relatos históricos deste tópico estão baseados, principalmente, em Priore (1996), Rizzini e Pilotti (2009) e Silva (1997).

No Brasil-Colônia, a juventude, como é reconhecida na atualidade, não existia como recorte etário. Este segmento encontrava-se diluído nos grupos classificados como crianças e adultos. Neste período, os olhares governamentais priorizavam a classe dos senhores e dos escravos, provedores da economia que sustentava o País.

Enquanto os filhos dos ricos eram separados socialmente, internos em escolas que os preparavam para funções de comando e lhes atribuíam títulos que garantissem sua posição social aos filhos das classes populares estavam predestinados dois futuros: seriam abandonados nas ruas ou preparados para o trabalho braçal, pois, no Brasil desta época, como expressa anteriormente, não se tinha o reconhecimento cultural das fases da vida dividida entre infância, adolescência ou juventude. O período inicial da vida era uma etapa muito curta. Rapidamente, eles eram tratados como adultos para atender aos interesses da sociedade rural da época.

A ausência de posição social contribuiu para o surgimento do fenômeno de numerosas crianças abandonadas nas ruas. Filhos ilegítimos de colonos e índios eram frequentemente entregues à própria sorte. Com a inclusão posteriormente do trabalho escravo no Brasil, passando, pois a sua mão de obra a compor a base da economia local, foram agregados a este contingente de desabrigados muitos filhos de escravas. Como estas eram tratadas por seus proprietários como instrumento de trabalho, continuavam laborando mesmo após o parto não possuindo assim condições para cuidar de seus filhos.

Este abandono, porém, tomou proporções gigantescas e passaram a se assemelhar a atos de crime infantil ficando impossível sua invisibilidade perante a Coroa portuguesa que até aquele momento resumia suas atribuições a atender os interesses administrativos e financeiros da nobreza enquanto a pobreza era tratada pela boa ação individual dos mais abastados por via de caridade.

Em 1543, foi fundada a primeira Santa Casa de Misericórdia. A instituição de nome Irmandade de Santos tinha como motivação a assistência pela caridade e pelo amor a “Deus”. Os primeiros relatos de abrigos às crianças abandonadas eram nestas instituições cujo modelo foi copiado dos países europeus. No século XVIII, assim como as casas de misericórdia, o Brasil também importou da Europa um instrumento que institucionalizava o abandono das crianças enjeitadas, a Roda dos Expostos³. Estas foram sendo paulatinamente instaladas pela Coroa portuguesa nas instituições de abrigo da época. É desta forma que se desenha o primeiro modelo de tratamento dado pelo Poder Público a crianças necessitadas.

Após a Proclamação da Independência, houve algumas mudanças. As instituições de atendimento foram ampliadas numericamente e foram criados asilos/escolas para meninos órfãos, abandonados e pobres. Em 1830, era promulgado o Código Criminal, em que a idade penal é estipulada em 14 anos, o que demonstra um pequeno avanço, pois as crianças recolhidas, independentemente da idade, conviviam nas instituições com pessoas de todas as idades.

Extinta a escravidão, o Brasil passa por considerável mudança no panorama econômico. Era o início da transição para o capitalismo, o processo de imigração. A industrialização e a busca para incluir o Brasil no cenário mundial como lugar de crescimento e potencialidades econômicas davam a tônica daquele período, apesar de ainda permanecer intensa a mentalidade agrária.

Em sintonia com os novos estudos europeus, que contavam com a importância da infância para o ideal de nação civilizada, a elite brasileira passou a reconhecer na garantia da higiene e no controle de doenças contagiosas nas crianças um fator que indicaria algum desenvolvimento social. Nesta lógica, os médicos brasileiros passaram a ter maior preocupação com os índices de mortalidade infantil. Do mesmo modo discursos defendendo as crianças se reproduziam nas casas legislativas.

Em 1890, foi promulgado o novo Código Criminal, que rebaixam a idade penal de 14 para 9 anos e o termo “menor” surgiu pela primeira vez oficialmente, utilizado para diferenciar as crianças tidas “em risco social” das demais. Aquelas famílias que não se mostravam capazes de educar suas crianças ficavam obrigadas a passar suas tutelas ao Estado, que cuidaria de sua salvação de um futuro incerto. Aqui, é estabelecido um retrocesso em relação ao corte etário definido no Código de 1830. Na verdade, o que esta ação encobria era

³ A Roda dos Expostos ou roda dos Enjeitados consistia num mecanismo utilizado para abandonar crianças recém-nascidas aos cuidados de instituições de caridade. O mecanismo, em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, era construído de forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele quem a recebia.

o fato de se utilizar de todas as artimanhas, inclusive legais, para inibir qualquer forma de ociosidade. Aos pobres só havia uma opção: vender-se ao mundo do trabalho.

Durante todos estes anos, as ações sempre foram direcionadas para o efeito causado pela exclusão de crianças e adolescentes enquanto a causa principal sempre foi desconsiderada e esquecida. A ausência de mudanças estruturais e de redução das desigualdades ensejou o agravamento deste fenômeno que, como já era costume entre os governos brasileiros, foi sempre adiado para as futuras gerações.

[...] políticas públicas significa evidenciar a presença do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário) na definição, implantação, acompanhamento e avaliação de programas e ações que contam com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvem uma dimensão temporal (duração) e devem ter capacidade de impacto (efetividade). (RUA, 1998 *apud* FREITAS; PAPA, 2011, p. 344).

Em concordância com esta linha de pensamento, posso dizer que, durante o período de formação do Brasil, não existiu política pública para a infância e adolescência, muito menos para a juventude, que sequer era considerada como fase de vida. Do Brasil colonial à velha república estes segmentos sociais eram desprezados e jogados à própria sorte, reprimidos e reclusos, ou contavam com ajuda de “boas almas” que, na busca de seu espaço no reino dos céus, garantiam a sobrevivência de alguns seres humanos no reino da terra.

Foi no primeiro governo do presidente Getúlio Vargas que a política social pública demonstrou os primeiros sinais de existência. Conforme Rua (1998), “a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos.” A principal característica desta política era o assistencialismo, entendido aqui como um conjunto de políticas públicas voltado para as camadas sumariamente pobres e excluídas da sociedade.

Em 1940, o novo Código Penal estendem a idade penal para 18 anos. Em 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), com a finalidade de assistir “menores desvalidos e delinquentes”, em 1942, instituiu-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), cuja atuação abrange a vários aspectos sociais, como saúde, educação, alimentação e habitação.

Após a Segunda Guerra, a prosperidade econômica e o fortalecimento da classe trabalhadora influenciaram os posicionamentos da época e todas as questões sociais passaram a ser tratadas como consequência da pobreza. Neste sentido, a questão da infância e adolescência deixou de ter um tratamento judicial e passam a ser diagnosticada como questão assistencial.

Paralelo a este contexto, foi justamente no pós-segunda guerra, que a juventude passou a ser tratada pela primeira vez como segmento social (sobretudo nos Estados Unidos).

A dilatação do consumo, agregada ao nascimento das veiculações pelos meios de comunicação, identificam nos jovens potenciais sujeitos de consumo.

[...] Os jovens como faixa etária autônoma da modernidade nascem entre os fios que os ligam à escola de massa, à mídia, à metrópole. [...] Contudo, antes de torna-se adulto, entrando no mundo sério e irreversível do trabalho, o jovem é tal porque consome. E, pela primeira vez, o consumo juvenil adquire um papel central que se amplia concentricamente para toda a sociedade (CANEVACCI, 2005, p. 23).

Um dos traços mais significativos das sociedades ocidentais neste período, está no fato de que crianças passaram a ser vistas como sujeitos de direitos, especialmente os jovens, como sujeitos de consumo. A expansão da escola e a criação de mercado cultural juvenil exclusivo são marcas objetivas da constituição das representações sociais sobre o ser jovem na sociedade.

A Declaração dos Direitos Humanos, na Assembleia da Organização das Nações Unidas, em 1959, teve grande influência nos anos de 1960 justamente por considerar a criança como sendo sujeito de direitos. Logo após assinar a carta das Nações Unidas, o Brasil entrou no período militar. Para demonstrar que tomava medidas, o Governo extinguiu a SAM e cria em seu lugar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

Em virtude da mobilização de setores da sociedade e pressão de organismos internacionais, foi aberta no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar o problema da criança e do “menor carente” do Brasil, cujo relatório foi aprovado em 1976. É também desta época o Código, conhecido pelo nome de seu relator, Mello Matos. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), este é o instrumento que marcou o início da intervenção do Estado na elaboração das primeiras políticas públicas para juventude e orientou as ações públicas direcionadas a este segmento até o final da década de 1970.

Até esse período, não existia no Brasil nenhum marco legal que sistematizasse as políticas destinadas a este segmento e a legislação sobre crianças e adolescentes tratava apenas de lhes atribuir condutas, direitos e obrigações sem conter um foco estratégico que demonstrasse caráter de continuidade.

Chegaram os anos 1980 e com eles a abertura política, reduzida às repressões do período militar, em vigor desde 1964. Milhares de pessoas se mobilizam pelo País por meio de frentes em defesa dos direitos das crianças e adolescentes, instrumentalizadas por informações coletadas pela CPI do Menor, como ficou popularmente conhecida. Por iniciativa da sociedade, formularam-se projetos alternativos de atendimento ao “menor”, que tinham como objetivo evitar a reclusão de crianças.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal e o País passou a incorporar ao Texto Legal vários dispositivos que garantem a defesa dos direitos do cidadão, ficando conhecida como a ‘Constituição Cidadã’. Um pouco antes disto, o ano de 1985 foi decretado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como sendo o Ano da Juventude. Na Carta Magna, que marca um período de avanços na aquisição de direitos, pela primeira vez foi feita uma menção ao termo juventude no interior de um registro legal, artigo 24, XV “compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre [...] a proteção à infância e à **juventude**” (BRASIL, 2012, p. 29, grifo nosso). Restou a outros parágrafos o registro de direitos políticos demarcados por períodos cronológicos.

Desta fase em diante, o País passou a vivenciar uma busca sistemática pela conquista da autonomia política e social dos brasileiros. A luta de setores sociais pela garantia, implementação e consolidação de direitos humanos pressupõe a cidadania não apenas como um fato e um meio, mas sim como um princípio.

Embalados pelas vozes das ruas, onde vários setores da sociedade se articularam em torno de causas diversas, idosos, mulheres, negros e crianças passaram a ser os protagonistas desta época, pois buscavam integrar suas especificidades às demais políticas universais, como saúde, educação e emprego. Milhares de populares expressaram seus anseios por mudanças sociais há muito aguardadas, atraindo os olhares dos representantes políticos e possibilitando um novo enfoque nas questões sociais, dentre eles o da infância e juventude. A nova Constituição privilegia também a participação popular na formulação de políticas, sinalizando desta forma uma nova forma de tratamento com a coisa pública.

Refletindo as mobilizações dos anos 1980 em 13 de julho de 1990 foi promulgada a Lei Federal no. 8.069, conhecida pelo nome de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Desta forma, o ECA foi uma conquista historicamente estabelecida. No decorrer de décadas, várias articulações e mobilizações foram necessárias para se atingir o marco legal que transforma o estatuto da menoridade brasileira, especialmente para aqueles em conflito com a lei, geralmente excluídos social e economicamente.

A promulgação do ECA propiciou a formação de estruturas colegiadas nos âmbitos nacional, estadual e municipal e orientou a formulação de políticas, obedecendo os seguintes cortes etários: de zero a 12 anos, crianças e de 12 a 18 anos incompletos, adolescentes. Os jovens acima de 18 anos continuaram sem um marco legal que atendessem as suas especificidades. Por meio do ECA, o Governo atendeu a um somatório de reivindicações e articulações sociais. Na contramão deste quadro, foi estabelecido, logo em seguida, no interior do Governo federal, a visão neoliberal.

3.2 NEOLIBERALISMO E A LUTA POR DIREITOS – GOVERNO FHC

“[...] lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize”.

(Boaventura de Souza Santos).

Levando em conta a diversidade de autores que abordam a temática a ser exposta nesse tópico, optou-se por seguir os relatos históricos de Carrano e Sposito (2003), Navarro e Soares (2007).

Com a primeira eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para presidente do Brasil, em 1994, foi instituído um modelo que enfraqueceu o Estado, fragilizou o setor público e sacrificou o social com base na redução do Estado e na disciplina fiscal. Nesta perspectiva, o Estado passou a ter papel de idealizador, normatizador e financiador das políticas e repassou grande parte da execução destas ações para associações e organizações não governamentais que contavam com a expansão dos financiamentos internacionais para execução das políticas.

Apesar da concepção neoliberal de FHC, foi neste período que percebemos, pela primeira vez, ações destinadas especificamente ao público juventude. Antes disso, este segmento encontrava-se diluído nas ações para crianças e adolescentes. A década de 1990 é compreendida por alguns autores, como Carrano (2011), Novaes (2011) e Rua (1998), como o início da alteração das políticas focadas nos jovens, antes localizados em um “estado de coisas” que, segundo Rua (1998), é a posição ocupada pelos fenômenos sociais que, apesar de sofrerem os mais diversos tipos de problemas, ainda não conseguiram exercer pressão política sobre as autoridades públicas.

Nesta perspectiva, pela primeira vez, a categoria “juventude” passou a compor o “campo” das políticas públicas. O conceito em foco diz respeito a um espaço político e social para discussão, formulação, disputa e efetivação de políticas públicas. Implica desta forma, o reconhecimento mútuo de agentes políticos e interlocutores. Como ensina Bourdieu (1989, *apud* CASTRO, Elisa, 2011, p. 286), “Compreender a gênese social de campo implica apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram [...]”.

A redemocratização brasileira coincide com uma grave crise financeira e econômica. Para enfrentar esta situação, o Governo brasileiro optou por direcionar seus programas e recursos a grupos tidos como em “situação de risco social”. Esta categoria centrava-se nos jovens capturados pela delinquência e alvo da violência urbana. Enquanto,

antes, o foco das políticas sociais era direcionado aos “excluídos socialmente”, entendidos como aqueles que tinham dificuldades de acesso aos meios de vida, com a desestruturação do mercado de trabalho, o Governo passou a atender uma nova categoria – “os vulneráveis sociais” – e posicionou os jovens dentro desta mesma abordagem.

Um entendimento da juventude como um segmento vulnerável, expressão diversas vezes nas justificativas de suas iniciativas, ou seja, um problema a ser resolvido; a juventude é focada em função de suas carências, e não de sua potência, visão que acabou produzindo, em grande medida, uma ação governamental compensatória. Não foi transversal e muito menos estrutural (LEITE, 2011, p. 74).

Seguindo a orientação de instituições multilaterais, como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, a categoria vulnerabilidade é introduzida no cenário nacional. Esta circunstância leva em consideração elementos como a inserção e a estabilidade no mercado de trabalho bem como a debilidade de suas relações sociais. Entendida como categoria com característica processual, esta diz respeito à capacidade de controle que pessoas, famílias ou grupos sociais têm sobre os fatores que afetam seu bem-estar. Com efeito, o foco das ações sai das situações claras de exclusão e inclusão e se volta para as situações intermediárias em que a expressão vulnerabilidade se aplica melhor.

O agravamento das necessidades socioeconômicas e a ampliação do desemprego formal afetaram prioritariamente aqueles que ainda ingressariam no mundo do trabalho- os jovens. Este ponto coincide com um aumento demográfico entre os jovens. Segundo o relatório sobre a situação da população mundial, em 1998, do Fundo de População das Nações Unidas, existia naquele período “maior geração de jovens que jamais existiu” visto que as tendências demográficas demonstram que já não nascem maiores contingentes de crianças como antigamente. Este fenômeno demográfico foi posteriormente denominado de “onda jovem”.

Com o Estado brasileiro acostumado historicamente com a privatização do público, reforçada pela concepção de superioridade do setor privado, política pública para juventude não seria a primeira preocupação das classes dominantes; desemprego juvenil não ocuparia a agenda de prioridades, tornando a temática da juventude mais esquecida e o problema da transição para a vida adulta mais complexo, a não ser que movimentos sociais garantissem a discussão e a evolução destas políticas.

O entendimento legal predominante desta época considerava os direitos dos maiores de 18 anos assegurados no artigo 6º da Constituição Federal, capítulo II, que trata dos direitos sociais “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos

desamparados [...]” (BRASIL, 2012, p. 18). Portanto, ao contrário do que foi feito pela criança e o adolescente com a regulamentação da lei por intermédio do ECA, aos jovens não foi garantido o atendimento de suas especificidades. Sem qualquer distinção, União, Estados e municípios tinham de se apoiar no artigo 6º para desenvolver suas políticas para os jovens.

Apesar de a lei não explicitar como os entes públicos deveriam atuar em relação a esta população, na prática, os governos já iniciariam algumas ações nesta direção, visto que, após um período de efervescência social e política, era impossível calar diante de tantas demandas reprimidas. Os problemas mais reivindicados estavam situados nas áreas da saúde, segurança pública, trabalho e emprego. Em muitas formulações, percebe-se uma relação entre estes setores e a condição juvenil, concebendo a política pública com origem nos “problemas da juventude”. Consoante a percepção expressa por Diógenes e Sá (2011, p. 141),

[...] Não de forma intencional, tentou-se “des-olhar” para o epicentro das vivências juvenis concretas na tentativa de construir agendas positivas e apontar e oportunizar esferas outras de sociabilidade e de experimentação. [...] muitas vezes, abrigou-se no cômodo lugar das categorias teóricas de interpretação e das ações, restritas, voltadas para a superação dos déficits de direitos no campo da juventude.

Mesmo sem o desenvolvimento de uma política estratégica, algumas ações foram executadas com base na prevenção e no controle dos problemas dos jovens e com o objetivo destes não se transformarem em problemas da sociedade. Ressalto que, nesse período, o que predominava era uma visão negativa e preconceituosa em relação à juventude. Talvez por tal razão as primeiras iniciativas de formulação de uma política pública de juventude tenham mobilizado ações na esfera específica de segurança.

Incluindo ações de segurança pública no campo das políticas de juventude, é criada a necessidade de atuar nos territórios da criminalidade com objetivo de reduzir índices de violência e proteger o segmento prioritariamente “vitimizado”, identificado como sendo os jovens. O limiar, porém, é muito tênue, pois os jovens tanto representam agentes sociais que podem ser classificados como vítimas preferenciais nos circuitos de sujeição criminal ou facilmente identificados como agentes principais de práticas de violência. Os debates oscilam, frequentemente, na sociedade brasileira entre a correção ou a prevenção. Segundo Pais (2003, p. 34-35),

A juventude é um mito ou quase mito que os próprios *media* ajudam a difundir, e as notícias que estes veiculam a propósito da cultura juvenil ou de aspectos fragmentados dessa cultura (manifestações, modas, delinquência, etc.) encontram -se afetadas pela forma como tal cultura é socialmente definida. As condutas “homogêneas” dos jovens acabarão “heterônomas”, na exata medida em que são sugeridas pelos *mass media*, pelo discurso político e por intervenções administrativas de varias ordens.

Outro aspecto que reforça as visões preconceituosas sobre os jovens é a observação superficial que era feita em relação ao distanciamento gradativo de setores da juventude dos equipamentos educacionais. As escolas passaram a representar para os jovens moradores de periferia a esfera de não expressão de si, um espaço vazio de sentido, um lugar disciplinador e repleto de vigilância. Na interpretação de Pais (2003, p. 380),

A desvalorização dos diplomas tem avolumado falsas expectativas de realização profissional, isto é, tem aumentado o desvio entre o valor nominal dos títulos e o seu valor efetivo. A difícil conversão de um título escolar numa correspondente e adequada posição profissional tem originado que alguns jovens desenvolvam um longo esforço de valorização e até de reconversão, de abandono.

É importante ressaltar que grande parte da evasão escolar decorre não apenas de fatores econômicos, mas também do fato de que a escola precisa ser transformada, é necessário investir em uma educação crítica que, em nome da totalidade, não obscureça culturas, estabelecer outros caminhos buscando uma nova educação. Segundo Bourdieu (1983, p. 4),

[...] para que as classes populares pudessem descobrir que o sistema escolar funciona como um instrumento de reprodução era preciso que passassem pelo sistema escolar. Porque no fundo, na época em que só tinham acesso à escola primária, elas podiam acreditar que a escola era libertadora, ou qualquer outra coisa que dissessem os porta vozes, ou não pensar em nada. Atualmente, nas classes populares, tanto entre adultos quanto entre adolescentes, está se dando a descoberta, que ainda não encontrou sua linguagem, do fato de que o sistema escolar é um veículo de privilégios.

Tal defasagem entre educação e expectativas de realização se relaciona também com a inserção no mercado de trabalho, já que uma das principais dificuldades que os jovens enfrentam é a falta de capacitação apropriada às demandas do mercado de trabalho e de experiência em relação aos adultos. A elevada seletividade do mercado, o que se acentua em período de reestruturação da economia, dá mais oportunidade àqueles que dispõem de altos níveis educacionais. Nas palavras de Bourdieu (1983, p. 3),

[...] Os efeitos da inflação escolar são mais complicados do que se costuma dizer: devido ao fato de que os títulos sempre valem o que valem seus detentores, um título que se torna mais frequente torna-se por isso mesmo desvalorizado, mas perde ainda mais seu valor por se tornar acessível a pessoas sem “valor social”..

Embora seja difícil identificar as ações destinadas aos jovens nas gestões de Fernando Henrique Cardoso, pela dispersão das informações disponibilizadas, estudo coordenado por Carrano e Sposito, realizado em 2003, identificou 30 programas. Dezoito

destes programas foram executados no segundo governo FHC, demonstrando o crescimento da temática no âmbito federal. Estes programas e projetos foram executados por oito Ministérios: dois no Ministério da Educação, três no Ministério do Esporte e Turismo, três no Ministério da Justiça, um no Ministério da Saúde, quatro no Ministério do Trabalho e Emprego, dois no Ministério da Ciência e Tecnologia, dois no Ministério da Assistência e Previdência Social e um no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Além destes, dois projetos e programas coordenados pela primeira dama, Dra. Rute Cardoso, foram executados na Presidência da República.

Os programas se dividiam em relação aos objetivos em diversas temáticas: cinco agiam na recuperação da educação formal, três na formação de atletas para competições, cinco na formação profissional técnica, um no atendimento de mulheres jovens vítimas de exploração sexual e um sobre a saúde de forma geral. Escolhi destacar dois programas, que se distinguem em conteúdo dos demais, para uma análise mais detalhada:

a) Brasil em Ação/Grupo Juventude

Este era um programa-piloto que ficava sobre a gerência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Tratava da constituição de uma coordenação de grupo de programas de atendimento à juventude, abrangendo seis ministérios, 11 programas e suas integrações com governos estaduais. A execução se restringiu à constituição de um grupo de coordenadores de programas e projetos de juventude e não avançou em nada mais. Apesar de mostrar pouca contribuição, a abertura de um programa com esta finalidade sinaliza que o Governo identificou uma fragmentação das ações voltadas para a juventude e demonstrou uma disposição de sanar esta lacuna.

b) Centros de Juventude

Sobre a reponsabilidade do Ministério de Assistência e Previdência Social, este programa concebia a instalação de centros de juventude nos diversos municípios da Federação. Os centros deveriam funcionar como polos para distribuição de informações sobre programas e projetos das diversas áreas destinadas ao público jovem. Foram concebidos para serem de responsabilidade dos governos locais e suas diretrizes recomendavam que a gestão fosse participativa com a comunidade.

O projeto previa repasses financeiros decrescentes ao longo de quatro anos como estratégia de indução a autossustentabilidade. O conteúdo deste projeto coincide com uma das atribuições que deveria ser realizada por meio do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e

Esporte (CUCA), em Fortaleza, objeto central deste trabalho, porém Carraro e Sposito (2003) não identificaram nenhuma informação que comprovasse a efetividade destas ações. Mediante essa constatação, quero justificar como a ausência de registros dificulta a formulação e análise das políticas.

Apesar da tentativa de estruturar uma coordenação das ações destinadas aos jovens, segundo Carrano e Sposito (2003), nenhum órgão da administração federal demonstrou capacidade de concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Neste sentido, os pesquisadores ressaltam que um dos primeiros diagnósticos descritos esta relacionado à constatação da ausência de registros sobre avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas.

Todas as ações desenvolvidas neste período pretendiam contribuir para a superação do estado de “risco social”. Informações como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, percentual de gravidez na adolescência, percentual de doenças sexualmente transmissíveis entre jovens, percentual de jovens de famílias de baixa renda, taxa de mortalidade juvenil, taxa elevada de desocupação juvenil e índices de escolaridade eram analisados para a escolha no direcionamento dos recursos.

Utilizando recortes baseados em indicadores econômicos, como o IDH, o governo FHC deixou a sua opção de tratar os jovens dentro de uma lógica de redução da pobreza em detrimento de políticas de caráter universal. Foram executados projetos isolados, sem avaliação, configurando a inexistência de um desenho institucional mínimo, demonstrando falta de interesse em desenvolver ações que caminhassem no sentido da consolidação de políticas públicas para os jovens.

No Brasil, o caminho percorrido inicialmente na busca da consolidação dos direitos aos jovens foi o inverso da luta pelos direitos da criança e do adolescente. Na ausência de agentes coletivos organizados e bem estruturados, começou a surgir um conjunto heterogêneo de práticas na esfera federal. Esta diversidade resulta em experiências fragmentadas, com fraco poder de impacto, mais focada nas ofertas do que nas demandas, combatendo problemas contingenciais, como desemprego, violência e drogas, numa tentativa de reduzir o problema social que realmente importava sob a perspectiva econômica e política vigente: a pobreza.

⁴ O IDH, criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq em 1990 com colaboração do indiano Amartya Sen, mede o desenvolvimento humano desde a expectativa de vida ao nascer, índices de escolaridade e a renda *per capita*.

[...] As políticas sociais universais cederam espaço para as políticas focalizadas na população em extrema pobreza, servindo-se da baixa qualidade dos serviços oferecidos (para pobres, política pobre!).

[...] Além disso, as elevadas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho foram atingindo mais drasticamente os jovens, contribuindo para um clima de desalento, mesmo àqueles oriundos de famílias mais abastadas (SANTOS, 2010, p. 167).

3.3 JOVENS COMO SUJEITO DE DIREITOS – GOVERNO LULA

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem a seu bel-prazer; não a fazem em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas em circunstâncias historicamente determinadas, transmitidas pelo passado”.

(Karl Marx).

Em 2002, foi eleito um presidente com forte apoio de movimentos sociais e segmentos socialmente desfavorecidos, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) assumiu o poder carregando o peso de várias e distintas expectativas. Na sociedade, era fortalecida a visão de que os jovens necessitavam de políticas específicas diferentes das destinadas aos adolescentes e que superassem estigmas, relacionando-os a delinquência, marginalidade e criminalidade, conferidas à condição juvenil.

Passou a existir a ideia de jovens como “sujeitos de direitos” em contraposição ao “jovem como problema”, a visão de que era necessário contar com a participação dos próprios jovens na formulação da política; ressaltando a importância de considerar as diversidades e buscar a superação das desigualdades; a construção de uma política pública de Estado e não só de ações pontuais.

Herdando um ambiente desfavorável para a formação e o fortalecimento de uma política real para os jovens, o Governo é tencionado por vozes nacionais somadas a pressões internacionais. Instituições como ONU, UNESCO e Banco Mundial pautam frequentemente assuntos e eventos ligados ao segmento juventude. Todos demonstravam o fato de o Brasil estar atrasado na constituição de políticas públicas de juventude uma vez que nem sequer possuía institucionalmente um órgão que centralizasse as responsabilidades com os jovens.

Setores da sociedade civil que já se envolviam com esta temática desde o final da década de 1990 mergulharam no cenário político, buscando a garantia de direitos a estes agentes sociais, direitos historicamente negados. Seminários, palestras, reuniões, pesquisas e diversas produções impressas, como *Violência nas Escolas e Políticas Públicas* (UNESCO, 2002); *Paz, como se faz?* (UNESCO, 2002); *Semeando a cultura de paz nas escolas* (UNESCO, 2002); *Mapa da Violência* (UNESCO, 2000, 2001, 2002, 2003); *Os jovens do*

Brasil; Desafios para Políticas Públicas (UNESCO, 2002); Juventude em Pauta-Políticas Públicas no Brasil (Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003), foram produzidas durante este período.

Em abril de 2003, foi instituída na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude e, em seguida, uma Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude (CEJUVENT). No início, a CEJUVENT criou seis grupos de trabalho temáticos que buscaram mapear legislações, experiências internacionais, indicadores sociais que pudessem orientar na formulação de políticas públicas que atendem as demandas da juventude brasileira. É importante não confundir política pública com política executiva governamental, pois órgãos legislativos e judiciários também são responsáveis por desenhar políticas públicas.

A Comissão realizou várias audiências públicas, em que especialistas nas áreas temáticas debatiam as diversas problemáticas. Organizou o Seminário Nacional do Jovem e uma Conferência Nacional de Juventude, em junho de 2004, que foi antecedida por conferências estaduais. Identifico aqui uma primeira tentativa de elaboração desta política numa perspectiva participativa: a realização de audiências, seminários e o desfecho com a Conferência Nacional demonstraram que a metodologia escolhida pela Comissão Especial tinha abertura do diálogo com os diversos setores envolvidos.

Durante a Conferência diversas articulações foram encaminhadas, o que tornou possível constituir dois fóruns nacionais – o Fórum Nacional da Juventude Brasileira, composto por 50 entidades da sociedade civil, e o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude.

Demonstrando o nível de engajamento da sociedade civil na contribuição de diagnósticos para formulações de políticas, em julho de 2004, a UNESCO lançou em Brasília a publicação **Políticas Públicas de/para/com as Juventudes**. Este documento recobra experiências de países da América Latina e agrega dados do acervo internacional da instituição, além de várias informações coletadas em pesquisas executadas no Brasil sobre políticas para a juventude.

O mencionado documento conclui defendendo a tese de mudança, ressaltando que, para jovens poderem atingir a garantia de seus direitos e superar seu *status* de ‘ser vulnerável’ é necessário que a gestão pública assuma uma mudança de perspectiva de como trabalhavam no século XX. Tais reflexões embasam a consideração de que políticas de juventudes compreendem, de fato, políticas de/para/com juventudes, explicitados pelo documento, como sendo,

[...] **de-** uma geração diversificada segundo sua inscrição racial, gênero, e classe social, que deve ser considerada na formatação de políticas; **para-** os jovens considerando o papel do Estado de garantir o lugar e bem-estar social na alocação de recursos; **com-** considerando a importância de articulações entre instituições, o lugar dos adultos, dos jovens, a interação simétrica desses atores, e o investimento nos jovens para sua formação e exercício do fazer política (UNESCO, 2004, p. 20, grifos da autoria).

Concordando com esta concepção, posso assinalar que, até o governo Lula, as experiências executadas pelos governos anteriores destinadas aos jovens eram localizadas na lógica “para a juventude”, políticas sempre de cima a baixo, sem a participação dos jovens em sua formulação e sem atender a sua diversidade como segmento plural.

O desafio que a sociedade trazia ao Governo naquele período era o da necessidade de atender aos jovens:

- a) respeitando suas diferenças com os adultos;
- b) entendendo que na contemporaneidade a juventude não se encerrava na adolescência, exigindo assim novas referências além do ECA;
- c) tratando a transição linear escola-trabalho-constituição de família, como já não mais sendo seguida e
- d) superando a visão do jovem como promotor da violência, ampliando as ações além da área de segurança.

Enfim, compreendia que era necessário afirmar o campo das políticas públicas de juventude avançando para além de temáticas gerais ou estigmatizadas como segurança pública, educação, saúde, assistência social, tratar os jovens como protagonistas e fundamentais para o desenvolvimento do país.

Imbuído deste contexto o Governo federal instalou em março de 2004 o Grupo Interministerial de Juventude, encarregado “de definir em curto prazo, uma Política Nacional Integrada de Juventude.” (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2004). Dezenove secretarias e ministérios compuseram este grupo, que mapeou dados sobre as condições econômicas e sociais em que viviam os jovens brasileiros, programas federais que atendiam a esta população, desafios constatados para, então, relatar recomendações de como deveria ser a elaboração desta política.

[...] foram identificadas 131 ações federais vinculadas em 45 programas e implementadas por 18 Ministérios ou Secretarias de Estado. Do total de ações identificadas, apenas 19 eram específicas para o público (15 a 24 anos). As demais 112 ações, ainda que contemplassem os jovens, não foram desenhadas exclusivamente para eles (BRENNER; LÂNES; CARRANO, 2004, p. 7).

Podemos identificar duas questões baseadas na observação sobre o grupo ministerial: em primeiro lugar, a inexistência de uma metodologia participativa na análise e nas recomendações; em segundo lugar, a constatação da fragmentação e superposição das políticas de juventude já elaboradas durante o governo Lula.

Contando com um expressivo contingente de jovens, 34 milhões, entre 15 a 24 anos, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000), o Governo Lula que foi de 2002 a 2010, criou, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) que realizaram duas conferências nacionais (a primeira em 2008 e a segunda em 2011), incluindo o segmento juventude, por meio do termo “jovem” na Constituição Federal⁵, aprovando o Plano Nacional da Juventude, elaborando e enviando ao Congresso Nacional uma proposta de Estatuto da Juventude.

Sobre a criação do Conselho, setores sociais, ligados à temática na época, questionaram seu caráter consultivo e sua formação arbitrária, pois a composição de 20 membros do Poder Público e 40 membros da sociedade civil foram determinados por nomeação do Governo sem nenhum espaço de debate. Sobre a criação do conselho naquele momento histórico, a antropóloga e a época secretária adjunta de juventude, Novaes (*apud* SOUZA, 2011, p. 172-173), analisa:

Reconhecendo a “falta de acúmulo” organizativo e a necessidade de maior reflexão sobre as especificidades da categoria “juventude”, houve quem quisesse adiar a instalação do Conjuve. Nesta visão, o adiamento poderia garantir um processo mais participativo e resultados mais representativos. No entanto, as decisões políticas sempre implicam apostas e riscos, o governo brasileiro resolveu assumir o risco de convidar (“de cima pra baixo”, como costuma dizer) os Conselheiros e Conselheiras para compor o Conjuve, reconhecendo seu caráter experimental no seu aperfeiçoamento processual..

Posterior à criação do CONJUVE, foi lançado em 2006, pela Secretaria Nacional de Juventude, o documento denominado Guia de Políticas Públicas de Juventude. Este impresso é um marco nas publicações oficiais de juventude, pois é pela primeira vez utilizado institucionalmente o termo “juventudes”, demonstrando a posição do Governo federal em assumir a diversidade e a heterogeneidade desta categoria.

[...] O objetivo é colocar estas informações à disposição dos jovens, lideranças sociais, governos municipais e estaduais, organizações da sociedade civil e cidadãos que possam se interessar pelas políticas públicas. Inspirados pelo espírito republicano, esperamos, com este Guia, dar transparência à gestão do Estado,

⁵ A Emenda Constitucional nº 65, conhecida como PEC (Proposta de Emenda Constitucional) da Juventude, foi aprovada em julho/10. A emenda inseriu o termo “jovem” no capítulo VII da Constituição Federal... “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso” (BRASIL, 2010).

possibilitar o acompanhamento dessas iniciativas e, principalmente, ampliar o alcance dessas políticas em desenvolvimento.

[...] Diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonistas do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2006, p. 5-6).

O Governo federal também incluiu diversos programas direcionados especificamente a juventude em diversos ministérios, sendo o primeiro deles um programa vinculado inicialmente à Secretaria Nacional de Juventude, com o objetivo de acelerar a educação para garantir a formação no ensino médio, qualificar profissionalmente e transferir renda mediante a concessão de bolsas aos jovens de 18 a 24 anos, que estivessem fora do mercado formal de trabalho e que não tivessem concluído o ensino fundamental e, ainda, que estivessem caracterizados em condição de vulnerabilidade social. Refiro-me do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – o ProJovem.

Detalhando melhor o Projovem, é possível ter uma compreensão maior sobre a perspectiva escolhida pelo Governo, visto que este programa era tido como o carro-chefe das políticas de juventude.

A previsão era a de incluir 200 mil jovens em 2005 por meio da realização de um curso de 12 meses que lhes permitiria a obtenção da certificação do ensino fundamental, uma iniciação à formação profissional e o desenvolvimento de ação comunitária.

[...] A sua organização conta com um Comitê Gestor coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República e integrado pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (NAVARRO; SOARES, 2007, p. 4-5).

A execução do programa foi feita mediante de parcerias com as prefeituras municipais das capitais, podendo incluir os governos estaduais.

Outro que merece destaque é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), criado em junho de 2008. É o único programa da área de segurança que sinaliza uma ação específica para intervenção no campo da juventude. No interior do PRONASCI encontra-se o Programa de Proteção dos Jovens em Territórios Vulneráveis (PROTEJO) ele representa a única ação do PRONASCI que tem como foco principal a prevenção e o combate à violência doméstica como urbana. Segundo o CONJUVE (2010, p. 39 *apud* DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 148),

[...] O quadro de indicadores que subsidia a elaboração do Pronasci aponta uma intensificação da “violência endêmica”, facilmente visualizada através de

expressivos índices de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos, moradores de periferia e com baixa escolaridade. O texto afirma que há uma tendência por parte da sociedade e da mídia de criminalizar os adolescentes e jovens, quando, na verdade “contrariado o senso comum, as pesquisas mostram que são eles os mais vitimizados”.

Com suporte nesta síntese, é possível identificar o fato de que houve uma tentativa de trabalhar as ações de forma compartilhada entre diferentes áreas no âmbito do próprio Governo federal, e entre os outros níveis governamentais, para que a política pudesse atender concomitantemente a uma diversidade de demandas que objetivavam a (re)inserção social, educacional e comunitária do jovem.

Apesar, porém, de compreender a juventude como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos, o Governo exprime ações que na verdade agem para corrigir distorções decorrentes do modelo capitalista brasileiro, que se desenvolveu reproduzindo uma lógica de uma absurda concentração de renda. Os recursos são destinados a ações que apontam para possibilidades de sobrevivência, mas os jovens pobres ainda se encontram impossibilitados de alcançar voos mais altos, em virtude das oportunidades trazidas pertencerem a um cenário desigual.

No interior dos programas, é encontrado destaque para a questão do protagonismo social e da participação social das juventudes, conceitos que tratam os jovens de uma maneira individual e que apenas pelas suas mudanças comportamentais poderiam ser agentes fundamentais das mudanças sociais. Estas duas visões passam a ser incorporadas aos programas sociais com o fortalecimento de políticas para segmentos sociais. Entendo este enfoque como direcionamento de ações estabelecidas com base na própria promoção juvenil e que usem como metodologia a participação dos jovens.

É preciso enfatizar o eventual aporte dos jovens à sociedade, não limitando as políticas públicas de juventudes ao acesso a serviços materiais e simbólicos como um canal privilegiado para melhorar as condições estruturais da vida.

[...] Sob essa perspectiva, as políticas públicas de juventudes devem articular iniciativas programáticas relacionadas com melhorias das condições de vida dos jovens, com outras orientadas ao fomento da participação, considerando que não basta satisfazer somente investimentos nas condições sociais e econômicas (UNESCO, 2004, p.140).

Apesar de haver estes conteúdos no interior dos programas, na prática, o Governo opta pela ênfase na formação para o trabalho como melhor caminho para um reposicionamento social, e não leva em conta o fato de que, para os desafios que o trabalho exprime nos dias de hoje, se faz necessária uma formação mais qualificada.

A passagem de uma economia mais tradicional para outra, mais dinâmica, voltada para a tecnologia e inovação, para o acúmulo de informações e de novos conhecimentos vem exigindo alterações substanciais quantitativas e, sobretudo, qualitativas no sistema educacional e de formação profissional. A consequência disso é a necessidade de ampliar a educação geral, propiciando uma formação contínua durante o ciclo de vida ativa das novas gerações de trabalhadores. Educação agora é para a vida toda! (SANTOS, 2010, p. 170).

Na atualidade, a sociedade pós-industrial delega aos jovens os mesmos problemas dos adultos, como desemprego ou violência. O aumento da perspectiva de vida indicada que a transição para a juventude está mais extensa em relação aos recortes etários definidos anteriormente.

[...] os estudos europeus tendem a alongar os limites superiores da faixa etária pela inclusão da população com idade de 29 anos, como uma fase de pós-adolescência – um período de latência ou de moratória social-, porque o jovem, ao concluir sua escolaridade, não consegue se inserir nas atividades profissionais de mercado de trabalho formal.

[...] no Brasil, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, uma vez que determinadas características de autonomia e inserção no mundo laboral tornam-se uma exigência imediata para a maioria da população pobre (SPOSITO, 2003 *apud* SANTOS, 2010, p. 164).

Seguindo esta linha de estudo, o Conselho Nacional de Juventude brasileiro orienta no sentido de que o recorte etário para quem se destinam as políticas públicas atenda aos jovens de 15 a 29 anos. O problema é que o Estado não se preparou para receber este contingente de jovens, a oferta de bens e serviços públicos é insuficiente para atender toda esta demanda e, além disso, a família passa por transformações profundas, jovens assumem a chefia da casa, irmãos e irmãs são incorporados à prole de outros casamentos, o que modifica também as relações de parentesco.

Além da extensão etária, precisa-se ter a compreensão de que a complexidade das relações sociais impressas pelas transformações socioeconômicas impõe aos jovens uma determinada situação juvenil, distinta do conceito de condição juvenil.

[...] a condição juvenil seria o significado, a partir da dimensão histórica-geracional, constituído e atribuído pela sociedade a esse momento do ciclo da vida enquanto situação juvenil traduz-se no modo como tal condição é vivenciada por um, a partir dos diferentes recortes sociais- classe, gênero, etnia, etc. (SANTOS, 2010, p. 108).

Pela análise das ações realizadas no período do governo Lula, é notória uma tentativa incipiente de desenvolver políticas públicas, agregando os três níveis de/para/com referendados pelo relatório da UNESCO. A complexidade da condição juvenil, no entanto, ante a tardia tomada das decisões governamentais referentes a esta população, criou um

emaranhado de desafios de superação difícil a curto prazo. São antigos problemas com recentes formas de enfrentamento.

O histórico aqui mostrado da temática juventude entre as ações do Estado no Brasil, exprime uma metamorfose da posição ocupada socialmente por este segmento nos diferentes períodos analisados neste capítulo. Foram necessários cinco séculos para que os jovens brasileiros alcançassem o reconhecimento como sujeitos de direitos.

Situando os direitos sobre a óptica dos sujeitos que os pronunciam, significando, de partida, a recusa da ideia corrente de que esses direitos não são mais do que a resposta a um suposto mundo das necessidades e das carências; pois essa palavra que diz o justo e o injusto está carregada de positividade, é, por intermédio dela que os princípios universais de cidadania se singularizam no registro do conflito e do dissenso quanto à medida de igualdade e à regra de justiça que devem prevalecer nas relações sociais.

Como visto anteriormente, os jovens inicialmente eram tratados pelo Estado como seres que não ocupavam posição de destaque no cenário social. Na verdade, a juventude era um “não lugar” um estágio estagnado de preparação para vida adulta.

Constatamos que a posição socioeconômica, política e cultural do Brasil, do século XVI ao século XX, contribuiu para a invisibilidade dos problemas juvenis e o esvaziamento da posição dos jovens na sociedade da época. Foi somente no início do século XXI que, finalmente, se garantiu uma posição de visibilidade a este segmento. A condição juvenil é afetada, direta ou indiretamente, pelas transformações econômicas e pelos diferentes recortes etários identificados.

As ações oferecidas pelo Estado brasileiro aos jovens percorrem os caminhos da caridade, filantropia e assistências até atingirem a garantia de direitos, e os jovens transitam entre o tratamento para os excluídos, os vulneráveis, até chegarem à posição de sujeitos de direitos. É importante ressaltar que estas categorias e conceitos não seguiram simplesmente uma linearidade, pois se encontram na atualidade interagindo no interior das diversas esferas públicas todas estas concepções, o que demonstra o muito que ainda se precisa avançar nesta temática.

As abordagens iniciais eram coercitivas, repressivas e posteriormente transitaram para o assistencialismo. Mergulhado em uma cultura paternalista e autoritária, o Estado Brasileiro variava entre a omissão e a destinação de recursos públicos, numa perspectiva de privilégio como sendo um favor aos membros desta população.

As ações inicialmente foram se comportando no sentido de preparar os jovens para a idade adulta, focando principalmente na aquisição de experiências com destaque para as ações de educação e qualificação profissional. Apesar de desenvolvidas em uma

perspectiva universalista, não levava em conta as diversidades dos jovens, assumindo um tratamento homogêneo simplesmente adequado a um recorte biológico.

No segundo momento foram dirigidas políticas compensatórias, focalizadas, prioritariamente, nas áreas da saúde e justiça, predominando temas como violência e gravidez não desejada. A juventude é tratada como uma etapa problemática da vida, estigmatizada e marginalizada socialmente.

Em seguida, foi introduzido um viés que trata os jovens como ocupantes de uma posição estratégica para o desenvolvimento do País, o que demonstra avanço em relação às anteriores, pois reconhecem os jovens como agentes dinâmicos da sociedade e capazes de responder os desafios trazidos pela incorporação das inovações tecnológicas, porém não abre uma discussão de como os jovens poderiam se inserir neste âmbito.

Nas últimas décadas, nota-se que as políticas públicas de juventude se destinam muito mais a oferecer aquilo que se intuiu ser a necessidade dos jovens e muito menos a se ocupar em indagar ou provocar processos que abrissem espaços e tempos para diálogo, a fim de que os próprios jovens apontassem caminhos e demandas.

Por último, é admitido o recorte de jovens detentores de direitos, uma juventude cidadã, posição anteriormente garantida por meio de inúmeras mobilizações às crianças e adolescentes. O jovem passou a ser tratado com uma visão integral, devendo ser atendido com base na articulação das diversas políticas e valorizando as diferentes juventudes.

A década de 1980 precisava ser reforçada em uma posição de destaque. É o acúmulo das articulações e mobilizações realizadas no início da redemocratização brasileira que possibilita a formulação de uma Constituição sintonizada com a perspectiva da garantia de direitos civis, sociais e políticos em 1988. Este estágio de organização da sociedade enseja também a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, documento que abre as portas para todas as legislações destinadas a segmentos sociais.

Na chegada dos anos 2000, o Governo depara com desafios que precisavam ser equilibrados. Contribuir para a constituição de um modelo de políticas públicas diverso dos realizados anteriormente em relação à posição dos jovens na sociedade; uma elaboração que ampliasse os direitos universais como saúde, educação e trabalho e agregasse novas ações para cobrir os diversos direitos das juventudes.

Ide de se reconhecer neste período uma forte tentativa do Governo federal em agir perante aos problemas causados aos jovens. Várias medidas podem ser identificadas, porém os resultados ainda são insuficientes em confronto com os desafios postos.

As políticas públicas de juventude ainda não se constituíram em suportes suficientes para que os jovens brasileiros possam viver com dignidade o tempo de juventude e, também, caminhar em transições não tão acidentadas para a autonomia na vida adulta. Ide de se cuidar, analiticamente, para não atribuir às políticas de juventude as melhorias nas condições de vida de jovens das camadas populares, pois elas podem ter ocorrido como efeito social proveniente da estabilidade econômica vivida pelo País nos últimos anos e das políticas de transferência de renda focadas nas famílias.

Entendemos que as definições das agendas públicas federais causam imediato impacto sobre as agendas estaduais e municipais em razão da nossa estrutura federalista. Como este estudo trata da análise de uma política pública municipal de juventude, compreendemos a necessidade de um resumo que analisasse qualitativamente o histórico da efetivação desta política no âmbito federal.

Foi neste sentido que desenvolvi este segundo capítulo, acumulando experiências para a análise que será apresentada ao final. Pois como já dizia Gramsci “é preciso encarar a realidade histórica com o pessimismo da razão e o otimismo da vontade”!

4 JUVENTUDES E POLÍTICAS PÚBLICAS EM FORTALEZA – UM ANDAR PELA CIDADE

“A História não está concluída. Ela está sendo escrita e os jovens não são apenas espectadores, mas agentes – o futuro começa agora e ele se chama juventude”.

(Autor Desconhecido).

Vimos no capítulo anterior um enredo histórico sobre políticas públicas de juventude executadas no âmbito federal. Estas se realizaram no interior das cidades, causando intensa influência sobre as políticas municipais. Segundo os autores Carrano e Sposito (2003), o poder municipal aparece como campo privilegiado de análise porque nele as relações entre sociedade civil e Estado, para a conformação de uma esfera pública democrática, aparecem de forma mais clara.

Outro fator que contribui para execução das políticas pelos governos locais são os aspectos econômicos e sociais, pois a condição juvenil é vivenciada de modo diferenciado de acordo com as particularidades de cada região, estado ou município, contribuindo para tornar mais evidente o conceito plural de juventudes.

Este capítulo também tem como foco proceder a análise das políticas de juventudes destinadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) aos seus jovens durante os anos de 2009 a 2012. Desse modo, expressarei a caracterização da Cidade e de seus jovens, reunindo quatro variáveis que considero as mais importantes para traçar o perfil da juventude na cidade de Fortaleza – população, educação, trabalho e renda – fundamentais para balizar programas e ações. Na segunda parte do capítulo, analiso a principal política do Plano Plurianual (2010-2013), o Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ), e os recursos destinados para todas as ações derivadas do desenvolvimento deste programa.

4.1 A CIDADE DE FORTALEZA

“No interior da grande cidade de todos está a cidade pequena em que realmente vivemos”.

(José Saramago).

O município de Fortaleza ocupa posição de significativa importância no Estado do Ceará e na região Nordeste do Brasil. Atualmente, segundo dados do IBGE, Fortaleza possui 29,7% da população do Estado do Ceará e concentra mais de 50% do Produto Interno Bruto e mais de 60% do emprego gerado em terras alencarinhas (IBGE, 2010). De acordo com os

dados expostos na mensagem à Câmara Municipal de Fortaleza para a abertura da Sessão Legislativa de janeiro de 2013, Fortaleza está dividida espacialmente em 117 bairros, distribuídos por critérios administrativos em sete secretarias executivas regionais, ocupando uma área de 335,11 km² (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2013b).

Com uma população de quase 2,5 milhões de habitantes, Fortaleza destacou-se nos últimos anos pelo elevado volume de investimentos e pela geração de empregos formais, liderando o *ranking* no Nordeste nas variáveis mais dinâmicas da economia, desde 2006. Os principais investimentos situaram-se nas áreas de infraestrutura urbana, mobilidade, habitações, equipamentos de saúde, equipamentos esportivos, escolas e creches, equipamentos culturais e equipamentos para a juventude.

O Produto Interno Bruto (PIB), de R\$ 37,1 bilhões (2010), é o nono do País e foi alcançado principalmente pela elevação dos investimentos totais nos últimos anos e o impacto destes sobre os empregos formais, o que conferiu, ao mercado de trabalho com carteira assinada, uma trajetória ascendente nos últimos anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2013b). As principais atividades são o comércio, construção civil, Administração Pública, indústria de transformação e os serviços, com destaque para o turismo. A concentração de renda em Fortaleza é uma das mais elevadas do Brasil, indicando maiores desafios para a superação da pobreza extrema e da exclusão social. Isto se reflete em rendimentos menores do que a média nacional⁶, requerendo das políticas públicas integração para redução das disparidades regionais entre os municípios.

Quando se analisa o orçamento do Município⁷, observa-se que as transferências constitucionais possuem maior peso em relação à receita própria arrecadada, indicando dependência financeira do setor público municipal de outras esferas de governo, visto que tanto a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) quanto a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)⁸ são arrecadadas, respectivamente, pelos Governos federal e estadual e repassadas, de acordo com dispositivo constitucional, para os municípios. Assim, comprova-se que a arrecadação própria do

⁶ De acordo com o IBGE, o rendimento médio mensal no Brasil em 2010 foi de R\$ 1.671,00, enquanto em Fortaleza a Secretaria Executiva Regional (SER) V registrou o menor rendimento médio mensal da capital, R\$ 629,30, e a SER II o melhor, R\$ 1.301,200 (IBGE, 2010).

⁷ O Orçamento do Município de Fortaleza situava-se em torno de R\$ 4 bilhões em 2010 e saltou para R\$ 5 bilhões em 2012 – Lei Orçamentária Anual (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2010b, 2012c).

⁸ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM), criado na Constituição de 1988, compõe-se de 22,5% do Imposto de Renda (IR) e 22,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) usando como critério de distribuição a baixa renda per capita dos municípios. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), também criado na Carta Magna de 1988, divide-se percentualmente em 75% para o estado e 25% para o município onde o imposto foi gerado (OLIVEIRA, 1995).

Município de Fortaleza não é suficiente para cumprir os preceitos constitucionais, como os percentuais de educação, saúde, dízimo do Poder Legislativo e o pagamento de pessoal e encargos sociais. O principal imposto da arrecadação própria, que é o Imposto sobre Serviços (ISS), representa pouco mais de 2/3 da cota-parte do FPM e do ICMS, que são transferências equivalentes em termos de valor. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), em Fortaleza, é um dos mais baixos do País, pois não chega nem a 1/3 da cota parte do FPM e do ICMS (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2013a).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, Fortaleza tem 2.452.185 habitantes, sendo 1.147.918 pessoas do sexo masculino e 1.304.267 do feminino. Na Tabela 1, que mostra área, população e densidade demográfica de domicílios da Cidade conforme a região administrativa, é observável o fato de que os maiores contingentes populacionais se encontram nas SER's VI e V, seguidas pelas SER's II e I. Estas também compreendem as maiores áreas da Cidade e um maior número de bairros por quilômetro quadrado, exceto para a SER I, que tem a menor área e um menor número de bairros, o que lhe confere elevada densidade demográfica (habitante por quilômetro quadrado), quase o dobro da média do Município. Ou seja, considerando a SER do Centro como especial, dentre as seis SER's a SER I é a menor em área, é a que tem menos bairros, mas a que tem mais pessoas aglomeradas por quilometro quadrado. O bairro do Pirambu possui mais de 20 mil habitantes por km²; está no topo dos bairros, assim como a cidade de Fortaleza está entre as que possuem mais habitantes por km², superando as maiores cidades do País, como Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse tópico, também tenho que considerar a densidade demográfica da SER III, bem próxima da SER I. Em sua tese de doutoramento, Bernal (2004) também acentua que o crescimento populacional de Fortaleza adicionou novos desafios as políticas públicas, especialmente aquelas vinculadas das áreas sociais, como infraestrutura, habitação, saúde e educação.

A cidade de Fortaleza, núcleo central da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), capital e quinta maior concentração urbana do país, vem mantendo a posição de líder neste conjunto metropolitano, com 73% da população da área em 1991 e com 71% em 2000. A metropolização de Fortaleza pode ser explicada pelo crescente incremento de sua população urbana, que registrou taxa de crescimento de 77% em 1960 com relação ao decênio anterior, passando para 84% em 1970 e para 95% em 1980. O contingente populacional da RMF representa ainda 53,4% da população urbana do Estado, sendo somente a capital responsável por 46,5% desta população (BERNAL, 2004, p. 87).

É lícito informar que Fortaleza, até 1990, dobrava sua população a cada 15 anos, com crescimento calcado nos crescentes fluxos migratórios geradores de maior apartação

social e territorial que se expressam em elevados níveis de concentração de renda e maiores índices de pobreza e exclusão social, obrigando a ampliação da intervenção do Estado nas áreas sociais e de infraestrutura.

Tabela 1 – Área, população, densidade demográfica e domicílios, por região administrativa – Fortaleza-CE, 2010

Região	Quantidade de Bairros	Área (km ²)	População	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)
I	15	25,82	363.912	14.338,53
II	21	49,34	363.406	6.786,94
III	16	27,78	360.551	12.978,79
IV	19	34,22	281.645	8.230,42
V	18	63,47	541.511	8.531,76
VI	28	134,93	541.160	4.010,67
Centro	1	5,45	28.538	5.236,33
Total	117	335,11	2.452.185	7.317,55

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

No Brasil, em especial no Nordeste, as cidades cresceram muito, de forma irregular, comprometendo o bem-estar e a qualidade de vida. O latifúndio e o descaso no tratamento da questão agrária, a insuficiência de políticas públicas, a difícil interiorização do desenvolvimento, ao que se aliam as “oportunidades” da cidade grande em termos de saúde, educação e serviços públicos, ocasionaram intenso fluxos migratórios do campo para a cidade. De acordo com o professor Assuero Ferreira, Fortaleza, até meados dos anos 1990 duplicou sua população a cada 15 anos, elevando as carências sociais no que se refere ao atendimento de demandas coletivas e ao conforto urbano.

[...] em 2001, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, três em cada 10 pessoas eram não naturais do município em que residiam; referindo-se somente aos cearenses residindo no Ceará, 2,6 pessoas em cada 10 eram não naturais do município onde residiam. Outrossim, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), estas proporções eram, respectivamente, 4,1 e 3,7. E, ainda mais, a RMF que detinham 40,4% da população total residente no Ceará, absorvia 66,6% do total de migrantes no Estado, definidos por aqueles que não são naturais do município onde residem (FERREIRA, 2007, p. 59).

Poucos dos 117 bairros de Fortaleza possuem infraestrutura de saneamento básico, crucial para reduzir doenças ligadas a vetores parasitários. A cobertura de esgotamento sanitário na capital do Ceará atinge 53,5% do território. Quanto aos serviços de abastecimento de água, a cobertura chega a 98,4% (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2013b). A infraestrutura é concentrada na SER II e em alguns bairros de outras SER's revelam que a política pública, historicamente, elegeu áreas da cidade no seu

modo de intervenção. De outro modo podemos dizer que a ocupação da cidade, principalmente na periferia, sucedeu de forma livre, sem nenhuma intervenção de planejamento urbano. É justamente neste espaço que vive a maioria dos milhares de jovens da cidade que necessitam da intervenção do Poder Público. No contexto dos problemas estruturais de Fortaleza, que perduram nos dias atuais, recorro a Silva (2007), que sempre expressa em seus artigos a caracterização geral da cidade.

[...] Fortaleza é uma cidade sem lei. Sua forma urbana comprova essa assertiva com ruas e avenidas implantadas sem obediência de plantas oficiais. Crescem edificações em locais impróprios, ou 'proibidos'. Do ruído excessivo e destruição acelerada da natureza, nem se fala. É fácil constatar essas agressões na orla da cidade, no aterro de lagoas e várzeas e muitas construções irregulares. Tudo isso faz de Fortaleza, uma cidade em situação de risco (SILVA, 2007, p. 1).

A escalada da violência, que atinge também outras metrópoles brasileiras, aumentou na última década no Estado do Ceará e, particularmente, em Fortaleza. A violência é um problema estrutural, incorporado nas sociedades e de soluções difíceis. A complexidade do tema, entretanto, não pode servir de justificativa para que o Governo não cumpra sua função de Estado: proteção de cada cidadão. De acordo com o Waiselfisz (2010), o indicador de violência urbana utilizado é a Taxa de Homicídios (TH), que mede a quantidade de homicídios por 100 mil habitantes.

Analisando os números e fazendo uma reflexão sobre a violência constata-se, com amparo no Mapa da Violência no Brasil, que a TH no Estado do Ceará cresceu em 80%, de 2000-2010, saltando de 16,5 para 29,7 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Considerando que a TH no Brasil, no mesmo período, está estagnada em torno de 26% e que diminuiu nos grandes centros urbanos como São Paulo (TH caiu de 42,2 para 13,9) e Rio de Janeiro (TH caiu de 51,0 para 26,2), comprova-se que houve elevação da TH em algumas regiões e Estados brasileiros, como no Ceará. Mencionado estudo também constatou que o clima de insegurança atinge mais as grandes cidades. Somente em Fortaleza são cerca de 12 assassinatos num fim de semana, em sua maioria, jovens do sexo masculino. Os números para a capital cearense são também preocupantes: entre 2000 e 2010, a TH cresceu de 16,2 para 47,3, registrando um percentual de 191% (WAISELFISZ, 2013). Na pesquisa Homicídios e Juventude no Brasil, que analisa as taxas de homicídios (por 100 mil) na população jovem por capitais e regiões do Brasil, aponta que a situação é mais alarmante ainda: enquanto em 2001 a TH era de 52,2, em 2011 saltou para 129,7, apresentando um aumento de 148,4% no período. Ou seja, a TH entre os jovens é quase quatro vezes maior quando comparada com todas as idades (WAISELFISZ, 2013).

Este crescimento desordenado da cidade não foi acompanhado de políticas públicas adequadas. Fortaleza, como mostrado aqui, provou de uma urbanização muito intensa, aumentando a necessidade de maiores intervenções sociais. A crise dos anos 1980 e o fim do planejamento dos anos 1990 direcionaram os esforços de política para o pagamento do serviço da dívida externa e para a redefinição do papel do Estado na economia, eivado de disciplina fiscal e de uma racionalidade que pôs em xeque os gastos sociais. Os anos recessivos e de baixo crescimento elevaram a exclusão, o desemprego e a violência, atingindo invariavelmente os jovens da cidade, sua estética, imaginário, influências e suas trajetórias de vida (DIÓGENES, 2008).

É nesse âmbito de cidade desigual, dependente e com profundos problemas estruturais evidenciados na falta de infraestrutura e segurança pública, que vivem os jovens de Fortaleza. É esta realidade que o Poder público depara, entretanto, feita a caracterização geral da Cidade, faz-se necessário um diagnóstico dos jovens de Fortaleza, especialmente no que se refere à distribuição da população e ao acesso educação, trabalho e renda.

4.2 A CIDADE E OS JOVENS

“O futuro está oculto atrás dos homens que o fazem”.

(Anatole France).

Neste tópico, analiso o perfil do jovem na cidade de Fortaleza, especialmente o de faixa etária de 15-29 anos, intervalo de idade definido para o direcionamento das políticas de juventude pelo Governo federal, como visto no capítulo anterior, seus níveis de escolarização, trabalho e renda, desde o contexto da cidade, no que se refere aos aspectos socioeconômicos.

O Brasil, de acordo com o último censo populacional, possui população de 190.732.694 habitantes, dentre os quais 51,3 milhões são jovens, ou seja, 27% dos brasileiros são jovens de 15-29 anos⁹. Em Fortaleza, do total da população de 2.452.185 habitantes, 718.613 são jovens, representando 29,3% da população, indicador um pouco acima do percentual nacional e que se encontra distribuído de forma homogênea pelas regiões administrativas (IBGE, 2010).

Seguindo o recorte adotado, a distribuição dos jovens por idade é bastante homogênea, com predominância daqueles na faixa etária de 20-25 anos. Por sexo, a

⁹ Seguirei o recorte orientado pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) apresentado no capítulo anterior, visto que este foi o escolhido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza no planejamento das políticas públicas destinada aos jovens.

predominância é das mulheres para todas as idades de 15-29 anos (IBGE, 2010). Na autodeclaração de raça ou cor, 59% dos jovens identificam-se como pardos; 35% brancos; 4,4% negros; 1,5% amarelos (asiáticos) e 0,1% de origem indígena (IBGE, 2010).

Outra informação crucial se refere à distribuição espacial dos jovens na cidade e nos bairros. Esse diagnóstico pode auxiliar os planejadores e gestores públicos no direcionamento das políticas públicas, localização e construção de equipamentos para a juventude e ações integradas e complementares.

A Tabela 2 que traz os números dos bairros mais populosos de Fortaleza, estratifica a população por faixa de idade e revela que os jovens, em maioria, não estão nos considerados bairros nobres da cidade e sim nas áreas com deficiência de infraestrutura e em geral com fortes indicadores de violência e exclusão social^{10,11}. O bairro da Barra do Ceará, onde a PMF instalou o primeiro CUCA, objeto de estudo do deste trabalho, expressa a maior população jovem do município (22.577 jovens em idade de 15-29 anos), seguido pelos bairros do Mondubim (22.306 jovens) e de Vila Velha (17.836 jovens). É interessante citar que no bairro do Mondubim, foi entregue um CUCA, da SER V, em dezembro de 2012, e o da Vila Velha situa-se nas cercanias da Barra do Ceará, podendo também se beneficiar das políticas públicas para aquela área. Vila Velha e Barra do Ceará são dois dos 15 bairros que compõem a SER I, a regional de maior densidade demográfica da cidade.

Tabela 2 – Bairros de Fortaleza com maior população jovem (2010)

Bairros	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	População Jovem
Barra do Ceará	7.382	8.015	7.180	22.577
Mondubim	7.242	7.578	7.486	22.306
Vila Velha	5.696	6.248	5.582	17.836
Granja Lisboa	5.585	5.433	5.015	16.033
Jangurussú	5.264	5.012	4.920	15.196
Passaré	4.891	4.993	4.955	14.839
Quintino Cunha	4.799	5.079	4.878	14.756
Vicente Pinzón	4.158	4.723	4.650	13.531
Pici	4.380	4.550	4.069	12.999
Genibaú	4.303	4.568	3.973	12.844

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

¹⁰ Semestralmente, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, divulga boletins na imprensa dos bairros mais violentos de Fortaleza, utilizando como parâmetro as taxas de homicídios: Barra do Ceará e Vila Velha sempre estiveram incluídos nos referidos boletins (CEARÁ, 2013).

¹¹ Segundo os dados do Cadastro Único (CADÚNICO)/PMF, em 2010, a cidade de Fortaleza apresenta um total de 41.791 famílias na situação de extrema pobreza que não recebem algum tipo de benefício de transferência de renda: são famílias que vivem com menos de R\$ 70,00 *per capita* por mês (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2010c). O Pirambu, maior densidade demográfica de Fortaleza, e que se encontra nas cercanias da Barra do Ceará, está entre os bairros de Fortaleza caracterizados como extremamente pobres.

Quanto ao acesso a educação e escolaridade da juventude, dados do IBGE apontam que 37,1% dos jovens de Fortaleza, na faixa etária de 15-29, estudam, 61,0% não estudam mas já frequentaram e já concluíram algum nível escolar e 1,9% de jovens nunca frequentou a escola, ou seja, 13.655 dos 718.613 jovens de Fortaleza nunca frequentaram a escola (IBGE, 2010). O jovem analfabeto está desempregado ou empregado de forma precária, informalidade e condições de miséria caracterizam sua exclusão social.

A Tabela 3 traz a distribuição de jovens estudantes que frequentam algum nível de escolaridade, segundo grupos etários, em termos percentuais. Nessa ilustração, é dado compreender, com base no último Censo, que grau de acesso à educação a juventude teve como oportunidade e qual o grau de escolaridade da população juvenil conforme as faixas etárias. Na distribuição da tabela, 38,9% dos jovens estudantes estão situados no ensino médio, demonstrando que os jovens, principalmente os com idade acima de 20 anos, não estão frequentando a escola na idade certa, atrasando o rendimento escolar e a qualificação para o mercado de trabalho. Por outro lado, 28,7% estão cursando o ensino superior e parte significativa desse percentual pode ser explicada pela política de incentivo do Governo federal para que o jovem ingresse na universidade¹².

Tabela 3 – Distribuição de jovens estudantes de acordo com curso frequentado segundo grupos etários (2010) – percentual (%), Fortaleza-CE

Nível de Escolaridade	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	Jovens
Alfabetização	0,7	1,0	1,1	0,8
Ensino Fundamental Regular	26,1	6,8	7,8	18,2
EJA Fundamental	4,4	3,6	4,5	4,2
Ensino Médio Regular	54,4	18,5	14,6	38,9
EJA Médio	6,0	9,0	8,7	7,2
Superior	8,3	58,8	55,3	28,7
Especialização	0,1	1,6	5,5	1,3
Mestrado	0,0	0,5	1,7	0,4
Doutorado	0,0	0,1	0,9	0,2

Fonte: Perfil da Juventude em Fortaleza: aspectos socioeconômicos a partir dos dados do censo 2010. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE (2013), a partir dos microdados do IBGE (2010).

Obs: EJA = Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com o IBGE, a frequência escolar dos jovens no intervalo de 15-29 anos de idade é maior na faixa compreendida entre 15-19, subgrupo mais assíduo e que possui

¹² O Programa Universidade para Todos (PROUNE) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderirem ao Programa. É dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar *per capita* máxima de três salários mínimos (BRASIL, 2005).

frequência em torno de 70%. Na medida em que a idade é superior a 19 anos, a frequência declina, visto que os jovens, uma vez no mercado de trabalho, tendem a uma menor assiduidade na escola. Assim, entre 20-24 anos, a frequência é de menos de 30%, enquanto na idade superior a 25 anos cai mais ainda, para 16,4%. É fundamental a educação na idade certa para não propiciar atrasos no rendimento escolar, reprovações e abandonos (IBGE, 2010).

Diversos estudos já comprovaram que a inserção de jovens no mercado de trabalho tem suas possibilidades ampliadas na medida em que ele exprime maiores anos de escolaridade, portanto, quanto mais anos de estudo e formação escolar, melhores serão as oportunidades de trabalho para os jovens.

A Tabela 4 expressa a alocação de tempo dos jovens entre estudo e trabalho, segundo grupos etários. Observa-se além dos percentuais dos subgrupos, que a maioria dos jovens que somente estuda está na faixa etária de 15-19 anos e a maioria dos jovens que apenas trabalham se encontra na faixa etária que apresenta as maiores idades para jovens (25-29 anos). Apenas 12,6% dos jovens estudam e trabalham, confirmando que o índice de abandono do jovem que adentra o mercado de trabalho é elevado, mesmo representando a contramão das oportunidades. Está comprovado que a pessoa que acumula maiores anos de estudo e/ou experiência profissional logra melhores alocações no mercado de trabalho. A informação que requer mais atenção das políticas públicas, voltadas para os jovens, é a indicadora de que 22,4% destes nem estuda nem trabalha (IBGE, 2010).

Tabela 4 – Alocação de tempo dos jovens entre estudo e trabalho, segundo grupos etários (2010) – percentual (%), Fortaleza-CE

Grupos de Idade	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	Jovens
Apenas estuda	57,1	14,4	5,2	24,6
Estuda e trabalha	12,7	14,0	10,9	12,6
Apenas trabalha	12,7	45,5	60,7	40,4
Não estuda e não trabalha	17,6	26,0	23,1	22,4

Fonte: Perfil da juventude em Fortaleza: aspectos socioeconômicos a partir dos dados do censo 2010. IPECE (2013), a partir dos microdados do IBGE (2010).

Pelos dados do último Censo Demográfico, Fortaleza é composta majoritariamente por jovens trabalhadores. Em percentuais, 61,5% dos jovens entre 15-29 anos se encontram na População Economicamente Ativa (PEA)¹³, são jovens que estão no

¹³ Considera-se economicamente ativo aquele indivíduo que está no mercado de trabalho empregado ou desempregado em busca de emprego. Pessoas que não trabalham e nem estão procurando emprego não fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA) de 15 anos ou mais. Em Fortaleza, este percentual nos jovens de 15-29 anos é de 38,5% (IBGE, 2010).

mercado de trabalho ocupados ou desocupados, mas em busca de empregos. Em Fortaleza, a maioria dos jovens empregados possui 20 anos ou mais justamente as faixas mais suscetíveis ao abandono dos estudos. Em números absolutos, existe, em Fortaleza, uma população de aproximadamente 441,6 mil jovens economicamente ativos, dos quais, 380,6 mil estavam empregados e 61 mil desempregados, o que reflete numa taxa de desemprego de 13,8%¹⁴ (IBGE, 2010).

No referente aos rendimentos do trabalho auferidos pelos jovens de Fortaleza, 2% não recebem rendimentos monetários pelo trabalho desenvolvido, geralmente jovens que trabalham em empresas familiares sem direito a rendimento. Dos 98% que auferem algum rendimento, possuem renda média mensal de R\$ 803,20, sendo que a renda média da faixa etária de 25-29 anos é maior, 25,2%, do que a média, ou seja, jovens com maior idade podem perceber no mercado de trabalho até R\$ 1.006,20. Se o critério for as regiões administrativas da cidade, na SER II, para todos as faixas de 15-29 anos, o rendimento médio chega a R\$ 1.301,20¹⁵, maior do que a média, 62%, indicando que na SER II as oportunidades de trabalho e de rendimento são melhores do que em outras áreas de Fortaleza (IBGE, 2010).

A Tabela 5 exibe a distribuição dos jovens de Fortaleza de acordo com as faixas de salários. Com base nos dados da síntese de indicadores sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira, do IBGE, nota-se a condição das famílias em que os jovens vivem, utilizando indicadores de renda e pobreza para caracterizar o perfil econômico das famílias destes jovens em Fortaleza. Na Capital cearense, 84,1% das famílias em que os jovens estão domiciliados percebem rendimento domiciliar *per capita* de até dois salários mínimos¹⁶, sendo que 42% é a média nacional e 32% a do sudeste do país. Em Fortaleza apenas 5,2% tem renda domiciliar *per capita* de 5 salários mínimos ou mais (IBGE, 2010).

¹⁴ Em Fortaleza, o desemprego é maior em jovens que se encontram na faixa etária de 15-29 anos, 26,1%, e menor na faixa de 25-29 anos, 8,3% (IBGE, 2010). 14,4% é o desemprego em jovens de 20-24 anos em Fortaleza.

¹⁵ A segunda SER, em Fortaleza, que melhor remunera é a IV, com R\$ 904,40. Todas as outras possuem renda média mensal abaixo da média de R\$ 803,20. No bairro Barra do Ceará, a renda média mensal é de R\$ 398,61 enquanto no Meireles é R\$ 3.659,54 (IBGE, 2010).

¹⁶ 16,4% dos jovens declararam que são os responsáveis pelo domicílio em que vivem e 83,6% vivem em domicílios em que os responsáveis são os pais ou outro membro da família (IBGE, 2010).

Tabela 5 – Distribuição dos Jovens de acordo com faixas de salários (2010) percentual (%), Fortaleza-CE

Rendimento Domiciliar Per Capita	% Jovens
5 salários mínimos ou mais	5,2
3 salários mínimo a 5 salários mínimo	4,9
2 salários mínimo a 3 salários mínimo	5,8
1 salário mínimo a 2 salários mínimo	20,9
½ salário mínimo a 1 salário mínimo	31,5
¼ salário mínimo a ½ salário mínimo	19,7
Zero a ¼ salário mínimo	8,0
Sem rendimento	4,0

Fonte: Perfil da Juventude em Fortaleza: aspectos socioeconômicos a partir dos dados do censo 2010. IPECE (2013), a partir dos microdados do IBGE (2010).

Recorrendo ao conceito de linha de pobreza e extrema pobreza extraído do Decreto Federal nº 7.492, de 2 de junho de 2011, é possível quantificar jovens na condição de pobres e extremamente pobres (BRASIL, 2011). Rendimentos inferiores a R\$ 140,00 *per capita* classifica o indivíduo como pobre, e inferiores a R\$ 70,00 *per capita* como extremamente pobre. Assim, os microdados dados do IBGE extraídos pelo IPECE revelam que em Fortaleza existem 14,4% de jovens pobres e 6,8% extremamente pobres, sendo que o grupo que expressa maior percentual de pobres e extremamente pobres é da faixa etária entre 15-19 anos, respectivamente, 17,9% são pobres e 7,7% extremamente pobres¹⁷ (IBGE, 2010).

O IBGE também revelou que a distribuição da pobreza e da extrema pobreza em jovens de Fortaleza, nas regiões administrativas, possui uma trajetória semelhante entre as SER I, V e VI, áreas que concentram os maiores percentuais de jovens pobres e extremamente pobres. Na SER I, 16,1% dos jovens são pobres e 6,7% extremamente pobres. Nas SER V e VI, a semelhança se acentua, pois são, respectivamente, 15,7% e 15,9% de pobres e 6,2% e 7,6% de extremamente pobres (IBGE, 2010). Foi nessas três regionais que os equipamentos para a juventude, os CUCAS, foram entregues em 2009 (Cuca da Barra do Ceará – SER I) e em 2012 (Cuca do Mondubim – SER V e Cuca da Messejana – SER VI).

O perfil dos jovens de Fortaleza de 15-29 anos de idade é caracterizado por uma ambiência de vulnerabilidade e exclusão social. A distribuição espacial da população, da renda, do trabalho e o nível de escolarização são elementos fundamentais para nortear o planejamento das políticas públicas. Em Fortaleza, quase 30% da população são compostos de jovens que se declararam pardos, em sua maioria, e que moram em bairros periféricos extremamente pobres. Analfabetismo, educação formal na idade errada, abandono escolar,

¹⁷ Do mesmo modo na faixa etária de 25-29 anos os percentuais de pobres (12,1%) e extremamente pobres (5,8%) são menores (IBGE, 2010).

baixa remuneração e trabalhos precários fazem parte do contexto do jovem fortalezense, obrigado ainda a conviver com uma infraestrutura sanitária medíocre e altas taxas de homicídios registradas nos últimos anos. É nesse cenário que a política pública para o jovem tem que planejar seus programas e ações, levando em consideração uma cidade pobre, dentro de um estado e de uma região também pobre se comparados com outras unidades da Federação brasileira.

4.3 A PREFEITURA E OS JOVENS

“Por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são ‘públicas’”.

(Marias das Graças Rua).

Partindo da concepção da importância da política pública para os jovens e em sintonia com os movimentos nacionais e a mudança de visão implementada pelo Governo federal no início do ano 2000, a Prefeitura de Fortaleza criou um conjunto de instrumentos legais para elaborar e realizar políticas públicas de juventudes. Em janeiro de 2005, tomou posse pela primeira vez, a prefeita Luizianne Lins. Reconduzida no processo eleitoral seguinte, permaneceu até 2012. Em 19 de abril de 2007, pela Lei nº 9.204, criou o Conselho Municipal de Juventude.

Art. 2º.- O Conselho Municipal de Juventude é um órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, de representação da população jovem e de assessoramento da Prefeitura Municipal nas questões relativas às políticas públicas voltadas para os jovens na cidade de Fortaleza. Parágrafo Único- para fins do disposto nesta lei, considera-se jovem a parcela da população entre 15(quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2007b, p. 1).

Ressalto, por oportuno, dois pontos sobre a criação do Conselho Municipal: primeiro, seu caráter deliberativo, que o diferencia da maioria dos conselhos municipais de Fortaleza. Em segundo lugar, o fato de este, em seu Art. 4º, determinar que sua composição se fará por dez membros do Poder Público municipal e 20 componentes da sociedade civil (sendo dois escolhidos nas assembleias do Orçamento Participativo (OP) de Fortaleza e 18 eleitos no 1º. Encontro Municipal de Juventude, realizado em junho de 2007, entre diversos grupos de jovens que se organizam em torno de temáticas políticas, sociais, culturais, religiosas e esportivas, voltadas para a melhoria da qualidade de vida dos jovens), demonstrando uma representação maior da sociedade e também se diferenciando dos demais conselhos que possuem em sua maioria composição paritária.

Ainda em 2007, foi criada, pela Lei Complementar nº 0047, de 05 de dezembro, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude.

Art. 1º. - Fica criada a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, unidade administrativa vinculada ao gabinete do prefeito, com *status* de secretaria, responsável por coordenar e desenvolver políticas públicas voltadas para a juventude, especificamente entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos como forma de garantir direitos e construir a cidadania. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2007c, p. 3).

A PMF, nesse período, possuía sete coordenadorias voltadas para segmentos sociais, apenas duas vinculadas ao Gabinete da prefeita e com *status* de secretaria, a Coordenadoria de Mulheres e a Coordenadoria de Juventude, o que demonstra um tratamento diferenciado em relação a estes segmentos. Além da criação destes instrumentos, a PMF realizou duas Conferências Municipais de Juventude (uma no ano de 2008 e outra em 2011) e incluiu o segmento juventude no OP. Segundo relatos da Coordenadoria de Juventude, todos os programas e projetos executados tinham sido propostos e/ou aprovados nas assembleias do OP realizadas durante o ciclo orçamentário.

Nas administrações anteriores, as ações destinadas aos jovens limitavam-se a programas e/ou projetos com o cunho assistencialista e difuso em vários cortes etários. Exemplifico estas ações com a mostra de seis ações identificadas no Plano Plurianual 2002-2005 (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2001), período que diz respeito ao prefeito Juraci Magalhães:

- a) Programa Nossa Vez – caminhos da universidade (Secretaria de Educação) tratava-se de cursinho preparatório para o vestibular, realizados através de aulas destinadas a centenas de jovens no Ginásio Paulo Sarasate. Este era o único programa que atingia especificamente jovens com idade abaixo de 19 anos;
- b) Programa jovem empreendedor, primeiro emprego, preparação para cursos profissionalizantes e concursos (Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE) tratava-se de uma série de cursos ofertados para qualificação técnica profissional;
- c) Programa minha vez meu futuro (SDE) não há registro sobre este programa;
- d) Programa de Informática de Fortaleza (PROINFOR) (SDE) tratava-se da oferta de cursos básicos de informática;
- e) Programa agente jovem de desenvolvimento social e humano (Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI) não há registros sobre este programa;

- f) Programa espaço da juventude humano (FUNCI) não há registros sobre este programa.

No Plano Plurianual seguinte (2006-2009), é previsto um grupo de nove programas, totalizando uma previsão orçamentaria de R\$ 102.205.900,00 (cento e dois milhões, duzentos e cinco mil e novecentos reais) distribuídos nas Secretarias de Educação, Secretarias Executivas Regionais, Desenvolvimento Econômico, Fundação da Criança e da Família Cidadã e no Gabinete da Prefeita, todos elaborados em articulação com a Coordenadoria de Juventude e com recorte específico para atender jovens de 15 a 29 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2005). No Plano Plurianual (2010-2013), este grupo de ações amplia-se para 13, com previsão orçamentaria de R\$ 251.569.900,00 (duzentos e cinquenta e hum milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e novecentos reais) distribuídos em oito órgãos e secretarias (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2009c). Como o período de minha análise é o segundo mandato da Prefeita Luizianne Lins (2009-2012), detalharei os programas e ações a seguir, com base no documento Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ), elaborado pela Coordenadoria de Juventude da PMF e incluído no Plano Plurianual de 2010-2013.

Quadro 1 – Plano Plurianual 2010-2013: Programas para a Juventude (Valores Orçados)

Programas/Ações	Secretarias	Valores Orçados (R\$)
1. Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ)	Gabinete da Prefeita	21,3 milhões
1.2 Programa Gestão da Política de Juventude	Gabinete da Prefeita	5,0 milhões
1.3 Programa Cursinho Popular (Pop For)	Educação	7,2 milhões
1.4 Programa Projovem	Educação	69,5 milhões
1.5 Ação Projovem Adolescente	Assistência Social	5,9 milhões
1.6 Programa de Inclusão Digital de Fortaleza - Proinfor	Desenvolvimento Econômico	24,0 milhões
1.7 Ação CredJovem Solidário	Desenvolvimento Econômico	2,3 milhões
1.8 Ação Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano	Direitos Humanos	3,7 milhões
1.9 Ação Projeto Adolescente Cidadão	Direitos Humanos	3,4 milhões
1.10 Ação Capacitação de Adolescentes e Jovens para Formação Cidadã	Guarda Municipal	21,0 milhões
1.11 Ação Apoio e Realização de Festivais e Amostras (Festival das Juventudes)	Cultura	2,2 milhões
1.12 Ação Praças da Juventude	Regionais	4,9 milhões
1.13 Programa Cuca	Regionais	80,6 milhões

Fonte: Plano Plurianual (2010-2013). Prefeitura Municipal de Fortaleza (2009c).

Obs. 1: A capacitação profissional engloba outros programas além da ação Proinfor.

1º) **Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ)** – é um programa totalmente municipal, tido como sendo o principal da Prefeitura em relação a este segmento. Por intermédio, ocorreram a elaboração e definição de conteúdos, metas e objetivos dos demais. Entendido como sendo o documento básico da diretriz da política para a juventude, foi utilizado como carta-consulta e posterior elaboração e aprovação do Projeto para a antecipação de recursos, obtidos de empréstimos às agências multilaterais, junto ao BID. Em razão da amplitude e da importância deste programa, em relação aos demais, me debruçarei sobre ele de modo mais aprofundado.

Em termos gerais, o Programa tinha como objetivo efetivar um sistema integrado de políticas públicas de juventude capaz de atender às demandas do segmento. De acordo com o referido Programa, tais demandas deveriam ser elaboradas e fiscalizadas pela juventude, com a participação direta da juventude para: a) promover as potencialidades juvenis no campo cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico, fomentando opções econômicas e sociais; e b) constituir equipamentos e qualificar recursos humanos que possibilitem ao Poder Público o desenvolvimento ágil das ações voltadas ao público jovem.

Para a PMF, o conceito norteador do programa seguiria a premissa de garantir o “desenvolvimento integral da juventude”, na mesma concepção do CONJUVE.

[...] Trata-se, de não reduzir a problemática da juventude, apenas à dimensão da vivência juvenil, que quase sempre enfoca somente o aspecto formativo-educacional (deste modo, o seu vir-a-ser), mas de considerar que essa vivência é pluridimensional e constitui-se no tempo presente. A juventude caracteriza-se por um momento em que as respostas sobre as trajetórias individuais ainda não são claras, um período em que a experimentação norteia as ações das pessoas em seus processos de inserção nos diversos “mundos sociais”.

[...] Diante do exposto, se faz necessário estruturar e executar um PIPPJ com a participação direta dos jovens, permeado pelo conceito do desenvolvimento integral da juventude, onde Educação, Trabalho, Cultura, Esporte, Tecnologia da Informação e Comunicação sejam considerados como múltiplas dimensões igualmente importantes e interativas na vida do jovem (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 9-12).

Era expressa no interior do documento a ideia de que a dimensão do trabalho e da educação na juventude deveria ser compreendida conjuntamente, numa perspectiva que articulasse formação e experimentação, em discordância da visão tradicional de que os jovens devam somente estudar até que supostamente estejam preparados para o trabalho. A realidade já impõe ao jovem, sobretudo o de baixa renda, a busca pela inserção no mercado de trabalho, muitas vezes sujeitos a cargas horárias excessivas e que obriga os jovens a abandonarem outras atividades, especialmente as escolares.

O trabalho, portanto, não é somente uma necessidade, mas um meio de construção de uma trajetória de inserção social. Esta visão é corroborada pelos movimentos juvenis organizados, cuja principal pauta é a da inclusão social, termo que se concretiza na luta pelos direitos à educação de qualidade e ao trabalho (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 12).

Com esta concepção a PMF sinaliza enfrentar o desafio de oferecer políticas, programas e ações para que o jovem pudesse constituir sua trajetória educacional, sua educação profissional e relação com o mundo do trabalho em sintonia com os movimentos juvenis organizados.

O esporte era entendido como ‘alavanca do desenvolvimento integral da juventude’, reconhecido como direito fundamental dos jovens e da sociedade dentro da perspectiva de uma política que busque qualidade de vida e possibilite apontar para a formação profissional.

Para o esporte com vistas à qualidade de vida da juventude é preciso investir cada vez mais na formação de professores de educação física e de educadores populares, valorizando o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania, assim como na democratização do acesso aos espaços esportivos das escolas e centros esportivos mantidos pelos órgãos públicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 12-13).

Garantir o acesso a atividades culturais e de lazer e investir em ações que potencializem a formação de jovens para atuar no mercado cultural, com o intuito de gerar trabalho e renda, são os principais fatores que orientavam o PIPPJ na temática sobre cultura.

A dificuldade de acesso a tais espaços, seja pelo valor do ingresso, pela concentração de alternativas nas zonas de maior poder aquisitivo da cidade, pelo alto custo da passagem dos transportes, pela pouca divulgação de espetáculos gratuitos e pela falta de segurança pública, que restringe o direito de ir e vir de jovens das regiões mais afastadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 12-13).

A tecnologia da informação e a comunicação eram tratadas pelo Programa como possibilidade para se atingir duas dimensões – a formação profissional e a ampliação das oportunidades de vivência da condição juvenil – abrindo, mediante instrumental mais um canal de exercício da cidadania.

O acesso e utilização da informação e dos meios de comunicação passam, então, a constituir direitos inalienáveis do ser humano, assim como o direito de ir e vir. O que se percebe, entretanto, é que o acesso e o conhecimento sobre informática estão mais concentrados nos setores privilegiados da sociedade brasileira. Neste sentido, torna-se imperiosa a ação do Estado para que essas ferramentas possam ser utilizadas por todos – dando especial atenção à situação dos grupos marginalizados e vulneráveis da sociedade, sob o risco de que acabem se constituindo em mais um instrumento de exclusão (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 13-14).

O último aspecto abordado pelo Programa era a dimensão participativa, compreendida como uma das principais características do processo de formulação de ações, desde a organização das demandas até a avaliação dos programas desenvolvidos, unindo participação, transparência e controle social.

O jovem não deve ser chamado apenas a homologar as decisões previamente tomadas pela prefeitura, mas criticar e aproveitar o uso desses espaços de diálogo como oportunidades de melhoria das políticas em execução ou a serem implementadas (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 14).

Para melhorar o diagnóstico do perfil da juventude em Fortaleza, levando em consideração todas as temáticas em elaboração pelo PIPPJ, foi realizada pela PMF, em 2006, uma pesquisa cujo título era “Retratos da Fortaleza jovem”. Assim, relatos documentais, informações do Censo Demográfico do IBGE (2000), dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), documentos e publicações de vários ministérios e os resultados da pesquisa “Retratos da Fortaleza jovem” foram utilizados como diagnóstico para aprimoramento e elaboração dos diversos programas e ações que foram exibidos a seguir.

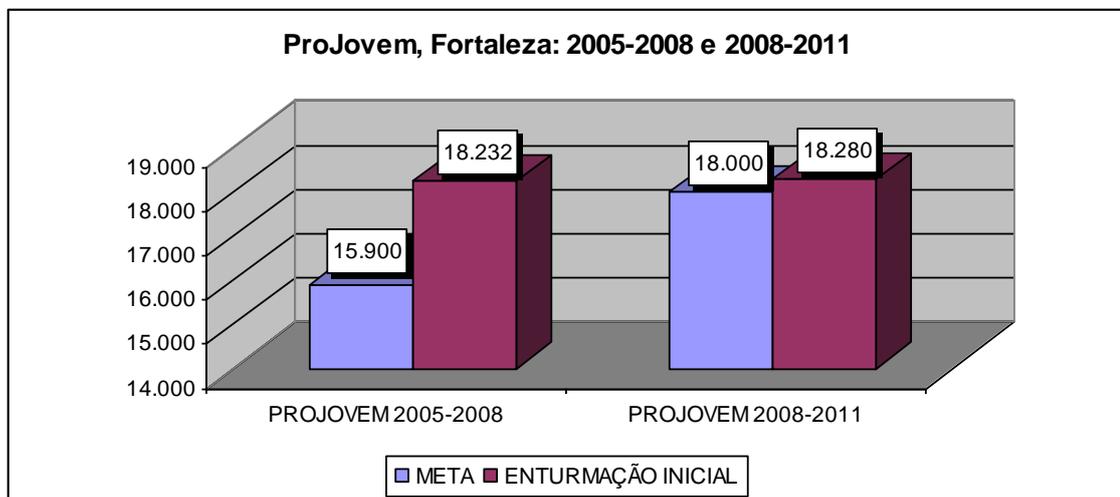
- 1.2) Programa Gestão da Política de Juventude – executado com 100% de recursos municipais, esta ação garantiu o funcionamento da Coordenadoria de Juventude, absorvendo a folha de pagamento dos profissionais alocados neste órgão, além dos recursos destinados ao seus trâmites burocráticos (compra de materiais de expedientes, aluguel de carros, aluguel de imóvel etc.);
- 1.3) Programa Cursinho Popular (PopFor) – executado com 100% de recursos municipais, era tratado como um complemento ao ensino regular e visava ao acesso ao nível superior. Foi lançado em 2008 e tinha como objetivo “democratizar o acesso às instituições de Ensino Superior através da promoção gratuita de cursos preparatórios para o vestibular” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 24). As aulas eram descentralizadas em cinco polos da Cidade, demonstrando assim uma divergência em relação à metodologia utilizada pelo Governo anterior, que oferecia “aulões” preparatórios, conhecidos como ‘aulas-show’. Era assegurado aos alunos oriundos de escolas públicas, que já tivessem concluído ou estivessem cursando o último ano do Ensino Médio. Além das aulas, também era oferecido aos alunos material didático. Segundo relatos da Coordenadoria de Juventude, 5.838 jovens cursaram o PopFor, porém não

existem dados da quantidade de alunos que ingressaram na universidade com a ajuda deste programa;

- 1.4) ProJovem – antes mesmo da existência da Coordenadoria de Juventude, o PROJOVEM foi a primeira política pública de juventude implantada na gestão. Como visto no capítulo anterior, o Projovem foi lançado em 2005 pelo Governo federal, que conta com a parceria dos municípios, está focado nos jovens com idade de 18 a 24 anos, tendo como principais objetivos: conclusão do ensino fundamental, iniciação profissional em áreas vocacionais da Cidade, conhecimentos em Informática e desenvolvimento de ações comunitárias. O jovem que estivesse devidamente matriculado e participando efetivamente das atividades recebia uma bolsa de R\$100,00 por mês.

O Projovem foi executado pela Prefeitura de Fortaleza em 119 escolas da rede de educação municipal, possibilitando acesso aos jovens dos 51 bairros mais carentes da Capital, especialmente aqueles com elevados índices de exclusão e violência;

Gráfico 1 – ProJovem Fortaleza – meta e enturmação inicial (2005-2011)



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2012b).

Vários trabalhos acadêmicos foram realizados tendo o Projovem como objeto de análise. Consoante Nascimento (2012, p. 19-20), mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará,

[...] Jovens que concluíram o programa destacaram que foi uma “oportunidade” em suas vidas, a partir da qual pretendem continuar seus estudos e conquistar um “bom” emprego. Entrevistados em momentos diferentes de sua participação, foi possível

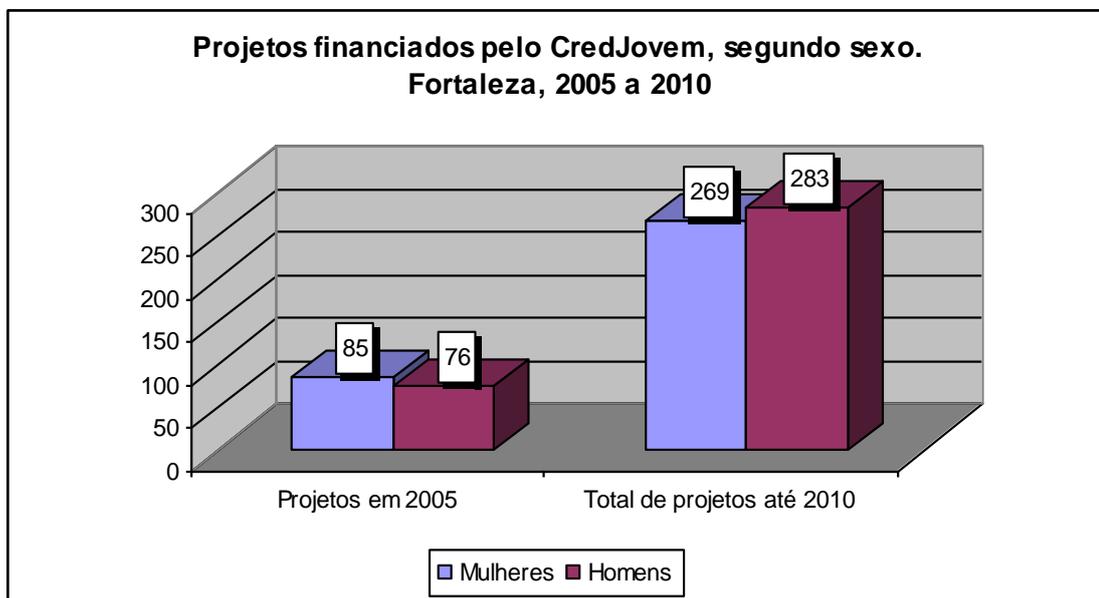
perceber a permanência da crença de que a escolarização pode garantir que tenham “oportunidades” de ascensão social e a categoria nativa que representa essa asserção é “mudança de que vida”. Contudo, alguns declaram que compreendem que o nível de ensino que adquirem com o programa não é suficiente para atingirem suas metas, por isso, pretendem continuar seu percurso escolar.

[...] desta forma, se por um lado, é fundamental a criação de um programa que reconheça as especificidades desse público e busque a ampliação do campo de possibilidades desses jovens, por outro, é necessária uma discussão mais ampla sobre as reais possibilidades de um programa emergencial e focalizado em combater a “exclusão social”.

- 1.5) ProJovem Adolescente – em junho de 2008, o Governo federal ampliou o programa e lançou a segunda etapa denominada Projovem Adolescente, também executado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. O público-alvo era composto por jovens entre 15 e 17 anos, de famílias beneficiárias do Bolsa Família ou em situação de vulnerabilidade e risco sociais, e que estivessem frequentando as aulas do ensino regular, com no máximo dois por família. Em Fortaleza, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude foram os órgãos que executaram o Programa, que tinha como objetivo estimular a convivência social e a participação cidadã, além de dar orientações para o mundo do trabalho. As ações do Programa têm como foco principal cursos e oficinas nas áreas da cultura, esporte e lazer. Este era um programa que, do ponto de vista do conteúdo, formato e objetivos, já vinha definido no âmbito federal; cabia às prefeituras garantir a execução dos recursos;
- 1.6) Programa de Inclusão Digital de Fortaleza – PROINFOR – executado com 100% de recursos municipais, permitia o acesso às novas linguagens e ferramentas de informação, com cursos na área de Informática para jovens de 16 a 24 anos provenientes de escolas públicas de Fortaleza. O objetivo era combater a exclusão digital e social, além de qualificar esses jovens para o mercado de trabalho por meio de conteúdos como: Informática Básica, *Web Design*, Português e Inglês. O aprendizado era colaborativo e integrado à política de *software* livre e de inclusão social. O PROINFOR foi desenvolvido nas seis SER de Fortaleza e obteve, no período de 2005 até junho de 2011, um total de 6.420 jovens matriculados, sendo, destes, 58% mulheres e 42% homens;
- 1.7) Ação CredJovem Solidário – executado com 100% de recursos municipais, Incentivava o protagonismo, a criatividade e a inclusão da juventude para o

desenvolvimento de atividades econômicas, sem prejudicar suas atividades escolares. Por intermédio da concessão de empréstimos, os jovens transformariam sua criatividade em trabalho e renda. O CredJovem financiou o desenvolvimento de empreendimentos solidários, geridos por jovens. Além do crédito, o programa oferecia capacitação, acompanhamento e consultoria. Parte do empréstimo (60%) é devolvida, sem o acréscimo de juros; para manter o fundo rotativo que financia novos jovens beneficiados. Para participar, os jovens, deveriam ter entre 18-29 anos e apresentar propostas com no mínimo dois integrantes, que tenham cursado pelo menos 50% de sua vida escolar em escola pública. Segundo os registros, a PMF beneficiou, por intermédio do CredJovem, 354 jovens do sexo feminino e 359 do sexo masculino, totalizando 713 beneficiados. Entre 2005 e 2010, foram criados 391 empreendimentos pelos jovens de Fortaleza. Não encontrei registros sobre um posterior acompanhamento destes empreendimentos.

Gráfico 2 – CredJovem, segundo sexo, Fortaleza (2005-2010)



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2012b).

1.8) Ação Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano – foi desenvolvida em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destinado a jovens de 15 a 17 anos, visando ao desenvolvimento pessoal, social e comunitário. O projeto era desenvolvido prioritariamente em bairros de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tendo seis meses

de formação teórica e seis de atuação prática na comunidade, por via de projetos interventivos elaborados pelo próprio jovem;

- 1.9) Ação Projeto Adolescente Cidadão – desenvolvido em parceria com o MDS, era uma ação voltada para o trabalho, oferecia educação e encaminhamento profissional, pautado na Lei da Aprendizagem. Destinado a adolescentes e jovens entre 16 e 21 anos em situação de vulnerabilidade social. O Adolescente Cidadão, de 2005 até 2011, atendeu 1.945 adolescentes;
- 1.10) Ação Capacitação de Adolescentes e Jovens para Formação Cidadã – programa em parceria com o Ministério da Justiça, tinha por objetivo contribuir com a diminuição dos índices de violência mediante a prestação de serviço de orientação cidadã na área de segurança. Era ministrado curso com 72h/aula, cujos temas abordados tinham o seguinte conteúdo: Noções básicas de Direito Constitucional; Noções de Trânsito; Ética e Administração Pública; Direitos da Criança e do Adolescente; Redes de Atendimento; Estatuto do Idoso; História de Fortaleza e Educação Ambiental;
- 1.11) Ação Apoio e Realização de Festivais e Amostras (Festival das Juventudes) – executado com 100% de recursos municipais. A prefeitura realizou o I e o II Festival Latino-Americano das Juventudes em Fortaleza, nos anos de 2010 e 2011. Com o objetivo de permitir aos jovens da América Latina a troca de experiências por meio do debate e da participação, os festivais potencializariam ações de articulação em âmbito local, estadual, nacional e internacional, com espaço para teatro, dança, música, grafite, economia solidária, debates, oficinas, esportes radicais, conferências, comunicação alternativa e saúde juvenil. Segundo os relatos, sete mil jovens diariamente participaram das atividades, oriundos de delegações de 20 estados brasileiros e sete países da América Latina. Os festivais reuniram ainda 80 debates e oficinas com temas relativos à juventude e 46 atividades culturais. As atrações musicais contaram com um público de 40 mil pessoas durante os *shows* gratuitos;
- 1.12) Ação Praças da Juventude – era uma ação destinada à criação de espaços públicos para atender as demandas da juventude. As Praças da Juventude foram construídas em parceria com o Governo federal, três das quais foram entregues durante a gestão (2009-2012) – Praça da Juventude do Dendê, no bairro Edson Queiroz (SER VI), a Praça da Juventude do Bonsucesso (SER

III) e a Praça da Juventude da Serrinha (SER IV). Dentre os equipamentos existentes nas Praças da Juventude, enumero os seguintes: quadra poliesportiva coberta; pista de *skate*; teatro de arena com duas arquibancadas; campo de areia; vestiários; banheiros, acessibilidade; piso tátil em todo o perímetro da praça; quadra de areia e equipamentos de ginástica. Um componente diferencial deste equipamento urbano era o fato de no Programa estar incluída a organização de conselhos juvenis de gerenciamento das praças. Segundo relatos da Coordenadoria de Juventude, somente a Praça da SER IV (Serrinha) conseguiu formar e implementar seu Conselho;

- 1.13) Programa CUCA – Os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esportes são apresentados como um equipamento que proporcionará a realização de atividades que respeitem as diferenças das juventudes o que favorecerá o estabelecimento de laços de identidade e afetividade na diversidade juvenil, e que catalisará, com recepção e difusão, as ações e programas delimitados pelas políticas estruturais de juventude. Este equipamento foi pensado para desenvolver ações do PIPPJ na SER I, focado numa área de vulnerabilidade e exclusão social.

A construção de um sistema integrado de participação e políticas públicas de juventude, da envergadura que a cidade esta planejando, torna-se impossível sem a introdução de um elemento novo, capaz de desdobrar-se em múltiplas funções, percorrendo a diversidade de símbolos juvenis e possibilitando estrutura suficiente para a realização das atividades. O CUCA é portanto o esqueleto de um corpo de políticas, indispensável, ao mesmo tempo, do ponto de vista físico/estrutural, quanto logístico/organizacional (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 15).

Os programas e ações desenvolvidos no âmbito municipal pela Prefeitura de Fortaleza foram exibidos, votados e aprovados nas assembleias do Orçamento Participativo de Fortaleza, além de debatidos no Conselho Municipal de Juventude, demonstrando uma sintonia com os movimentos juvenis organizados. Revelam um planejamento na organização, elaboração e realização de políticas públicas para a juventude. Do ponto de vista histórico, é importante reforçar a semelhança com a situação federal, em relação ao caráter incipiente das políticas exclusivas para o público jovem antes do ano de 2005. Finalizando este capítulo, reúno algumas considerações acerca das informações ora transmitidas.

O primeiro fator, que entendo deva ser considerado, foi a decisão do Governo municipal de criar, logo em 2007, um órgão centralizador da política, a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude, além de haver atribuído *status* de Secretaria. Isto propiciou

estrutura, orçamento próprio e facilitou a articulação da Coordenadoria de Juventude com as demais secretarias, garantindo transversalidade, integralidade e complementaridade dos programas e ações desenvolvidos pelos diversos órgãos e secretarias que trabalham a temática de juventude. Em relação aos órgãos de juventude, Novaes (2011, p. 348) descreve:

[...] esses organismos institucionais deveriam incidir transversalmente nos diferentes setores e instâncias governamentais, buscando, ao mesmo tempo, promover a integração e a complementariedade entre programas e ações desenvolvidos pelos poderes públicos em um mesmo território.

Em segundo lugar, evidencio criação do Conselho Municipal de Juventude, em sintonia com o método participativo na elaboração e fiscalização das políticas públicas. O Governo de Fortaleza, gestão 2009-2012, optou por compor um Conselho com a participação majoritária da sociedade civil e de caráter deliberativo. Além disso, realizou duas Conferências Municipais de Juventude e promoveu a participação do segmento jovem no Orçamento Participativo, instrumento fundamental para o planejamento junto com a população. Isto demonstra avanço em definir, de forma democrática, as demandas que devam ser priorizadas com os próprios interessados na evolução das políticas: os jovens.

Uma das tarefas democráticas no campo das Políticas Públicas de Juventude é a de instaurar esferas públicas participativas para que as divergências possam emergir e as contradições, serem mediadas politicamente. Os consensos democráticos, sempre provisórios, se produzem em lutas políticas e negociações que resultam em políticas públicas coletivamente assumidas e socialmente controladas (CARRANO, 2011, p. 236).

O terceiro fator observado foi ausência de relacionamento com a temática saúde. Não vimos nos relatórios analisados nenhum registro de uma interface da juventude com a saúde. O tema saúde ocupa papel fundamental no segmento juventude, especialmente na drogadição, saúde mental, alcoolismo, gravidez não desejada e prevenção, principalmente, de acidentes. Identificar esta ausência sinaliza a possível superposição de projetos e/ou diferentes concepções entre as secretarias, problema frequentemente identificado quando se reporta às análises de políticas públicas.

Destaco a fragmentação, a superposição das ações públicas e descontinuidades administrativas, a inconsistência do marco legal, a insuficiência de orçamentos, de recursos humanos e materiais, a despreocupação com as pesquisas de caráter nacional e a construção de indicadores sociais sólidos, nacionais e comparáveis ao longo do tempo como marcas indelévels na gestão das políticas e ações públicas destinadas aos jovens no Brasil (CARRANO, 2011, p. 238).

O quarto ponto do qual ressaltado é o que ficou explicitado no interior do Programa Matriz, PIPPJ, como sendo a diretriz norteadora da política: o conceito de “desenvolvimento integral da juventude”. A Prefeitura demonstrou nessa escolha uma tentativa de abordar a temática da juventude em suas múltiplas faces, trabalhando suas especificidades e diferenças transportando as temáticas conhecidas como universais, que deveriam ser ofertadas para todos.

É imperiosa a necessidade de alocar cotas crescentes de recursos tanto para as áreas educativas, como para outras, apesar de estas não contarem com a hierarquização devida nos orçamentos nacionais, como acontece com os programas de inserção trabalhista, de fomento à participação cidadã dos jovens, de prevenção contra violências, programas de esporte e de orientação cultural (UNESCO, 2004, p. 76).

O quinto ponto a ser abordado é a percepção de que as áreas e conteúdos dos programas estavam em sintonia com as faixas etárias a que se destinavam. O recorte de 15 a 29 anos foi o escolhido, seguindo o direcionamento nacional, porém as intervenções aparentemente respeitavam as especificidades das diferentes faixas etárias. Outro recorte também presente era o da preferência por alunos da rede pública, que demonstra uma opção pelos jovens mais carentes e a tentativa de possibilitar ações paralelas ao universo educacional.

Evidencio, por oportuno, que apesar de ter verificado no PIPPJ a necessidade de realização de pesquisas¹⁸, como ação permanente para estabelecer indicadores para o programa e balizadores para outros programas e ações, não foi encontrado nenhum registro ou informação a respeito delas, o que demonstra clara dificuldade do Poder Público em acompanhar o desempenho de suas políticas.

Todas estas informações e observações foram feitas com origem na análise de informações e registros documentais, porém nem tudo o que está no papel é verificado *‘in loco’*. Foi em busca da observação de como ocorria a execução do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude que efetuei o trabalho de campo, localizado no principal equipamento da estratégia para a juventude em Fortaleza: o CUCA. Dessa forma, entrevistei os idealizadores do equipamento, os executores da política e os jovens beneficiados por este programa. Este é o tema do qual vou cuidar no próximo capítulo.

¹⁸ Identificamos a necessidade de constantes pesquisas no sub componente do PIPPJ “pesquisa de monitoramento e avaliação do impacto na vida dos jovens participantes do PIPPJ” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b).

5 CUCA CHE GUEVARA

“Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética”.

(Che Guevara).

Em setembro de 2009, contando com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi inaugurado em Fortaleza o primeiro CUCA. O equipamento foi instalado na Barra do Ceará. Como demonstrado anteriormente, a Barra é o bairro que possui a maior quantidade de jovens da Cidade, além de ser pobre e carente de infraestrutura e equipamentos, itens considerados pelo Poder Municipal do período como as características necessárias para a escolha do local. Segundo registro documental da PMF,

Os Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA's) são equipamentos públicos planejados para desenvolver a recepção e difusão das políticas de juventude. Dotados de uma infra-estrutura ampla, que combina em um mesmo ambiente espaço para variadas práticas de interesse juvenil de relevância social, os CUCA's serão construídos, [...] em áreas de grande concentração de jovens em situação de vulnerabilidade social e exclusão de direitos, bem como, a carência de equipamentos sociais, culturais e esportivos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006b, p. 15).

A elaboração absorveu uma visão mais ampla do que a dos programas apresentados anteriormente. O Cuca iria se constituir numa rede de articulação entre as demandas e ofertas de políticas de juventude, respeitando um corte espacial. Segundo o Prefeitura Municipal de Fortaleza (2006b), os CUCA's funcionarão como instrumento que conferirá capilaridade às políticas de juventude, distribuindo e organizando as ações no território, antes difusas e limitadas. O equipamento também oferecerá formação, lazer e entretenimento, demonstrado na visão sobre o tratamento da questão juvenil numa nova configuração geracional, priorizando também outras áreas, além das universais, como educação ou trabalho.

Segundo Novaes (2011, p. 347), podemos classificar as políticas públicas de juventude como

- universais (ou básicas ou estruturais), aquelas que dizem respeito a demandas de distribuição e à universalização de acessos que deveriam contemplar todos os cidadãos, até mesmo os jovens.
- atrativas (ou preferenciais ou por afinidade), são dirigidas a públicos definidos (por critérios de renda, ocupação, atividades, local de moradia e outros pertencimentos), porém – mesmo não tendo a idade como critério – atraem majoritariamente pessoas jovens, seja porque se referem a dimensões societárias que os atraem (por exemplo, o programa Pontos de Cultura), seja porque respondem a problemas que tocam diretamente significativa parcela dessa geração de jovens brasileiros na medida em que se referem ao envolvimento

com drogas, segurança e combate à violência (como o Protejo, segmento do Pronasci).

- específicas (ou exclusivamente para jovens), aquelas que se destinam apenas a grupos etários entre 15 e 29 anos e são desenhadas de acordo com as características e demandas do segmento juvenil que foi definido como “público-alvo”. De maneira geral, as políticas específicas se pretendem inclusivas, oferecendo escolaridade e inserção produtiva, social e cultural para grupos de jovens que vivem em situação de exclusão.

Seguindo este recorte, identificamos o CUCA incluído no formato “Específicas”. Minha curiosidade estimulou-me a buscar compreender, dentre outras coisas, o porquê desta escolha pela PMF. Com este objetivo, estabeleci contato com aqueles que tinham o poder de definir esta opção. A estes denominei de “idealizadores dos CUCA’s”.

5.1 O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS IDEALIZADORES – EX-PREFEITA DE FORTALEZA: LUIZIANNE LINS

Foi em uma tarde no dia 21 de setembro de 2013 que me encontrei com a ex-prefeita Luizianne Lins. Entre alguns compromissos partidários, ela me reservou o horário do almoço. Sugeri o restaurante “Cantinho do Faustino”. Ela concordou. Luizianne, além de ter sido prefeita de Fortaleza, também assumiu dois mandatos como vereadora e um de deputada estadual. Atualmente ministra aulas no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e também ocupa a presidência estadual do Partido dos Trabalhadores (PT). Abordada sobre o motivo de ter feito a opção por oferecer uma política de juventude por meio de um equipamento repleto de características específicas, ela responde.

Isso vai remontar a nossa trajetória política, eu venho do movimento social; eu destacaria em especial o movimento de juventude e dentro do movimento de juventude, o movimento estudantil e o movimento cultural. Também pelo o fato do agrupamento que eu faço parte ter tomado a decisão de Fortaleza ser pautada com o mandato municipal de vereador que tratasse as questões de juventude, por que a gente achava que era um setor muito invisível na cidade, então eu fui escolhida pelo grupo para representar esse projeto em 96, aí eu fui eleita ainda muito jovem, com 26 anos eu estava exercendo o mandato de vereadora em Fortaleza com um foco muito específico nessa questão da juventude. E aí a nossa experiência tanto no segmento da juventude como também a nossa forma de ver a sociedade, a gente sempre achou que deveriam ter cortes muito específicos em setores que tinham necessidades diferenciadas, especificidades diferenciadas que era a juventude, que eram as mulheres, que eram os negros, que eram os idosos, ou seja, compreender a cidade na sua totalidade, então com esse acúmulo de experiência e com todo esse debate, o que a gente via de políticas de juventude, a gente observava que as políticas de juventude implementadas que existiam nos governos não dialogavam com os jovens, entrava pelo um ouvido e saía pelo outro, era algo que não tocava profundamente na alma do jovem, ou seja, como por exemplo, aquela política de você dar uma bolsa, meia bolsa se ficasse na escola, a gente observava que aquilo ali era uma coisa que não motivava, não mexia com a alma dos jovens, alguns projetos

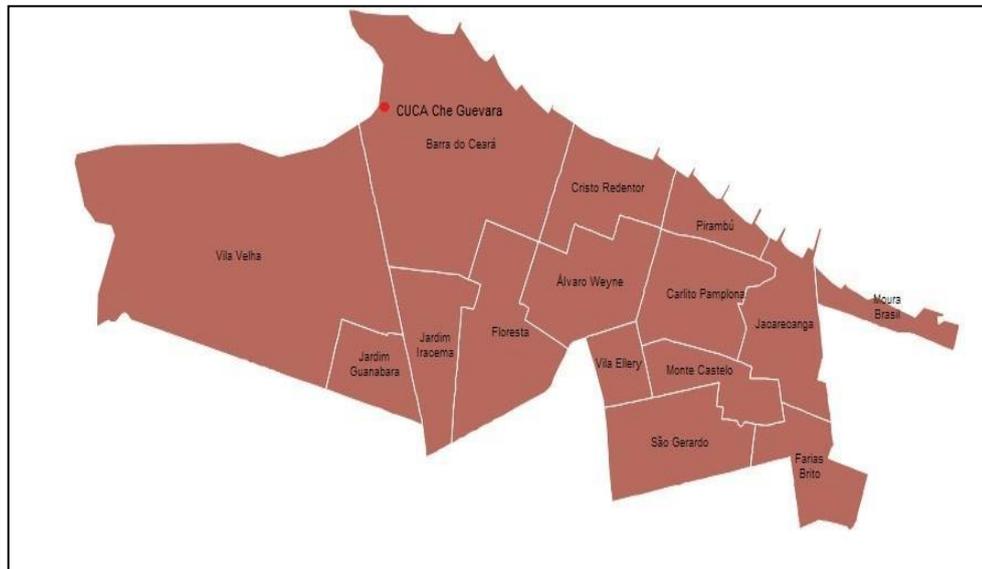
não estabeleciam uma linguagem horizontal e democrática com o setor, possuem características conservadoras, carregadas de falso moralismo que não conseguem estabelecer identificação com o “espírito da juventude”, então a gente precisava primeiro entender esse setor de juventude. Segundo de que o governo ele precisaria no momento que a gente assumiu o governo municipal, claramente ter alguns símbolos que representasse isso, assim o CUCA virou um símbolo de uma das políticas de juventude, digo assim, nós fizemos várias, fizemos o estatuto da juventude, fizemos as praças da juventude, fizemos o PROJOVEM, fizemos o CREDJOVEM e várias outras políticas de juventude, o CUCA se destacava como espaço físico que pudesse abrigar todas as juventudes nas suas diferenciações, nas suas potencialidades, na sua diversidade, o que a gente entendia, o que esse agrupamento sempre entendeu que não existe uma juventude, existem juventudes, juventudes que se diferenciam pela raça, pelo sexo, se diferenciam pela classe social, então assim, a gente tinha que pensar num equipamento que tivesse tudo de bom, de confortável, de produtivo, que atraísse os jovens. Numa definição inicial, em um documento, eu falo que o CUCA era uma “atração fatal” para juventude, fatal no sentido que era irresistível, o jovem que não gostasse da música, ele gostava do cinema, se não gostasse do cinema ele podia pensar no teatro, se não gostasse do teatro podia gostar do laboratório de televisão, se não gostasse do laboratório de televisão, gostava de esporte, se não gostasse de esporte, tinha o laboratório de informática, eu sempre dizia durante as minhas falas. No dia que eu dei a ordem de serviço do CUCA, que foi na Barra do Ceará, me lembro que disse isso quando me perguntaram, e os que não gostam de fazer nada? Eu disse também vai ter lugar de não fazer nada, portanto inclusive os três CUCAS que tivemos a oportunidade de inaugurar foram pensados para ter uma vista bonita, não foi a toa que um fica em frente ao rio Ceará com o mar, outro fica em frente a lagoa do Mondubim e o outro em frente a lagoa do São Cristovão, por que além disso eles precisavam ser agradáveis, locais agradáveis para que a juventude pudesse inclusive se deleitar através do olhar, pudesse ter um lugar para não fazer nada. Eu observei também em 2004, foi isso que colaborou muito, o que eu mais sofria era quando as mães da periferia chegavam e o desespero delas era a hora que o filho saía de casa, ela ficava acordada a noite todinha até a hora que ele voltava, preocupação, eles não tinham para onde ir, eles viviam nas ruas, as experiências eram muito negativas, a gente vivia um processo de desemprego, por que estava começando o governo Lula, o governo Lula começa em 2003, nós somos eleita, começamos o nosso em 2005, então ainda foi um processo todo para voltar o emprego, aí eu notava a aflição das mães de periferia. Foi uma coisa, esse caldo todo de vivência de experiência, de conhecimento, de experiência própria e do grupo que eu faço parte, tudo isso gerou a ideia de fazer o Centro Urbano que se chamou CUCA, que inclusive se remonta a experiência que eu tive no movimento estudantil onde a gente tentou construir e não conseguiu no DCE da UFC, o Centro Universitário de Cultura e Arte, que era CUCA, daí o nome que a partir daí eu achei que era o melhor nome que definia, por que tinha a ver com cuca legal, tinha a ver com cuca no sentido da razão, do pensamento, da inteligência, enfim e que pudesse ser o espaço, o espaço que pudesse de fato ser vivenciado, e foi daí que veio a ideia do CUCA e o compromisso nosso com a juventude de gerar um orçamento específico a ser dedicado a eles (LUIZIANNE LINS).

A ex-prefeita por meio de seu depoimento, assinala que sua trajetória como militante de direitos humanos foi o fio condutor para a elaboração da política implementada pelo CUCA. Sua fala demonstra uma compreensão teórica sobre a categoria juventude e uma priorização dada à construção de um equipamento que garantisse na paisagem social dos bairros escolhidos espaços de socialização juvenil inclusivo que dessem lugar à diversidade, que integrassem na esfera pública as diversas vozes dos jovens em seus cotidianos. UNESCO (2004, p. 30) apresenta “socialização juvenil” como sendo,

A socialização juvenil, entendida como processo de transmissão de normas, valores e costumes, tem, entre os seus objetivos, assegurar a reprodução social, através de “agentes de socializadores”, entre os quais se destacam a família, a escola, os grupos de jovens e a mídia.

Nos documentos e em reportagens, pode-se verificar que estava prevista a distribuição de sete equipamentos pelas SER da cidade, porém, como Luizianne relatou, foram entregues três CUCA's, mas somente o da Barra em pleno estado de funcionamento. Além deste bairro, a SER I possui mais 14 bairros em sua delimitação territorial, conforme demonstrado na próxima tabela.

Figura 1 – Mapa da Regional I de Fortaleza



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza (2013c).

Perguntada sobre, as ações que seriam feitas para garantir a participação dos jovens ao equipamento, ela exemplifica,

Como era um equipamento pertencente a uma região da cidade e não circunscrito a um bairro propriamente dito, determinamos que houvesse linhas de ônibus de todos os bairros da região administrativa correspondente à localização do equipamento (LUIZIANNE LINS).

Concordando com o pressuposto que juventude é uma categoria multifaceta, possuidora de inúmeras necessidades, compreendo que as ações, para serem efetivas plenamente, devem se interligar no interior do organismo público, o modo o mais organizado possível. Muitos são os relatos de pesquisadores deste tema que acentuou este ser um dos

principais desafios que precisa ser superado. UNESCO (2004, p. 70) justifica esta problemática como sendo,

Sua concretização tem se dado de forma desarticulada, em consequência do desenho e da execução de políticas setoriais que raramente interagem e se esforçam mutuamente. Em termos institucionais, essa desarticulação costuma estar associada a uma confusão de competências entre executores e os encarregados do desenho, da supervisão e da avaliação.

Abordada sobre a existência de um formato institucional que facilitasse a integração das políticas de juventude entre os órgãos, ela ressalta:

A gente teve um foco como mulheres e juventude sempre de forma muito contundente no governo, não é a toa que entre as coordenadorias dos direitos humanos estes foram os únicos setores sociais que ficaram ligados diretamente ao gabinete da prefeita, os demais faziam parte da secretaria de direitos humanos, lá eles tinham uma vida independente, uma vida própria. Ligado ao gabinete da prefeita foi o setor de mulheres com status de secretaria e juventude com status de secretaria, eu acho que isso daí já foi uma demonstração de que a gente queria uma política intersetorial onde a juventude fosse vista em todos os sentidos, ela fosse vista desde o secretário regional, ela fosse vista na assistência social, ela fosse vista na política de educação, na política de saúde, nas políticas indiretas, você falar hoje de educação em Fortaleza, é você falar de 220 mil jovens no ensino fundamental, por exemplo, havia essa preocupação, eu acho que teve dificuldade da equipe compreender. Eu tive resistência interna, porque as pessoas não compreendiam o que era o CUCA, as pessoas queriam fazer um equipamento multi geracional, várias vezes foi tentado, tinha secretário que em um determinado momento queria botar as crianças no CUCA e eu dizia que não dava certo criança com jovem alguém ia sair perdendo, eram as crianças porque os jovens iam tomar o espaço deles, as pessoas tinham dificuldades, eu sempre costumava dizer que nós temos uma rede de proteção social razoável até os 14 anos, criança e adolescente, não é suficiente ainda, mas é bastante razoável no mundo inteiro, quando chega aos 15 anos, que é o momento crítico da vida de um jovem por uma série de coisas, quando chega em os 18 é mais ainda, por que vem a definição e cobrança e você tem nesse período exatamente nesse período da vida o desamparo do ponto de vista das políticas públicas, então o foco era exatamente esse, por isso a gente limitou a idade, para que o jovem fosse realmente o foco e, não as crianças e não os idosos, é um equipamento de juventude. Eu demorei muito para que algumas pessoas da equipe pudessem compreender o que seria o CUCA (LUIZIANNE LINS).

Sua fala revela uma priorização da política de juventude, visto que o órgão criado em seu mandato para coordenar as ações era vinculado diretamente ao Gabinete da prefeita. Este desenho do ponto de vista institucional sinaliza um “emponderamento” da política. Enquanto estivermos incluídos numa estrutura democrática representativa quanto mais próxima ao poder central, significa mais *status* e mais potencial de execução das ações. Castro, Jorge (2011, p. 321) reforça esta posição na citação a seguir.

[...] após o ganho de certo *status* dentro da estrutura institucional do Estado é possível obter avanços nas políticas. [...] Não basta apenas a “legalidade” para que

os direitos se tornem realidade, se tornem efetivos; é essencial também a constituição de um aparato administrativo-burocrático para sua oferta e/ou de defesa. Portanto, políticas públicas relacionam-se diretamente com institucionalidades e são historicamente determinadas.

Partindo da análise de documentos percebemos que a PMF teve uma preocupação especial com o formato do equipamento. Com 5.910 m² de área construída e 8.599 m² de área livre, o CUCA da SER I foi construído no local onde funcionou anteriormente o Clube de Regatas da Barra do Ceará, casa de lazer frequentada pela classe média da cidade nas décadas de 1950, 1960 e 1970. O projeto arquitetônico executado foi fruto de um concurso de ideias realizado pela Prefeitura no ano 2006. Em um dos itens exigidos no edital do concurso, estava a orientação de que o projeto deveria em seu interior conter a divisão do equipamento em cinco espaços específicos, explicitados a seguir.

- Espaços de formação: seu objetivo é oferecer as condições exigidas nos processos de capacitação dos usuários, em especial nas áreas de áudio-visual e mídias digitais e interativas, artes cênicas, música e literatura, possibilitando o aprendizado teórico e prático e a produção de bens simbólicos. Alguns espaços (multiuso, artes e artes cênicas) são também destinados aos ensaios das mostras e espetáculos e realização de performances. Funcionam de segunda a sexta das 8h às 18h.
- Espaços de produção e difusão: seu objetivo é possibilitar a produção e difusão de espetáculos, mostras e debates na área áudio-visual publicizando as expressões artísticas e culturais da população usuária, suas opiniões e ideias. Funcionam de segunda a sexta das 8h às 18h e nos finais de semana e/ou à noite com programação pré-definida.
- Espaços de Estudos e Pesquisa: tem como objetivo contribuir na superação das dificuldades de leitura e no domínio das novas linguagens de comunicação. Funcionam de 8h às 22h diariamente.
- Espaço de lazer, entretenimento e circulação: com o objetivo de afirmar a vocação do CUCA como um lugar de encontro e sociabilidade, contribuindo para o desenvolvimento integral da população jovem, pela articulação e o atendimento de suas diferentes demandas. Funcionam de 8h às 22h exceto as segundas feiras.
- Espaços de difusão e formação de plateias: objetivo de desenvolver atividades de difusão do Cuca, tanto de demandas externas como os produtos oferecidos pelos alunos do próprio cuca. Funciona com horários pré-agendados. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2007a, p. 28-35).

Figura 2 – Imagens do projeto arquitetônico vencedor do CUCA Che Guevara



Fonte: vitruvius/projetos arquitetônicos.

Os três CUCAS entregues seguiram a mesma linha arquitetônica. Perguntada sobre a opção de fazer sete equipamentos grandes e de alta manutenção em detrimento de vários equipamentos menores, mas que permitissem maior capilaridade entre os bairros da cidade, ela responde:

Este equipamento público foi pensado para funcionar durante os turnos da manhã e tarde como espaço de formação educacional e cultural de jovens, à noite seria usado

como lugar de circulação de cultura e entretenimento. Em todos os CUCA's tem um cineteatro, duas quadras (coberta e descoberta) para realização de eventos – festas, celebrações religiosas, jogos, feiras, exposições, shows e concertos e uma praça de convivência que permite a socialização e a troca de experiências, vivências e solidariedades, bem como a busca e o fortalecimento das identidades entre o público jovem, a ideia sempre era que funcionasse até meia noite, que funcionasse durante o domingo, só fechasse segunda feira para limpar, para poder ter um espaço para as pessoas irem, não é uma coisa para fechar, o povo tá correndo para fechar já, já, não, era uma coisa exatamente para ser um espaço, tanto é que, a opção dele é ser semi-aberto. Tem só os locais fechados onde estão os equipamentos internos. Assim, ele vira uma grande praça. Porque que não era melhor fazer menor e descentralizar? Minha lógica é muito simples se fosse menor não era o CUCA era outra coisa, ai eu podia dizer que era um equipamento para pouca gente e não ia ter a diversidade que tinha, por que para ter uma quadra, para ter um cinema, para ter um teatro, para ter a sala de musica, para ter a sala de dança, tinha que ser daquele tamanho, você não consegue juntar todas esses equipamentos em um lugar pequeno, então para nós ele significa fisicamente o símbolo da nossa atenção dada a juventude, do nosso compromisso com a juventude pobre de Fortaleza. Em fim, ser um lugar de liberdade! Para facilitar aptidões, permitir talentos e estimular valores. Promover locais de encontros, trocas e afinidades. Um espaço que promova acima de tudo, uma educação para o exercício da liberdade individual e coletiva, tornando-se um de agregar jovens com as mais diversas afinidades e desejos, contribuindo para a formação de sujeitos – mulheres e homens – conscientes e livres. Onde a razão seja uma necessidade e não uma alienação! (LUIZIANNE LINS).

Ao analisarmos a fala de Luizianne, relacionando-a às missões e horários de funcionamento do CUCA, percebemos que houve uma prioridade aos espaços de lazer e entretenimento, visto que os espaços de formação ocupam pequena parcela do espaço físico e só funcionam de 8h as 18h, o que de imediato impossibilita a participação do jovem trabalhador. Observando os *folders* da divulgação do equipamento, do período analisado (2009-2012), diferente do que foi pensado inicialmente, o CUCA oferece cursos noturnos, mas em uma proporção bem menor do que os cursos diurnos. Tendo como público-alvo todos os jovens da SER mas prioritariamente os mais necessitados, a questão do horário define um corte que foge a este objetivo.

Como citei anteriormente, o CUCA, diferentemente dos demais projetos da PMF, só possui dois critérios de seleção - ser do território e ter de 15-29 anos. Perguntei a Luizianne o motivo de não ter tido um recorte econômico ou social, estabelecer parâmetros como a renda familiar ou a escolaridade pública, Ela argumenta:

A gente também entende quando você tem que governar no capitalismo, você governa para todos, você pode ter um foco diferenciado, você pode ter um enfoque diferenciado, você pode ter o que a gente chamava de inversão de prioridades, você tem que oferecer o equipamento e que ele seja gratuito, você tem que estimular que os jovens se sintam parte, porque também isso é cultura, a cultura de exclusão da juventude pobre dessa cidade fez com eles, por exemplo, não achem que aquele equipamento é para eles, então eles se distanciam, na verdade a busca tem que ser cada vez mais que eles ingressem no CUCA, por isso que o CUCA não pode ter nenhuma barreira, é a ideia de ser um equipamento sem barreiras, inclusive eu estou lembrando aqui que nós fizemos muito a discussão sobre a insegurança do CUCA, o

pavor que algumas pessoas do governo tinham de como ia ser a segurança, se colocava guarda municipal dentro, se botava guarda municipal fora, o que que fazia, na verdade, eu era contrária, eu achava que se tivesse que ter algum tipo de segurança era civil, era apaisana e achava que nem precisasse por que se o jovem se apropriasse do equipamento, era a própria segurança que estava sendo posta ali e deu certo, o que é mais incrível é que deu certo, nós nunca tivemos problemas ali, ao contrário no momento que a Barra se apropriou do CUCA, no momento em que as pessoas viram que o equipamento era para elas e para seus filhos, um equipamento que funciona, tudo seguiu sem problemas (LUIZIANNE LINS).

Luizianne ressalta, neste depoimento, a intenção de garantir por meio do equipamento, um processo de inclusão social obtido, dentre outros fatores, mediante a convivência entre jovens de várias classes sociais. Compreendo que os desenhos urbanos cada vez mais segregam socialmente as pessoas e o crescimento sem planejamento das metrópoles expulsa os pobres cada vez mais para as periferias das cidades. Oferecer espaços livres e seguros para a socialização dos jovens pode, sim, representar um incentivo à integração juvenil. No Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL e Organização Ibero-Americana da Juventude – OIJ (2000, p. 6-7 *apud* UNESCO, 2004, p. 43), expõe esta realidade:

[...] na atualidade os jovens de camadas populares urbanas experimentam um nível de risco de exclusão social historicamente inédito [...] fruto de uma confluência de determinações desde o mercado, o Estado e a sociedade, que tendem a concentrar a pobreza entre os jovens, isolando-os de outras camadas da sociedade.

Partindo da questão anterior onde foi abordada a inclusão social, perguntei sobre o caráter democrático do CUCA, se teria sido previsto um desenho institucional que priorizasse o jovem como sujeito das ações desenvolvidas por meio do equipamento.

Sem dúvida, inclusive eu tinha dentro dos meus sonhos, das minhas utopias em relação ao CUCA, em um determinado momento que ele chegaria a ser auto gestor, ele ia ter os próprios jovens comandando a pauta do anfiteatro, a quadra, não sei o que fosse a partir de uma organização deles, essa era a meta, chegar em um processo de organização onde eles próprios poderiam gerir junto com a prefeitura o CUCA, com protagonismo, definir quem toca, quem pauta, qual é o filme, nós tínhamos isso como meta (LUIZIANNE LINS).

Segundo a análise de documentos verificamos que o programa CUCA foi legitimado por intermédio de espaços de participação juvenil, nas assembleias do OP, nos debates sobre o equipamento ocorridos no Conselho Municipal de Juventude, porém, institucionalmente, não foi previsto nenhum desenho que garantisse o desenvolvimento desta intenção. Não existe, por exemplo, um conselho de alunos do CUCA ou alguma instância regulamentada, o que na minha visão fragiliza o “empoderamento” dos jovens usuários, pois eles ficam à mercê das boas intenções dos executores da política e podem facilmente passar

de sujeitos a coadjuvantes. Concordando com o papel emancipador da participação juvenil, Souza (2011, p. 164) relata

Se a participação é política, ela também contém uma dimensão pedagógica. Ao colocar suas necessidades e propostas publicamente, as pessoas transformam a sociedade e se transformam, passam a construir o interesse público, experimentando a cidadania e disputando sentidos e significados.

Perguntei também o motivo de o CUCA não oferecer as formações profissionais técnicas, inclusive mais procuradas pelos jovens, como as oferecidas pelo ProJovem e por que a preferência pela área cultural.

O que define um povo antes de qualquer coisa é sua cultura, a forma que você enfrenta o mundo é a partir da sua cultura, não necessariamente da sua cultura livresca, mas a forma que você se posiciona diante dele do mundo, então a questão cultural, a formação, ali é um espaço, antes de tudo de vivência e a cultura tem um peso forte nisso, escola técnica o governo Lula já está fazendo, escola de formação profissional o governo Lula tá fazendo, implantando, não é o objetivo do CUCA, eu prefiro que saiam grandes artistas que grandes técnicos, grandes técnicos vão para escola técnica, queremos formação humana, queremos novas almas posicionadas diante do mundo e o que define a história do povo é a cultura do povo, se eu colaborei para que esses jovens tivessem uma nova postura diante do mundo, já cumpriu o papel (LUIZIANNE LINS).

Sobre o papel da cultura em relação à empregabilidade no Brasil, uma pesquisa realizada pelo Ministério da Cultura (MinC) e a Fundação João Pinheiro, publicada em 1998, identificou os fatos de que:

- Em 1997, a produção cultural movimentou 6,5 bilhões de reais, correspondendo a 1% do PIB Nacional;
- Para cada milhão gasto o país gerou 160 postos de trabalho direto e indireto;
- Em 1994 havia 510 mil pessoas empregadas na produção cultural brasileira o que significava um contingente 90% maior que o empregado nas atividades de fabricação de equipamentos e material elétrico, 53% superior ao da indústria automobilística de autopeças e de fabricação de veículos e 75% superior aos empregados em serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, distribuição de água e esgotos, limpeza urbana). (PRIMEIRO estudo sobre a participação da atividade cultura na economia do país *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2007a, p. 9-10).

Estes dados mostram que além de possuir um caráter lúdico a cultura também tem potencial econômico no Brasil. Além de gerar oportunidades em sentido amplo, o investimento em arte, cultura, ciência e esportes, ao propiciar estilos e qualidade de vida, pode refletir nos jovens como um estímulo a participação deste filão econômico, gerando emprego e renda. Entendo que este é o principal fator diferencial do programa, visto que a formação para o trabalho oferecida pelo equipamento é direcionada prioritariamente para esta área de

atuação. Fortaleza, conforme demonstrei no capítulo anterior tem uma vocação para atividades econômicas ligadas a serviços e comércio, existindo desta forma uma demanda de mão de obra qualificada para trabalhar com produção de riquezas imateriais (turismo, gastronomia, cultura e arte). O desafio é conseguir seduzir os jovens para apostarem nesta possibilidade de intervenção como atividade econômica. Esta percepção de que já surge nos grandes centros urbanos a figura do jovem empreendedor é identificada por Pais e Almeida (2012, p. 9):

A bifurcação entre os mundos artísticos/expressivos e os regidos pela lógica canonicamente empresarial, profissional e de negócios – tão familiar ao imaginário das décadas de 1960 e 1970, assim como o *ethos* contracultural que acompanha – vem cedendo terreno e ressemantizando lógicas outras de coabitação entre eles. Nesse sentido, a própria visibilidade crescente, nos grandes centros urbanos, da figura do “jovem empreendedor” não mais associa automaticamente ao jovem empresário/executivo, permitindo, sim, encampar e absorver em sua rede de sentidos jovens artistas, poetas, escritores, atores, cineastas etc.

Por fim, abordei a ex-prefeita sobre o objetivo que ela esperava atingir por meio do equipamento e se na sua avaliação o Programa obteve sucesso. Eis a resposta:

O objetivo era atuar na formação humana, o processo de educação num ponto de vista mais amplo, processo educativo de se sentir cidadão, senhor de direitos. Se eu posso ter uma piscina bacana, legal, igual do clube do Náutico, se eu posso ter um cinema igual aquele que tem lá do Iguatemi e eu posso ter uma sala de dança melhor que o José de Alencar, eu posso tudo, portanto o mundo me pertence, então é processo de educação e claro com uma forte tendência a uma formação cultural, saíram muitas pessoas que hoje estão no mercado da cultura, dentro da cultura, nesse processo chamado de economia criativa, então eu acho que também não era só de proporcionar determinadas coisas, era de fazer com que esses próprios jovens vivenciassem um espaço diferenciado mesmo, que eles pudessem se sentir valorizados, sentir que aquilo ali era para eles, então eu acho que isso aí foi pensado para ser um espaço de formação humana, independente de qualquer coisa, formação humana por isso que ele é uma linguagem, o CUCA fala por todas as coisas, inclusive os nomes, o primeiro foi a polêmica do CUCA Che Guevara, os outros iam ser mais polêmicos ainda, aí foi que em determinado momento eu recuei por que estava saindo do governo, mas a ideia era que fossem tão polêmicos como o nome do Che Guevara, mas que fosse expressões que representassem os sonhos, as utopias, as ideias revolucionárias de pensadores, de intelectuais, de militantes que falaram para a juventude, até a polêmica do nome e das pessoas querendo saber quem era o Che Guevara, isso fazia parte da linguagem do CUCA, tudo isso, ou seja a cara da juventude, queria que fosse a cara da juventude em todos os sentidos. No momento havia duas grandes pessoas para homenagear menos polêmicas e que acabaram dando nome aos dois outros CUCAS que foi o Chico Anísio e o Gonzagão, o Chico Anísio faleceu no ano que estávamos entregando o CUCA do Mondubim, embora não estivesse completamente concluído e o do São Cristovão que era nos 100 anos do Gonzagão, daí se chamou Luís Gonzaga, eram nomes mais aceitáveis, menos polêmicos. Era proporcionar um ambiente de diversidade em todos os sentidos, criar um local adequado para o exercício do respeito à liberdade individual e coletiva das relações entre os jovens e na sua relação com a sociedade. Estimular nos jovens valores culturais, humanísticos e civilizatórios onde os jovens passam a serem intérpretes, sujeitos e transgressores das normas formas mantidas e

perpetuadas pelo *status quo* dominante. Eu acho que o CUCA não só cumpriu o papel, mas ele superou as expectativas de todo o mundo. O que nós conseguimos vivenciar e entregar, nós provamos que a política está correta, é o caminho. Que infelizmente agora está sendo mudado (LUIZIANNE LINS).

5.2 O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS IDEALIZADORES – EX-SECRETÁRIO DE JUVENTUDE DE FORTALEZA – AFONSO SOUSA

Foi na manhã do dia 23 de setembro de 2013 que entrevistei Afonso Sousa. Ele foi assessor de juventude de Luizianne Lins nos períodos dos mandatos de vereadora e deputada estadual, antes de assumir a Coordenadoria de Juventude da PMF. Formado em história, hoje ele é consultor da Secretaria Nacional de Juventude, residindo em Brasília. Encontramo-nos na sede do Instituto Ernest Mandel, em Fortaleza.

O primeiro item abordado foi sobre o motivo que o levou a optar por aquele formato de programa que se diferenciava dos demais da PMF, por não utilizar critérios de “vulnerabilidade” para selecionar os jovens atendidos e por ofertar um grande equipamento com diversas possibilidades de atuações no seu interior.

Primeiro que a ideia do CUCA veio sendo amadurecida ao longo dos anos ainda quando a então prefeita Luizianne era vereadora já fazia uma crítica que Fortaleza estava ficando sem espaço onde a juventude podia se encontrar, ter espaço saudável de sociabilidade, que isso tinha se tornado na vida de jovem de classe média uma circulação no shopping, clubes, equipamentos desse tipo todos privados e caros de permanência, enquanto o jovem da periferia de Fortaleza dos bairros pobres não tinham essa oportunidade, esse espaço de sociabilidade, então essa crítica vinha sendo desenvolvida mesmo antes do governo, durante a campanha eleitoral isso se tornou uma proposta de centro de juventude e essa proposta foi para a plenária de juventude do orçamento participativo tão logo a prefeita foi eleita e então foi aprovada a construção desses centros. Numa consulta primeira, a comunidade que seria a primeira beneficiada que seria a comunidade da Barra do Ceará foram levantados com os jovens da região varias propostas do que poderia ter no equipamento, o que a juventude gostaria que tivesse no equipamento e numa reunião com a prefeita no início do governo ainda em 2005 chegou-se a decisão de que teriam todos esses equipamentos, que não ia se abrir mão de nada, não ter um fracionamento de equipamentos, no sentido de você ter uma piscina em um centro menor num bairro e um ginásio em outro centro menor em outro bairro que isso tudo ia ficar agregado e uma das concepções que fundamenta isso é que nós queríamos construir um ponto de encontro de jovens de bairros diferentes. Fortaleza a gente tem um problema muito sério de rivalidades de fronteiras simbólicas entre as comunidades, os bairros e a ideia era ter um equipamento que, como a prefeita dizia, que fosse “fatal”, entre aspas, para a juventude, que fosse um equipamento que todo jovem gostasse, que todo jovem quisesse ter acesso, esse equipamento ia agregar por afinidades diferenciadas jovens de bairros diferentes, então para dar um exemplo, um jovem do Jardim Guanabara ia se encontrar com o jovem das goiabeiras no teatro, o jovem do Jardim Iracema ia se encontrar no vôlei com o jovem do Vila Velha e assim por diante, então a ideia era criar no ambiente do CUCA I, a mesma coisa em relação aos outros CUCAS, um espaço de encontro de jovens de comunidades diferentes com espaço neutro, sem fronteiras onde os jovens podiam estar convivendo em segurança e tranquilidade. De fato foi pensado num

equipamento em escala de regional e não em escala de bairro, onde o jovem ia chegar a pé, com uma certa distância, principalmente, de bicicleta ou de transporte público através dos ônibus (AFONSO SOUSA).

É reforçado na fala do ex-secretário o papel fundamental do equipamento descrito anteriormente pela ex-prefeita – garantir um espaço de socialização entre os jovens pertencentes à SER I, onde lazer e entretenimento pudessem ser usufruídos plenamente. Ao visitar o CUCA, observei intensa ocupação dos espaços pelos jovens. Na medida em que a noite vai chegando, à ocupação vai se redesenhando, a praça e o anfiteatro vão se esvaziando. Em contrapartida, o espaço interno dos arredores das piscinas e quadras são ocupados. Detectei a existência de um sentimento de insegurança em relação ao entorno, posteriormente comprovado nos relatos colhidos, assim o espaço protegido pelos muros do equipamento é bastante valorizado à noite. A importância do lazer para os jovens é comprovada em pesquisas, conforme demonstrado a seguir.

A avaliação do Programa Escolas de Paz no Rio de Janeiro (Abramovay et al, 2001) mostra que o lazer constitui instância relevante para sociabilidade para os diversos grupos sociais. Sobretudo, mostra-se como um dos mais importantes mecanismos de interação dos jovens para a internalização de valores (UNESCO, 2004, p. 54).

Perguntado sobre a estratégia utilizada para atrair os jovens, ele responde.

Foi pensado no projeto inicial que haveria uma mobilização comunitária através de uma busca ativa usando carro de som, utilizando reuniões com associações comunitárias, com movimentos sociais, com igrejas, com escolas, com os atores sociais que tinham nesse território e passou a ser impresso mensalmente um informativo com a programação e as oportunidades, portanto havia essa divulgação e esse convite aos jovens do entorno, dos bairros do entorno do CUCA. Funcionou parcialmente, ocorreu à parceria com as escolas, ocorreu as visitas guiadas dos estudantes ao CUCA, ocorreram reuniões comunitárias, mas eu diria que foi parcialmente (AFONSO SOUSA).

São inúmeras vezes as falhas na comunicação citadas em relação à forma de atingir o jovem. Veremos esta mesma avaliação feita por Afonso em outras falas demonstradas posteriormente. Em seguida, perguntei sobre os critérios de seleção serem restritos à territorialidade e ao corte etário e o motivo de não haver um corte econômico ou social. Ele respondeu:

A gente queria que fosse um serviço universalizado onde qualquer jovem pudesse participar, agora essa decisão de classe social foi o que definiu a localização do projeto, havia uma crítica de que em Fortaleza os espaços de fruição cultural e mostras culturais estavam concentrados em uma parte da regional II, lá está o Dragão do Mar, o anfiteatro da Beira mar, lá você tem os equipamentos grandes tão

concentrados nessa região, então o nosso corte de classe social foi oferecer um equipamento com alto padrão de qualidade nas áreas onde tinham maior densidade de jovens pobres, maior quantidade de jovens pobres, então a Barra do Ceará foi escolhida por que a região do Pirambu e da Barra do Ceará que são próximas ao CUCA I é a região que tem maior quantidade de jovens de baixa renda por km², na sequência foram escolhidos a regional V e regional VI que são as regionais que tem maior quantidade de jovens de baixa renda, então o CUCA é um equipamento para todos os jovens independente de classe social, mas que está localizado nas áreas onde estão os jovens de baixa renda, esse foi o corte social que foi dado de classe (AFONSO SOUSA).

Nos documentos, identifique o fato de que, agregada ao atendimento ao público jovem, no geral, existia também uma tentativa de alcançar com a instauração dos CUCA's nas áreas mais pobres das regionais a revitalização e requalificação de espaços urbanos e arquitetônicos do entorno do equipamento, que ganhariam um sentido de retomada da cidade num sentido cultural e de cidadania. O atendimento a este objetivo, apesar da insegurança, é percebido ao visitar o local. Visualmente identifiquei uma mudança positiva em seu entorno expresso no surgimento de novos empreendimentos comerciais posteriores a sua instalação. Afonso também relata a intenção de criar uma política universalizada. Carrano (2011) defende a ideia de não ser necessário fazer uma escolha em relação a esta tipificação das políticas, conforme menciona.

Por fim, ressalta-se que as políticas de juventude não precisam optar entre ser universais ou focalizadas. Elas, pelo contrário, devem, por princípio, ser para todos os jovens e também orientadas para os que mais necessitam. O desafio é o de buscar dar respostas na forma de políticas públicas cada vez mais individualizadas, desagregadas, para territórios e grupos específicos (CARRANO, 2011, p. 248).

Quando abordei a relação com as outras secretarias e com as demais políticas universais, ele responde:

Havia uma relação permanente entre juventude, esporte e cultura do governo, então essa integração era muito forte e o que era elaborado de programação esportiva e programação cultural e também a tecnologia da informação, setor de TI da prefeitura, isso havia um diálogo constante sobre o conteúdo do que era ofertado no CUCA. Quanto ao diálogo com as outras áreas, ele ocorria, mas não plenamente, diria que foi um dos pontos que a gente chegou a discutir que precisava melhorar que era o diálogo do equipamento com o posto de saúde, com o centro de referência de assistência social, com as próprias escolas municipais, isso no território do CUCA I, tratando do CUCA I é uma coisa que a gente tinha uma avaliação que precisava melhorar, mas a diretriz do governo era de que o CUCA fosse um equipamento inclusive para ter uma programação interna a serviço desses órgãos mas havia um diálogo, o setor de saúde do CUCA dialogava com o posto de saúde próximo, então havia esse diálogo, mas alguma coisa que eu acho que ainda precisava melhorar (AFONSO SOUSA).

Com este depoimento, é identificada uma certa fragilidade em relação à articulação com as demais áreas sociais da PMF. Apesar do desenho institucional que garantiu legalmente a existência de um órgão para facilitar esta interação, na prática, observa-se uma outra realidade. Compreendo que a ausência do diálogo com algumas áreas estratégicas fragilizam o sucesso do programa. Em relação à educação, por exemplo, a proposta inicial era o de tornar os CUCA's um espaço de ressignificação para o jovem em relação ao sistema escolar, pois os dados demonstram que o distanciamento dos jovens das salas de aulas decorre, principalmente, do seu esvaziamento de sentido para a juventude na atualidade, as escolas passaram a ser vistas como espaços de proibições, da disciplina imposta e uma base de conteúdo desvinculada de sentido para suas vidas no mundo do trabalho e da comunidade. Sem um relacionamento intenso com a Secretaria de Educação, é impossível se atingir esta meta. Sposito (2011, p. 335) reforça a posição privilegiada da educação, relativamente aos jovens:

[...] no Brasil os debates que se seguiram nestes últimos anos consideraram sempre a extensa faixa de demandas propostas pelos jovens brasileiros e, certamente, entre elas, educação e trabalho não deixavam de ocupar seus lugares, ao lado de outras ligadas à cultura, ao tempo livre e ao lazer. Parte permanente da disputa de posições nas arenas discursivas da esfera pública sempre incidiu em tomar os grandes eixos das políticas públicas, mas trazendo para cada um desses âmbitos a dimensão dos jovens e suas demandas potenciais.

Sobre o motivo de terem priorizado como formação para o trabalho áreas menos técnicas como o esporte ou a cultura, ele argumenta:

Primeiro é que a cidade tem muitos espaços de qualificação profissional geral, alguns metros do CUCA você tem o SENAI que dá qualificação profissional, área de mecânica de diversas formas, a cidade oferece vários cursos gratuitos nessa área, inclusive a prefeitura oferecia bons cursos gratuitos nessa área através da SDE. Existe uma grande demanda na economia da cultura de pessoal qualificado para o mercado de trabalho, pessoal de sonoplastia, pessoal de preparação de roupas, nessa área de moda, nessa área de organização de eventos, produção, então existe uma demanda real na cidade, a cidade é uma cidade turística, uma cidade do setor de serviços, a qualificação profissional numa área que tenha afinidade com o que esse mercado todo de serviço pode oferecer de vagas, nem sempre ele precisa fazer um curso exatamente ligada aquela ocupação no mercado de trabalho, se fizer um curso que tenha uma equivalência você já consegue disputar aquela vaga, já consegue desenvolver aquela atividade, então em primeiro lugar os cursos do CUCA vem para preencher essa demanda da área cultural. A prefeitura formou mais de 20 mil jovens nas áreas de metal mecânica, construção e reparos, turismo e hospitalidade, telemática, enfim formou mais de 20 mil jovens só no PROJOVEM em qualificação inicial só nessas áreas. Não optamos no PROJOVEM pelo arco que era possível de ter da parte cultural, isso fizemos através do CUCA. O CUCA não seria um equipamento para dar conta de ocupar um lugar que é do IFET, antigo CEFET, ele não vinha para ocupar o papel que tem as escolas profissionalizantes que o Governo do Estado está montando, ele vinha para dar qualificação nessa área e também na tecnologia da informação, então o CUCA é para dar a parte de informática e a parte cultural, a concepção original do projeto era essa. Também existe na parte do esporte

uma coisa que pode ser desenvolvida ainda, mas que lá atrás já se vislumbrava, que é da qualificação profissional na área do esporte, tem varias possibilidades de empregabilidade nessa área, não existe só o profissional que é formado em educação física ou no campo do esporte, existem vários profissionais que não só esses da graduação, fisioterapeuta e etc. Existe um campo na área do esporte que pode ser explorado, a ideia era que a formação profissional ia nesse três eixos: cultura, esporte e tecnologia da informação (AFONSO SOUSA).

Compreendo estes três eixos como instrumentos de formação que, além de possibilitarem uma interface com o mundo do trabalho, ainda o fazem numa perspectiva qualitativa e positiva. Estimular a relação do jovem com seu potencial criador, além de promover conhecimento, também promove autoestima, fator fundamental para o “emponderamento” de qualquer ser humano. Pais e Almeida (2012) demonstram o crescimento pessoal obtido pela produção de bens culturais.

“Se é certo que se pode aprender de si mesmo através das coisas que se produzem, também é verdade que os jovens podem produzir-se a si mesmos pelo que aprendem com as coisas que fazem” (PAIS; ALMEIDA, 2012, p. 151).

Pedi-lhe para ele se posicionar-se em relação aos espaços do CUCA, se aquilo que estava previsto na concepção ocorreu adequadamente.

Eu acho que os laboratórios, ginásios, cumpriram seu papel do ponto de vista das formações, dos cursos, das escolas formais, o que eu senti falta no equipamento foi de maior utilização dos espaços livres, espaços de fruição, de encontro, dos horários livres, então os jovens..., o CUCA deveria ser um ponto de encontro dos jovens, independente de fazer um curso, assistir uma aula e ir para casa, o CUCA seria um local de encontro, um local que o jovem passasse o tempo que quisesse lá e algumas dificuldades ocorreram para que ele não tivesse funcionado melhor, então a relação com a guarda municipal com a lanchonete, então houveram alguns elementos que a própria concepção da coordenação do projeto que dificultavam isso, deram ao CUCA uma coisa, um pouco cara de escola, de centro de formação que não era essa cara que a gente queria dar, então ele funcionou um pouco como esse espaço de fruição mas eu acho era uma coisa que a gente precisava melhorar ainda mais, o CUCA como local de encontro mesmo, como você tem em centro de juventudes no Brasil que praticamente não tem nenhum curso, são apenas onde a juventude se encontra para conversar, para trocar experiência, para ter espaço saudável de convivência (AFONSO SOUSA).

Quando perguntei se o CUCA tinha atingido o objetivo elaborado, se ele considerava o programa exitoso, disse:

A coordenação do projeto tinha uma lista enorme de metas que deveriam ser cumpridas pela coordenação do instituto CUCA. AS metas eram muito formais, tinha a ver com a quantidade de jovens atendidos, tinha a ver com a quantidade de jovens que chegavam até o final e ia receber o diploma, com a quantidade de jovens que usavam o ginásio nas atividades livres, isso era uma coisa bem formal. Agora qualitativamente, do ponto de vista simbólico, tem que ser feita uma avaliação outra que eu não tenho como dizer se nós atingimos ou não, mas o objetivo inicial era oferecer um equipamento, um equipamento que pudesse ser preenchido inclusive

pelo protagonismo dos próprios jovens, era oferecer um equipamento que não existia naquela região, que ia constituir a possibilidade dos jovens usufruírem de diversas formas, então eu acho que isso foi feito, o equipamento foi construído, agora quanto ao que ia preencher enquanto projeto social CUCA isso é uma construção que nós iniciamos, mas que segue em frente. Vários debates foram feitos nesse sentido, o CUCA deve ter mais uma programação própria ou deve ser um espaço onde os programas sociais voltados à juventude existem e funcionam dentro do equipamento? Existem mais de 80 programas federais voltados ao público jovem, quantos desses programas hoje funcionam no CUCA? Existem programas estaduais voltados a juventude, existia vários programas municipais voltados para a juventude, quantos deles funcionaram no CUCA efetivamente? Aqui eu já tenho uma meta que não foi cumprida que era ter um local onde esses programas pudessem existir, citei varias vezes o caso do PROJÓVEM adolescente que funcionava bem próximo do CUCA sem condições de funcionar e que com a construção do CUCA obviamente o projeto ia ter pela primeira onde poderia desenvolver plenamente suas atividades, isso não ocorreu, ao contrario, o CUCA montou sua formação muito parecida com o que acontecia com o PROJÓVEM adolescente e os jovens se evadiram para o CUCA, nesse sentido dele ser um equipamento onde as políticas de juventude se encontram seria um dos pontos que não foi atingido. Agora por outro lado ele é um equipamento de referencia, não dá para a gente dizer que o CUCA não é um projeto espetacular, um projeto grandioso naquela região, porque ele cumpriu esse objetivo de ofertar para essa juventude a possibilidade de praticar esporte, de evolução cultural, de ir ao cinema, as pesquisas mostravam sempre isso que em torno de 34% dos jovens de Fortaleza nunca tinham ido ao cinema em toda vida, o cinema a gente pensa que não mas é uma coisa inacessível, hoje temos o cinema gratuito no CUCA, isso é muito importante para a juventude. Mais de 40 % dos jovens nunca tinha ido ao teatro em toda vida, o jovem da Barra do Ceará hoje tem acesso ao teatro, o jovem tem dificuldade de fazer contação, tem dificuldade de, as vezes você tem um jovem que pratica um determinado esporte no bairro dele mas ele pratica de forma isolada o CUCA tem a possibilidade dele ter um educador que acompanhe ele, que oriente, que desenvolva uma técnica, isso é muito importante, as pessoas acham que, as pessoas não entendem a dimensão de como essas atividades e outras são importantes para educação escolar inclusive para educação profissional, para confiança no trabalho, todas as atividades que são desenvolvidas no CUCA elas colaboram para isso, o jovem que vai lá fazer o teatro ele tem que construir o roteiro, ele aprende a construir esse roteiro, esse roteiro faz com que as aulas dele de redação, as aulas dele de português na escola dele ganhe um novo sentido, o jovem que está lá no esporte tem lá que pensar uma estratégia de ponto, de localização, de posicionamento na quadra ou então num campinho, isso dá sentido em outras coisas que estuda na escola e outras competências que ele vai ter na vida profissional dele, trabalhar em equipe, a maior dificuldade do trabalhador no mercado de trabalho são ligadas na questão de você conseguir trabalhar em equipe, você conseguir se comportar num ambiente coletivo, você conseguir se comunicar bem, nesse sentido todos os cursos do CUCA trabalham para essas competências, existe uma formação técnica que é geral, que você no CUCA recebe ela parcialmente, que ela te ajuda a desenvolver sua vida para frente, sua qualificação, sua profissionalização, então nesse aspecto eu acho que o CUCA cumpriu seu papel, de ofertar um equipamento, de ofertar formações que servem para vida desses jovens, que elevam a auto estima da comunidade, de fazer com que a comunidade se sinta valorizada, de promover um espaço neutro, seguro, onde ele está bem, onde ele pode conviver com pessoas de outros bairros, então esse é um fator extraordinário do projeto que isso ninguém tira e que isso ninguém tem como negar, chegou até um ponto onde se pode avançar ainda mais, eu acho que tem vários pontos onde o projeto pode avançar ainda mais. O que nós vivemos em relação ao CUCA I foi um piloto, por isso que tinham vários conceitos, várias diretrizes, é exatamente por isso porque depois que o projeto começa a funcionar é que começa a ficar mais claro quais são os objetivos que você tem que ter, quais são os caminhos que tem que trilhar e isso não estava claro quando a gente estava só no papel ainda, mas entendo que o mais difícil foi feito agora é complementar com o que é mais fácil (AFONSO SOUSA).

Por fim, quis ouvir do ex-secretário sua visão sobre a comparação do CUCA com outros programas que se desenvolvem no plano municipal por outras capitais do País, visto que, como consultor da Secretaria Nacional, possibilita um olhar sobre outras formas de políticas.

O CUCA é único de qualquer ponto de vista, pela envergadura do projeto, pelo investimento, os governos ainda não estão convencidos a investir na juventude do ponto de vista orçamentário, nem os municipais, nem os estaduais e nem o federal do ponto de vista da PPJ, da concepção da política pública de juventude. Os governos investem muito na juventude através da educação, através das formações profissionais, mas especificamente a partir de uma concepção do diálogo com o jovem, com o que deliberado em espaço participativo da juventude, o investimento ainda é muito pequeno, então Fortaleza ela fez diferente, fez o que ninguém fez, ela possibilitou um equipamento de qualidade, gigantesco que tem tudo o que o jovem precisa de imediato pra fazer seu segundo tempo em relação ao que ele tem na escola, isso é o diferencial do CUCA e não tem nada como o CUCA em outros lugares, nada como o CUCA, embora tenham coisas em outros lugares que são muito interessantes que inclusive poderiam ser incorporadas pelo CUCA, mas o CUCA de partida, ele é o maior, tem maior qualidade, ele é incomparável. Em Pernambuco, tem casas da juventude que são bastante capilarizadas, tem em todos os municípios, são coisinha pequena de política da juventude mas que se estende em um largo território, você tem em Vitória um centro de juventude que é um ponto de encontro de jovens, mas é uma realidade totalmente distinta tem poucos jovens pobres que moram em Vitória. No Rio de Janeiro, tem CRJ que praticamente acompanharam as UPP, são centros de referência de juventude que também são pequenos, mas que trabalham cada um deles financiados pela Petrobras, cada um deles trabalha duas modalidades olímpicas esportivas, mas eles têm uma relação comunitária muito forte, a comunidade meio que faz a gestão, os jovens tem muito acesso ao equipamento. Você tem a própria experiência das estações de juventude que agora foi inaugurada uma em Maracanaú, são oposto do CUCA são software e não hardware, para funcionar em outros equipamentos você pode montar a estação de juventude em CRAS, em um Centro Esportivo, em um Centro Cultural, em qualquer equipamento, você monta uma estação de juventude, então ela é na realidade a tecnologia do trabalho com os jovens, é a forma de atuar, de fazer oficinas, de fazer mobilização social, dar informação para o jovem, fazer encaminhamento, eu acho que ensina um pouco pro CUCA. Você pergunta porque não tem curso de torneiro mecânico no CUCA, o CUCA não precisa dar o curso de torneiro mecânico, o CUCA precisava ser o local onde o jovem chegando no CUCA ele vai saber os pontos da cidade onde tem cursos de torneiro mecânico, ele vai ser orientado, ele vai ser direcionado (AFONSO SOUSA).

Mediante os relatos da ex-prefeita e do ex-secretário identifiquei a compreensão de que foi dada largada rumo à consolidação de uma política de juventude em Fortaleza. Foram garantidos por esta gestão orçamento, planejamento das ações, institucionalidade das ações mediante a criação dos órgãos e Conselho e a abertura de um espaço único no Brasil para o desenvolvimento destas ações.

Compreendemos que o caminho a ser trilhado na busca para atingir o sucesso de qualquer política pública passa necessariamente por uma boa gestão operacional das ações definidas. Os entrevistados que apresentei neste capítulo possuíam um papel fundamental na decisão sobre quais políticas de juventude deveriam ser executadas. Eles estavam revestidos da

autoridade do Poder Público, porém é necessário compreender que a decisão sobre “o que fazer” nem sempre coincide com o fator “como foi feito”. Rúa (1998, p. 1) explica esta distinção,

Nesse sentido é necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já a decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos.

Buscando identificar o que de fato saiu do mundo das intenções e se concretizou no mundo real, conversei com outros agentes que compõem o campo da política de juventude do programa CUCA. Entrevistei sete profissionais que executam as ações no equipamento. A visão deles é que será expressa no próximo capítulo.

6 O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS GESTORES E EDUCADORES

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

(Paulo Freire).

A prefeitura optou por contratar uma organização social (OS) para gerenciar os equipamentos e indicou uma coordenadora, vinculada à estrutura administrativa da Coordenadoria de Juventude, para acompanhar as ações do Programa. Fiz contato por *e-mail* com a professora do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Carla da Escócia, primeira coordenadora geral do CUCA. A entrevista aconteceu no dia 27 de agosto de 2013. Marcamos no período da tarde, no café da Livraria Cultura. Segundo a entrevistada seu período de permanência nesta função foi de aproximadamente cinco anos; “eu entrei no final de 2007 e fiquei até o começo de 2013, em abril, mas avalio que minha presença maior foi até o final de 2012”.

Em seguida, passei a frequentar o CUCA Che Guevara. Durante a primeira e terceira semanas de setembro de 2013. Durante estas duas semanas, fui alternando os horários das visitas, buscando apreender o máximo da dinâmica do equipamento. Neste período, além de observar as ações, conversei com alguns funcionários que me indicaram seis profissionais que atuavam na área da formação profissional e estavam no equipamento desde o período escolhido por minha análise. Ao serem abordados todos foram bastante receptivos em contribuir com o trabalho, inclusive relataram ser esta a primeira vez que participariam de uma entrevista em nível de mestrado. Alguns relatam que já teriam sido abordados para vários trabalhos de graduação.

Os seis tinham nível superior e se distribuíam entre as áreas de Pedagogia, Educação Física, Comunicação Social, Dança e Informática. Segundo os relatos, os critérios exigidos para participarem da seleção para suas funções era ter o curso superior na área em que atuavam e já terem trabalhado com o público jovem.

Além destes seis profissionais, trabalhavam no CUCA 123 funcionários, distribuídos em diversas áreas, como serviços gerais, técnico de rádio, técnico de som, técnico de imagem, bibliotecário, piscineiro, técnico em informática, técnico em enfermagem, cenógrafo, professor, eletricitista, produtores e outros - todos subordinados à Coordenadora Geral do Instituto Cuca, denominado na criação da referida OS.

Além da coordenadora geral, dois outros entrevistados assumiam função de coordenações ligadas à área de formação. Os quatro restantes eram professores do Instituto.

Conforme acordado por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido, assinado por todos garanti o anonimato aos meus informantes. Desta forma, me reportarei a eles com a da identificação entrevistado seguido de um número.

A primeira pergunta realizada foi relacionada ao motivo pelo qual veio trabalhar no CUCA. Analisando seus posicionamentos, identifiquei que a maioria foi atraída pela estrutura e proposta do programa, alguns desacreditavam no funcionamento do equipamento. Conforme demonstrado a seguir,

Quando soube do CUCA, primeiro eu achei que a Luizianne não ia conseguir fazer nenhum equipamento, porque lembro bem que era promessa de campanha. Quando ela falou do CUCA eu disse essa mulher está louca não vai conseguir fazer esse equipamento como ela está pensando, mas eu via brilho nos olhos dela quando ela falava do CUCA. [...] Quando eu vi que o antigo Regatas ia mesmo virar o CUCA, eu morava perto, peguei todos os cursos que tinha e fui bater lá no Gabinete para falar com o Afonso. Eu falei com o Afonso não sabia nem quem era o Afonso (ENTREVISTADO Nº 01).

O CUCA me atraiu muito pela estrutura, o material, a segurança, é muito atraente trabalhar aqui (ENTREVISTADO Nº 03).

Primeiro a estrutura, outra que sempre que eu passava aqui em frente eu imaginava na época da construção será que vai funcionar mesmo, porque eu já passei por alguns instrumentos que não funcionavam só eram de início, como o ABC, as vilas olímpicas, depois quando eu tinha a convicção que funcionava aí eu tive interesse de vir para cá (ENTREVISTADO Nº 05).

Outro ponto identificado foi sobre a forma que obtiveram conhecimento sobre o programa, a maioria foi informada através de amigos e participou de processo seletivo, o que demonstra a tentativa de imparcialidade na escolha dos profissionais do CUCA.

Na verdade um colega meu indicou para vir ao CUCA, ele me informou que estavam precisando de treinador de vôlei, nesse momento estava só com um emprego e estava com espaço aberto para trabalhar, aí vim aqui e graças a Deus eu também tenha uma formação em triatlão e casou o triatlão com o vôlei e vim parar aqui no CUCA (ENTREVISTADO Nº 03).

A Juliana Marinho, que é diretora de educação, mandou um email para alguns professores da UFC querendo sugestão de pessoas para fazer a seleção para cá [...] eu nunca trabalhei em coordenação, então é uma coisa nova, como eu tenho desde o mestrado a intenção de pesquisar a juventude então porque não ser coordenadora de um centro de juventude? eu não tinha dimensão do CUCA, eu passei a ter dimensão do CUCA quando eu entrei aqui e comecei a participar das reuniões e até hoje me surpreendo de vez em quando, tipo a Secretaria de Juventude Nacional vem para cá saber o que a gente tá fazendo, o que a gente está pensando para pensar o projeto da União, aí eu fico tendo noção do que é o CUCA e me pergunto como eu entrei aqui, fiquei surpresa com isso, porque fiz uma seleção normal, entrevista, mandei currículo [...] então vim para cá com essa questão de sobrevivência de conseguir um emprego num primeiro momento, num segundo momento tinha essa de que me apaixonei, cheguei e conversei com o porteiro, daí ele disse aqui é legal, o jovem está aqui e tal... se o porteiro fala desse jeito é porque é bom demais, aí a Juliana

demorou a me atender então fui conversando com as pessoas querendo saber (ENTREVISTADO N° 04).

Foi quando abriu processo seletivo no IMPARH para vir dar aula aqui no CUCA em 2010 num projeto do ministério do turismo ligada a secretaria de turismo, mas quem estava gerenciando era o IMPARH, aí eu vim dar aula aqui pelo o IMPARH em 2010, comecei a conhecer as pessoas e quando eu estava aqui abriu esse processo seletivo para professora, vou tentar, fiz o processo seletivo com um monte de gente, aí eu entrei aqui como professora (ENTREVISTADO N° 06).

Em seguida, perguntei se, na avaliação deles, o CUCA conseguia acessar todos os jovens da SER I. Nos relatos, a maioria cita não identificar que os frequentadores são moradores dos bairros do entorno e de classes sociais mais baixas, que são o público prioritário do CUCA.

Eu acho que a grande questão da gente na verdade é conseguir trazer mais jovem e o jovem que é público, foco principal, os meninos dos arredores mesmo, da comunidade, que eu acho que ainda existe, tudo é um processo de educação, é cultural, não existia isso e de repente tem esse espaço enorme, está totalmente diferente (ENTREVISTADO N° 02).

São pouquíssimos os deste entorno aqui [...] Uma das perguntas mais pertinentes e vai ter várias definições do porque, uma das que eu acho, pessoalmente, a gente está num local onde tem divisão de gangues, grupo do morro não pode passar para cá porque o grupo do outro lado não pode ver e vice versa, a gente está no meio onde os grupos confrontam e eles tem receio de vir para cá com medo de alguma represália, um dos motivos seria esse (ENTREVISTADO N° 05).

Tem cursos aqui que não acontecem a noite e essa garotada daqui trabalha, que horas eles vão fazer o curso? A gente não pensa quem é essa galera. Agora assim a diretoria de formação não tem estrutura nem perna para saber quem é essa galera, ir de escola em escola, eu aqui, acolá vou nas escolas tentar fazer um contato, a gente acaba tendo uma equipe muito boa, mas não suficiente para tudo, quem faz pesquisa, quem vai colher esses dados... (ENTREVISTADO N° 04).

O fato de serem ofertados, prioritariamente, cursos diurnos, seja um dos motivos que eles identificam dificultar o acesso dos jovens mais pobres, como demonstrado acima. Outro motivo recorrentemente mencionado é a comunicação ineficiente e não direcionada para este público. Conforme citações a seguir:

Outro motivo é a falta de propaganda, tem gente que mora aqui a 3 ruas e não sabe que existe o CUCA, eu vejo gente passando e dizendo que o CUCA é pago, daí eu digo o CUCA é para você de graça, uma estrutura dessa, daí eles olham duvidando, receando, outras pessoas passam e dizem que parece particular que uma estrutura dessa não é pública e para eles. (ENTREVISTADO N° 05).

[...] já vi várias vezes descendo do ônibus e perguntando o que é, o que é o CUCA, e as pessoas respondendo que é um clube, não tem noção nem do que é. Como nunca existiu daí chegar perto ainda é uma questão, tá nesse processo de esta junto de está chegando lá para ele poder se sentir a vontade de vir para cá, eu acho que tem toda

essa questão que não resolve numa vinda, numa visita, não resolve em um ano de trabalho. (ENTREVISTADO N° 02).

Não atinge, eu acho que falta comunicação, eu acho que falta mesmo um trabalho de sair para comunidade, sabe, eu acho que falta a gente, sei lá, levar a galera para panfletar na feira. (ENTREVISTADO N° 01).

[...] talvez falta o diálogo poderia melhorar. Então assim às vezes tem essa dificuldade de comunicação, o folder quando ele chega ele já chega no limite, olha aqui o tanto de letra, se bem que este mês está mudando, está a coisa mais linda bem colorido, eu sei reconhecer mas eu com 15 anos eu não ia ler tudo isso, enfim é assim (ENTREVISTADO N° 04).

Como visto anteriormente, o fato da informação não atingir o entorno do equipamento é bastante citada, observei que houve um excesso de “internalização” do CUCA, as equipes não conseguiram planejar e executar adequadamente ações que articulassem os quinze bairros que compõem a SER I. Outra questão identificada foi uma certa flexibilização na entrada de jovens de outros bairros, já que os outros CUCA’s ainda não iniciaram suas atividades, conforme nos relatos a seguir.

[...] ele pegava jovens de toda regional inclusive a gente chegou a receber jovens que nem eram da regional I, por exemplo, Caucaia é em cima do CUCA, mas não é regional I, mas a gente chegou a ter jovem, a prioridade era jovem da regional I eles tinham que trazer um comprovante de residência da mãe ou do pai, mas a gente começou a receber jovem, até porque não tinha os outros CUCA’s ainda, a gente tinha jovens de outros bairro também lá (ENTREVISTADO N° 07).

A escolha deste território, com características de vulnerabilidade, foi explicitada na fala do ex-secretário Afonso, como recorte utilizado para garantir o acesso aos jovens excluídos socialmente, ocupar uma posição próxima ao local de moradia deveria ser um elemento que facilitasse e potencializasse este acesso, o que é reforçado por Diógenes e Sá (2011), porém pelos relatos anteriores compreende-se que este objetivo não foi alcançado.

[...] é justamente por serem os lugares de moradia um dos fatores decisivos das novas formas de discriminação e exclusão social de jovens (Novaes 2006) que pretendemos indicar que os caminhos dessa desconstrução possam voltar-se mais para a função da escuta sócio-analítica, possam “habitar” os lugares de moradia de jovens em forte situação de exclusão e, finalmente dar passagem ao campo de desejos socialmente reconhecidos como não letais para a vida dos próprios jovens (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 155).

As falas sempre reproduzem um fortalecimento da área cultural na formação dos jovens atendidos, porém, sobre a temática “esporte”, os registros documentais da PMF não aprofundam sua utilidade na concepção do projeto. Abordados sobre qual papel atual desta área no CUCA, os entrevistados afirmam ter um caráter de atração para os jovens ingressarem

ao programa e posteriormente assumirem outras formações, visto que a busca por práticas esportivas já é comum em todas as classes sociais, diferentemente das atuações em mercados culturais ou de tecnologia da informação (TI), demonstrarei esta posição nos relatos a seguir.

[...] o CUCA ele tem o conceito totalmente diferente, a gente não está aqui no esporte para formar atleta a gente está aqui para formar a juventude, a gente trabalha com a parte psicológica, com a parte social deles, a parte familiar deles, a gente não está mais voltado para formar o atleta para uma competição, aqui o nosso foco não é esse, é formar a juventude, é dar mais uma oportunidade para eles e o esporte aqui no CUCA é uma ponte para levar o aluno, no caso o jovem, para outros cursos que a gente tem para oferecer aqui no CUCA, então o interesse nosso é trazer o aluno para o esporte, em ter esse esporte e levar para os outros cursos do CUCA, a intenção do esporte é ser uma porta aberta para daí eles virem para fazer outros cursos aqui dentro (ENTREVISTADO N° 05).

A gente visa o acesso ao esporte, aqui o aluno vem aprender ao vôlei, mas não somente a dar um toque, a dar uma manchete ou atacar, mas dentro do jogo, do saber coletivo, do respeito ao adversário, essas coisas inerentes ao esporte (ENTREVISTADO N° 03).

[...] o esporte é a porta para outras coisas, um desafio que tenho é fazer os professores do esporte entenderem mais isso, gostarem mais disso, fazerem mais isso, porque eu fico cutucando que é um novo olhar dentro dele, como é você se sente enquanto professor de natação e de repente levar um vídeo para o cinema e discutir esse vídeo com seus alunos, como é essa aula de natação fora da piscina, como você se sentiu, como foi a resposta dos alunos, então um espaço que possibilita isso, eu acho que o profissional deve criar desafios para ele (I)ENTREVISTADO N° 04).

A partir desta visão, compreendo que o esporte é tratado como um atrativo para facilitar o acesso dos jovens às duas outras áreas ofertadas, TI e cultura, assim o CUCA perde a concepção de formação profissional e passa a reforçar as ações dirigidas ao lazer e entretenimento, Sposati tipifica esporte como sendo uma política de desenvolvimento social conforme descrito a seguir.

[...] no que se refere às políticas sociais, temos que associar políticas de proteção social e políticas de desenvolvimento social, entendendo as primeiras como aquelas que garantem a cobertura de vulnerabilidade a redução de riscos sociais e defendem um padrão básico de vida. E por políticas de desenvolvimento social entende-se “políticas de educação, lazer, cultura, esportes, saúde, isto é, aquelas que atentam para as possibilidades humanas e o concurso do avanço científico e tecnológico para que se viva mais e melhor” (SPOSATI, 1997 *apud* UNESCO, 2004, p. 88).

Sobre a percepção acerca da integração entre as diversas áreas temáticas da PMF e o CUCA, os entrevistados demonstram um desconhecimento sobre o assunto questionado, relatam suas articulações pessoais ou os atendimentos oferecidos pelo equipamento. Esta postura sinaliza um certo desconhecimento acerca do que preconiza a teoria sobre política

pública de juventude. Eles informaram que participam semanalmente de um grupo de estudo abordando textos sobre este tema, porém não apresentaram sinais de compreensão, conforme comprovaremos a seguir.

Vejo aqui dentro muito forte a questão da Cultura. Bom o que fica mais próximo da gente a nossa relação com a SECEL (ENTREVISTADO N° 03).

Interage, a gente tem fora algumas semanas específicas aqui, datadas e nominadas pela o CUCA, a gente tem sempre atividades voltadas para essa interação, o pessoal do esporte as vezes está envolvidos com o pessoal da cultura a gente vai para palestras, para exposição de fotos, círculos, mesas redondas (ENTREVISTADO N° 05).

[...] a gente que está aqui ver que isso acontece de uma maneira muito forte. Quanto a questão de saúde, por exemplo, tem um núcleo, tem um ambulatório aqui, atende a comunidade, tem essa preocupação de tá percebendo se o jovem está apto a praticar esporte, as coisas não são colocadas soltas tem essa questão da saúde para ver se está ok para participar da natação, da prática de esporte (ENTREVISTADO N° 02).

[...] aqui as vezes parece um grande parque de diversão que todo mundo da prefeitura vem aqui atrás de sala. Esse diálogo está sendo formado de novo com as instancias governamentais, mas a gente sempre teve um diálogo muito bom com a secretaria de cultura (ENTREVISTADO N° 06).

Na verdade, no começo, na própria gestão a gente enfrentou muita pressão para, assim, porque a secretaria de saúde queria uma sala lá, a SDE queria uma sala para fazer uma espécie de um balcão de emprego para jovens, a gente resistiu muito a isso, por que a gente achou que isso poderia transformar o CUCA em um espaço com varias secretariazinhas lá dentro [...] porque com isso você fragmenta, você acaba não vendo a missão do projeto, a gente não quis fragmentar demais dividindo o equipamento para várias entidades tomarem de conta (ENTREVISTADO N° 07).

Articulação entre as áreas sociais, sendo estas universais ou específicas, é fundamental para o sucesso de qualquer programa direcionado a um segmento social, garante o tratamento integral do ser atendido, possibilita a intercessão entre o geral e o específico das políticas, além de permitir uma redução de gastos que também deve ser entendido como fator importante, frente aos orçamentos limitados do setor público. A incidência desta problemática é citada abaixo em um documento da UNESCO.

Apesar das teorias sobre o desenvolvimento institucional insistirem na diferenciação de papéis e funções entre os agentes implicados em qualquer política pública, a dinâmica na realidade mostra instituições que pretendem fazer tudo de uma só vez, normalmente resultando na superposição de esforços em vários níveis de operação, enquanto outros são deixados de lado. Esses problemas aparecem quando se trata de estabelecer vínculos entre as instituições especializadas nos assuntos de juventude e as secretarias setoriais (UNESCO, 2004, p. 70).

Identifiquei que a falha de comunicação ocorria inclusive em relação a própria coordenadoria de juventude, que deveria monitorar as ações do programa e atuar como principal articulador entre as diversas secretarias, o que é demonstrado nos relatos a seguir.

Quando eu cheguei aqui eu não percebia isso, nem o secretario de juventude vinha muito aqui. Tinha aquela coisa do CUCA ser uma coisa para além da prefeitura, agora com o secretario atual ele é apaixonado por isso aqui, é apaixonado pela juventude, ele quer mudar o mundo, ele é um entusiasta, [...] então agora existe isso, agora está sendo compreendido (ENTREVISTADO N° 04).

Eu acho que assim, a grande diferença em termo de gestão é que havia uma ausência muito grande da coordenadoria da juventude aqui no CUCA, muito grande mesmo, não sei se a figura do secretário ou as pessoas que trabalhavam lá, eles eram ausentes, só vinham aqui quando era evento (ENTREVISTADO N° 06).

Abordados especificamente sobre o perfil do jovem que frequenta o CUCA, os entrevistados reforçam o posicionamento, apresentado anteriormente, de ser prioritariamente da classe social média, apesar de ser um equipamento localizado em um bairro pobre da cidade.

Eu mesmo observando algum tempo atrás e a gente fazendo algumas conversas, algumas reuniões paralelas e informais, a gente observou que nosso público, infelizmente, não é de classe baixa, pelo menos os meus são de classe até média ou então de baixa alta, e não são desse entorno (ENTREVISTADO N° 05).

[...] as vezes a gente faz avaliação e diz poxa talvez a gente que não esteja atendendo os jovens que o CUCA foi designado a atender, não estamos atendendo na sua totalidade, não é que todos os jovens que estão aqui sejam de classe média (ENTREVISTADO N° 01).

Apesar de ser uma política que deve atender todos os jovens, priorizar o atendimento aos mais necessitados demonstra uma compreensão de equidade social que deve ser valorizada ao tratarmos com este segmento que, como apresentamos nos capítulos anteriores, vem ocupando uma a posição de destaque entre os públicos vitimizados pelas dinâmicas econômicas do país. A seguir Diógenes e Sá (2011) abordam a importância de se estabelecer políticas de juventude conectadas aos segmentos juvenis vulneráveis.

Intervenções de políticas públicas de juventude precisam tomar como parâmetro a ideia de construir seus caminhos a partir das conexões locais com agentes sociais, principalmente ligados aos segmentos juvenis em situação de vulnerabilidade civil e socioeconômica. Priorizar ações de inserção local em bairros populares em situação de vulnerabilidade seria um modo de trazer a análise do “viver em risco” (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 155).

Outro ponto apresentado aos entrevistados é sobre a necessidade de superar o preconceito que os jovens teriam em relação às áreas dos cursos oferecidos, pelos relatos fica claro que, a temática cultura não atrai o público mais carente, acostumados a outras experiências com cursos profissionalizantes nas áreas técnicas. Será necessária uma atuação mais efetiva na mudança de “cultura” destes jovens para que compreendam a potencialidade de geração de trabalho e renda do setor cultural.

É óbvio que é um equipamento novo nos moldes que foi pensado para reeducar até educar o público alvo, assistir uma comunidade vulnerável, agora assim, quando você pensa cultura, mais atividades mais voltadas para a cultura inclusive os cursos, você obviamente vai receber um jovem já inserido nesse contexto cultural da cidade, ele vai se confrontar com os jovens que não sabem que existe isso, então isso é válido, [...]ah esse negócio enorme é muito elitizado isso não é para mim, ele não sabe que chegando aqui vai haver várias opções para ele, acho que o principal desafio da gente é isso, é chegar nesse jovem que ainda não sabe que a gente tem aqui atividades que se adequam ao perfil deles. [...] o aluno as vezes acha legal fotografia, mas ele quer na verdade alguma coisa para ganhar dinheiro e ele não se ve ganhando dinheiro com fotografia. Aí é o que estou te dizendo é uma mudança de cultura, que é complicado, então talvez o problema seja mais mostrar para esses meninos que eles tem outras potencialidades e que existem outras coisas que eles podem fazer e isso o CUCA faz muito bem feito, quando a gente consegue trazer o jovem para cá (ENTREVISTADO Nº 02).

O CUCA precisa aprender muito com o jovem e com a comunidade na minha opinião, abrir mais, eu penso que o CUCA quando ele chega aqui ele acha que as pessoas tem que vir para cá porque ele chegou, por exemplo, se você for fazer a seguinte análise, o CUCA na comunidade, ele tem que ir a comunidade conversar com a comunidade, se você for ver o orçamento que foi pensado para alcançar essa meta dentro da comunidade você não ver a logística para ir a comunidade. [...] Para a sociedade que a gente tem que é capitalista, o que a maioria dos pais entende do CUCA é como o lugar de tempo livre, de vagabundagem, eles queriam que eles viessem aqui para ganhar dinheiro (ENTREVISTADO Nº 04).

Como o CUCA se localiza em um bairro tido como um dos mais violentos da Cidade, tive a curiosidade de abordar esta questão na entrevista. Nas suas respostas, os profissionais afirmaram que nos espaços internos do CUCA existe um sentimento de segurança, eles dizem ter tranquilidade no trabalho mesmo tendo que conviver diariamente com centenas de jovens de diversas matrizes sociais e econômicas. Para este grupo de pessoas o CUCA é sinônimo de proteção.

Isso é uma coisa da cidade e não do CUCA, é tanto que o Dragão está aí enfrentando milhões de situação de violência. [...] o entorno continua complicado porque ali é uma área de gangue, a gente tinha vários problemas entre as gangues, tem duas gangues lá: os diabos do morro e ratos do polo, quem tava mais perto do CUCA proibia a outra gangue entrar lá, dos alunos se matricularem, a gente já teve momento de negociar a paz entre as gangues, já teve alguns períodos de paz que foram feitas as negociações dentro do próprio CUCA, [...] mas a gente já tem muitos jovens que eram do tráfico e tão no CUCA e já deixaram, tem depoimento de jovens que dizem: antes não tinha onde a gente parar mas agora tem o CUCA no caminho a gente para no CUCA (ENTREVISTADO Nº 07).

No começo eu tinha medo mesmo, não vou mentir, porque eu não moro nesse bairro. Tive até meu estepe roubado do estacionamento, no começo eu tinha, mas agora eu não tenho mais. Dentro do equipamento me sinto seguro, mas fora não, no entorno não. Eu não tenho coragem de sair caminhando para longe (ENTREVISTADO Nº 03).

Não tenho medo. Tenho medo de sair porque fica muito tarde, aqui é tranquilo até agora a gente nunca teve problemas e eu me sinto bem (ENTREVISTADO Nº 02).

Não, sinceramente não, como eu moro na região e trabalhei em várias regiões críticas, já tenho o costume, já estou acostumado, já tentaram, apesar que muitos alunos não vem por causa desse medo, as vezes é uma falsa impressão, tem gente que pensa o CUCA é lá no Pirambu, tem gente que não sabia que o CUCA era aqui do lado da ponte da Barra, então não sabem nem aonde é, mas já falam, na Barra do Ceará então não vou já tem aquela aversão (ENTREVISTA Nº 05).

Por fim, quis saber a visão destas pessoas sobre o êxito do programa e obtive em todas as falas um posicionamento positivo em relação a este questionamento. Conforme demonstrado a seguir.

Qual é o papel fundamental do CUCA? É agir sobre esses fatores de vulnerabilidade, como a evasão escolar, como a violência doméstica, que é um fator de vulnerabilidade, a violência doméstica que destrói esse jovem, que destrói sua autoestima e que faz com que ele procure outros caminhos, [...] além da formação tem todos os outros setores que trabalham aspectos outros da vida desses jovens, tem psicólogo, tem assistente social, tem uma médica e isso cada vez mais está crescendo dentro do CUCA, eles participam da formação, mas também estão inserido em outros espaços do CUCA trabalham nas exposições, eles fazem atividades outras na área de dança, de teatro, se encontrar, participar de festivais, de montar exposições, a gente já tem hoje jovens que fizeram curso de holding lá no CUCA e que trabalham nos shows, você cria uma perspectiva outra para esse jovem, a gente tem jovem que já eram fotógrafos já fotografam, mas hoje eles fotografam muito melhor, então isso amplia o potencial deles de se inserir em alguma área do mercado informal, mas eles se inserem de uma nova forma, por exemplo nós tivemos uma seleção a pouco tempo aqui para produtores culturais, uma grande seleção, foi feita por uma ONG que teve financiamento do ministério pra fazer um curso de formação em produtores culturais, nós tivemos 4 alunos do CUCA, [...] mesmo com a questão da evasão, isso é importante, porque a gente constrói um formato de política, que as vezes a gente vai avaliar um equipamento como esse com parâmetros da escola formal, esse jovem hoje tem esse movimento de idas e vindas e a gente tem que saber disso, você faz um curso, ele começa um curso e de repente a namorada engravida, ele tem que ir atrás de um emprego, a mãe morre, então ele sai, mas ele volta, então esse movimento de idas e vindas, então o CUCA é muito aberto para isso para entender esse ritmo diferenciado da juventude hoje, a questão hoje é você abrir espaço para esse jovem ser um agente criador de coisas, de conteúdo, dele participar, dele propor coisas, isso é a coisa mais importante e é o que CUCA vem fazendo (ENTREVISTADO Nº 07).

Sim, ele está cumprindo bem, algo tem que melhorar perfeição é difícil. No contrato de gestão eu incluiria novas modalidades, eu vejo que a gente poderia reduzir a faixa etária pegar um grupo mais jovem, de crianças, já que transita muita criança por aqui (ENTREVISTA Nº 03).

Acho que sim, a gente já viu declarações do prefeito dizendo que o CUCA não passava de clube, isso é lamentável, eu acho inclusive que ele devia se retratar, porque já existia todo um trabalho sendo feito, eles não chegaram para fazer o trabalho. Na verdade as modificações que eles fizeram foram bem sutis por que tudo já estava caminhando muito bem. [...] Muita gente não sabe dos núcleos especiais e os núcleos especiais realizam um trabalho fantástico, a gente tem por exemplo, o núcleo de economia criativa e no núcleo de economia criativa tem muita gente que não sabe se ele existe, até os próprios profissionais do CUCA, nossos jovens já ganharam editais sem saber fazer um projeto e aprenderam fazer um projeto no núcleo de economia criativa, então o que adianta a gente ter um monte de edital cultural na cidade se os meninos não sabem fazer projeto. [...] eu sempre digo se eu tivesse um equipamento desse quando eu era jovem, ave maria, é muito encantador

o CUCA, porque te abre um leque de opção imenso, por exemplo, você está com um problema em casa e quer conversar com alguém, tem gente que quer conversar com um profissional, aqui o menino chega, bate na porta da psicóloga, ela para tudo que está fazendo para receber e a prioridade é aquela conversa. A psicóloga, a assistente social tem horário integral. [...] Para professor é fantástico, você está aqui dando aula de informática e quer passar um filme para os meninos você não vai para sala de projeção, você passa no cine clube. Você quer fazer uma atividade que eles percebam, por exemplo, eu trabalho com arte gráfica, as vezes a gente quer sugerir uma atividade para fazer um cartaz de uma apresentação que vai ter no CUCA, eu levo os meninos para assistir a apresentação depois eles criam a identidade do espetáculo e criam o cartaz. Você pode trabalhar a metodologia que você quiser, você tem um arsenal cultural para você desenvolver um arsenal de coisas (ENTREVISTADO Nº 01).

Eu acho que mais do que vir cumprindo o papel a questão é do jeito que ele foi pensado, é quando ele está revendo na verdade o que é ter um espaço para a juventude de fato, o que é a questão da juventude nesse momento. Eu acho que as questões são sempre muito mais complexas que a gente imagina e na medida do possível o CUCA vem cumprindo, tem pessoas bem comprometidas, estão sempre procurando e são muito envolvidas realmente com os jovens, mas é tudo muito mais, maior do que se imagina sempre. [...] Aqui tem uma amplitude muito maior do que na EDISCA, lá não tinha um foco específico, aqui ampliou um pouco mais, aqui já foi pensado de início um espaço, um espaço para o jovem propor, pro jovem poder se articular e se organizar, vai chegar no ápice quando tiver nas coordenações de gestão, os jovens, lá. Eu acho que essa é a grande questão, porque o projeto do jovem inicia e é coordenado por pessoas adultas, mais velhas, a gente está num projeto que está difundindo essa classificação de jovem promotor das ações (ENTREVISTADO Nº 02).

Vem cumprindo mais ele pode abranger mais ainda como falei, tem que pegar mais pessoas principalmente o pessoal mais próximo daqui, divulgar que é seguro e é gratuito, infelizmente o que eles querem hoje em dia são cursos profissionalizantes e o CUCA não é para formação profissionalizante, então um dos problemas é esse para eles não virem, não procurarem, mais fácil eles virem para o ABC que eles tem curso profissionalizante e saem como auxiliar de caixa de supermercado, do que ele vir para o CUCA e fazer um curso de foto jornalismo, fotografia digital, arte cênicas ou auxiliar de iluminação cênica, eles não vem (ENTREVISTADO Nº 05).

O Brasil tem uma política de juventude que não é nem preventiva, depois que o menino virou um marginal que não tem mais jeito você faz alguma coisa, isso é muito louco no Brasil. Nesse contexto temos um equipamento que dá direito ao tempo livre, a Luizianne na ideia dela do projeto ela dizia assim eu quero um local que eles possam se encontrar, paquerar, ter amizade, a gente ver que não existe mais isso, porque hoje se você anda na rua e ver um grupo de 4 ou 5 jovens juntos você tem medo, então eles tem que ter um lugar que eles possam se perceber a partir do outro, se encontrar, ver a diversidade, então o CUCA é isso, me chateia muito quando o prefeito vai para a televisão e diz que aqui é um clube [...] Outra coisa que eu acho que o CUCA cumpre, esse menino está tendo acesso ao cinema, eles não sabiam nem fazer fila, por que por mais que não pague tem a fila da bilheteria, por que é legal você ver as pessoas se apropriando, percebendo que tem, vem para o teatro rir, não entende nada, entende, brinca, está tendo acesso a coisas que são pagas. [...] Ano passado teve a Bienal de dança no Dragão do Mar tem uma aluna nossa que hoje é funcionária, a Jarlene, na época era só aluna, então ela estava lá, ela estava lá ocupando aquele espaço, ela passou a ocupar aquele espaço a partir das vivências culturais que ela recebeu aqui no CUCA, essa menina só percebeu que era melhor em dança e só foi para lá porque aprendeu muita coisa aqui. Por exemplo, eu tenho um jovem aqui que voltou agora da sociologia que vai fazer a pesquisa dele aqui porque foi o CUCA o lugar que fez ele fazer sociologia, ele diz que o espaço social foi definitivo na vida. Tem outra menina que fez um curso de caderninho aqui, de encadernação, tem as pulserinhas de brechó, no Dragão do mar, no Mercado dos

pinhões que ela vende pulseirinhas outra lá aprendeu aqui a fazer uns cadernos artesanais, a menina já vai para SP comprar papel, aprendeu tudo aqui. O CUCA é esse lugar que você tem acesso aos cursos de expressões artísticas, teatro, tudo mais, e perto da sua casa, isso é fantástico. [...] o que está faltando ainda é a gente conseguir mais adesão, conseguir que outras pessoas venham e aproveitem mais, mas já tem um bom número que já aproveita sim, graças a Deus (ENTREVISTADO Nº 04).

Tem cumprido sim, temos problemas de espaço, sala de aula mesmo temos só duas. Nós vamos adaptando as salas de cursos específicos com aula, o cineclube não podemos mais usar porque está sendo ocupado por outra coisa que não é do CUCA, mas foi colocado aqui, porque as pessoas acham que aqui não se faz nada. [...] Tem que ter um comprometimento muito grande e trabalhar com muito amor, não é por dinheiro não (ENTREVISTADO Nº 06).

Quem conversa com estas pessoas percebe explicitamente o prazer que eles sentem em trabalhar no CUCA. Em todas vi brilho no olhar no momento em que estão expondo suas atuações e rotinas. Esta postura dos profissionais é um fator que contribui para a evolução do programa, todos já haviam tido experiências de trabalho anteriores com atendimentos a jovens e reconhecem a potencialidade estrutural e programática do equipamento, porém parecem desconectados do resto da PMF, inclusive da própria coordenadoria de juventude, talvez a opção de contratar uma OS tenha facilitado superar entraves burocráticos, mas, em contra partida, tenha criado um distanciamento subjetivo e objetivo entre estas duas estruturas – Instituto CUCA e PMF.

Eles identificam com grande alegria uma mudança na alma dos jovens atendidos, mas apesar de identificarem muitos avanços ainda existe no grupo um sentimento de que: falta muito ainda por fazer. Talvez o sentimento exista pelo fato de que eles não conseguem medir o retorno de seus trabalhos, não existe nenhuma ferramenta de acompanhamento sistemático das ações, as mensurações são intuitivas e com base em relatos. Os dados que eles conseguem acumular dizem respeito a números de alunos matriculados, evasão, cursos oferecidos e outras informações gerais que não conseguem embasar a análise sobre o atendimento a questão central para qual o equipamento foi pensado: mudar a vida dos jovens.

[...] a dificuldade da implementação de alguns tipos de políticas, entretanto, para que uma política confira efetividade, ela necessita que os processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e controle sejam bem trabalhados, visando não somente a uma boa intervenção na realidade, mas à resolução de um problema (RUA, 2009, p. 126).

Na tentativa de ter uma amostragem qualitativa sobre a forma que os jovens veem o CUCA fui conversar com alguns deles. Este foi o conteúdo do próximo capítulo.

7 OS JOVENS DO CUCA

“A gente não quer só comida. A gente quer comida. Diversão e arte. A gente não quer só comida. A gente quer saída. Para qualquer parte”.

(Música Comida-Titãs).

O CUCA, de setembro de 2009 a dezembro de 2012, recebeu 5.785 jovens, distribuídos entre os diversos cursos oferecidos pelo Setor de Formação. O Instituto não consegue quantificar quantos jovens participaram das áreas destinadas ao lazer, por ser aberto e sem qualquer filtro para a entrada das pessoas. Durante os 15 dias que frequentei o equipamento, estacionava meu carro na lateral e entrava tranquilamente sem nunca ter sido abordada por ninguém. Durante os dias, vi várias crianças utilizando os espaços livres, quadras de área e praça aberta, nos finais de semana; famílias com roupas de passeio se aglomeravam na fila do cinema e do teatro. Aparentemente, a área cultural do CUCA era utilizado por todos da redondeza.

De acordo com os dados do MinC (*apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2007a, p. 15-16) sobre acesso aos equipamentos culturais no Brasil,

- Apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez por ano;
- 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus;
- 93,4% dos brasileiros jamais frequentaram alguma exposição de arte;
- 78% dos brasileiros nunca assistiram a espetáculo de dança, embora 28,8% saiam para dançar;
- 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população;
- 82% dos brasileiros não possuem computador em casa e 70% não tem qualquer acesso à internet.

No primeiro dia que estive lá, estava ocorrendo inscrição para os cursos novos, informaram-me de que em toda primeira semana do mês há matrícula. Não havia uma fila grande no setor, uns dez jovens sentados em cadeiras que foram disponibilizadas aguardando serem chamados para preencherem o cadastro. Dirigi-me à coordenadora pedagógica do CUCA, a quem eu já havia contactado por *email*. Visitamos sala a sala, apresentamos e divulgamos o meu trabalho e solicitamos que: quem pudesse contribuir respondendo uma entrevista se pronunciasse para que eu pudesse fazer um agendamento. O filtro exigido era ter sido aluno do CUCA no período de 2009 a 2012. Ao analisar desde o início ao término deste período, vê-se um crescimento gradativo da inclusão de jovens ao equipamento. Demonstrei esta evolução em algumas tabelas.

A análise é referente ao número de alunos cadastrados no CUCA Che Guevara. Visto que é permitido ao jovem, de 15-29 anos, matricular-se em um ou mais cursos optei por não utilizar este dado. Todos os jovens antes de efetuarem suas matrículas devem preencher o formulário de cadastro. Este registro único permite quantificar o número de jovens, faixa etária, sexo e bairro, evitando dupla contagem e criando um registro de entrada por ano. É importante reafirmar que o número de cadastro é inferior ao número de matrículas realizadas pelos jovens, visto que eles podem frequentar um ou mais cursos ofertados pelo CUCA.

Os dados foram previamente tabulados, cadastro por cadastro, observando três faixas etárias, sexo, bairro e a frequência modal do bairro que mais se repetem nos registros. Nesse sentido, é necessário elencar os bairros da SER I e suas respectivas populações, território onde se encontra o equipamento, mais favorável em termos de mobilidade e público preferencial deste CUCA: Barra do Ceará (72.423); Vila Velha (61.617); Carlito Pamplona (29.076); Floresta (28.896); Cristo Redentor (26.717); Álvaro Weyne (23.690); Jardim Iracema (23.184); Pirambu (17.775); Jardim Guanabara (14.919); São Gerardo (14.505); Jacarecanga (14.204); Monte Castelo (13.215); Farias Brito (12.063); Vila Ellery (7.863); Moura Brasil (3.765).

a) Cadastros de 2009

O relatório dos cadastros, necessário para matrículas nos diversos cursos ofertados pelo Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) da SER I, registrou, em 2009, 729 jovens com idade de 15-29 anos. De acordo com a organização dos dados, observei que o equipamento é mais utilizado pelos jovens de 15-19 (56,6% dos cadastros). Por contraste, menos de 10% dos cadastros são de jovens com idade acima de 25 anos. Em todas as faixas de idade, os cadastros do sexo feminino são superiores ao do masculino. O bairro mais populoso da SER I, a Barra do Ceará, aparece com 59,9% dos registros. Ao todo aparecem mais de 30 bairros de Fortaleza¹⁹ e dos 15 bairros que compõem a SER I apenas dois não constam nos referidos registros, quais sejam, Moura Brasil e Farias Brito.

¹⁹ Com exceção do Bairro Barra do Ceará, os registros do CUCA I estão pulverizados em diversos bairros de Fortaleza. O segundo bairro com maior registro, depois da Barra do Ceará, é o Jardim Iracema com 7,9% de registros. Nos documentos tabulados também aparece jovens que declararam morar em outro município, como Caucaia.

Tabela 6 – Distribuição dos cadastros do CUCA Che Guevara (2009)

Idade	Masculino	Feminino	Total	Percentual (%)
15-19	200	212	412	56,6
20-24	98	127	225	30,9
25-29	31	38	69	9,4
Sem informações de idade	10	13	23	3,1
Total	339	390	729	100

Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de registros do Relatório de Cadastros Anual de Jovens no CUCA Che Guevara (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2009a).

b) Cadastros de 2010

O relatório dos cadastros dos que ingressaram no equipamento em 2010 registrou 689 jovens com idade de 15-29 anos. De acordo com a organização dos dados, é possível observar que o equipamento é mais utilizado pelos jovens de 15-19 (62,3% dos cadastros). Por contraste, menos de 10% dos cadastros são de jovens com idade acima de 25 anos. Em todas as faixas de idade os cadastros do sexo masculino são superiores ao do feminino. O bairro mais populoso da SER I, a Barra do Ceará, aparece com 52,1% dos registros do CUCA I. Ao todo, aparecem mais de 60 bairros de Fortaleza²⁰ e dos 15 bairros que compõem a SER I apenas dois não constam nos referidos registros, quais sejam, Moura Brasil e São Gerardo.

Comparando com 2009, há uma pequena queda no número de cadastros (40 jovens a menos), aumento da utilização do equipamento pelos jovens de 15-19 anos, manutenção da hegemonia do bairro do Barra do Ceará com maior número de registros e ampliação do atendimento para mais da metade dos bairros da Cidade, apesar da diminuta participação de bairros não pertencentes à SER I.

Tabela 7 – Distribuição dos cadastros no CUCA Che Guevara (2010)

Idade	Masculino	Feminino	Total	Percentual (%)
15-19	253	176	429	62,3
20-24	101	74	175	25,4
25-29	37	29	66	9,6
Sem informações de idade	15	4	19	2,7
Total	406	283	689	100

Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de registros do Relatório de Cadastros Anual de Jovens no CUCA Che Guevara (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2010a).

²⁰ Com exceção do bairro da Barra do Ceará, os registros do CUCA I estão pulverizados em diversos bairros de Fortaleza. Os bairros com maiores registros, depois da Barra do Ceará, são: Jardim Iracema com 5,2%, Vila Velha (4,0%), Cristo Redentor (3,7%) e Jardim Guanabara (2,7%). Nos registros também aparecem jovens que declararam morar em outro município, como Caucaia.

c) Cadastro de 2011

O relatório dos cadastros para o ano de 2011 apontou a presença de 2.290 jovens com idade entre 15-29 anos, três vezes mais do que os cadastros de 2009 e 2010, ou seja, tanto o equipamento está mais disseminado na SER I e na Cidade quanto aumentou a atração dos jovens pelo equipamento. Pela tabulação dos dados, é possível observar que o equipamento é mais utilizado pelos jovens de 15-19 (55,3% dos cadastros), entretanto houve aumento da utilização do equipamento por jovens da última faixa de idade que nos anos anteriores não ultrapassava os 10%. Em 2011, jovens entre 25-29 anos alcançaram 16%. Como ocorreu em 2010, em todas as faixas de idade, os cadastros do sexo masculino são superiores ao do feminino. O bairro mais populoso da SER I, a Barra do Ceará, aparece com 34,3% dos registros e ao todo aparecem 89 bairros da Cidade, ou seja, mesmo exigindo uma mobilidade maior dos jovens que não moram próximos, o equipamento recebeu, em 2011, jovens oriundos de 76% dos bairros de Fortaleza. Cabe destacar também o fato de que dos 15 bairros que compõem a SER I apenas o Farias Brito não consta nos referidos registros.

Comparando com 2010, identifiquei uma elevação significativa nos cadastro em 2011 - a confirmação de que o equipamento é mais utilizado por jovens de 15-19 anos, aumento da utilização pelos jovens acima de 25 anos, maior pulverização de cadastros nos diversos bairros e manutenção da hegemonia do bairro da Barra do Ceará nos registros.

Tabela 8 – Distribuição dos cadastros do CUCA Che Guevara (2011)

Idade	Masculino	Feminino	Total	Percentual (%)
15-19	761	505	1.266	55,3
20-24	355	268	623	27,2
25-29	207	160	367	16,0
Sem informações de idade	22	12	34	1,5
Total	1.345	945	2.290	100

Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de registros do Relatório de Cadastros Anual de Jovens no CUCA Che Guevara (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2011a).

d) Cadastro de 2012

Em 2012, alguns números são semelhantes a 2011, principalmente se observarmos a manutenção do patamar triplicado de registros em relação a 2009 e 2010. Assim, os cadastros chegaram a 2.077, 213 a menos do que em 2011. Novamente se confirma o fato de que jovens entre 15-19 usufruem mais do equipamento com relação aos cursos que são ofertados (52,2%). Outra semelhança é a permanência, em percentual, da utilização de jovens

acima de 25 anos (16%). Como ocorreu em 2010 e 2011, em todas as faixas de idade, os cadastros do sexo masculino são superiores ao do feminino. O bairro mais populoso do SER I, a Barra do Ceará, aparece com 28,2% dos registros e ao todo aparecem mais bairros do que nos outros anos, 94 ao total. Todos os bairros que compõem a SER I constam nos registros verificados em 2012.

Tabela 9 – Distribuição dos cadastros do CUCA Che Guevara (2012)

Idade	Masculino	Feminino	Total	Percentual (%)
15-19	669	415	1.084	52,2
20-24	365	246	611	29,4
25-29	186	147	333	16,0
Sem informações de idade	28	21	49	2,4
Total	1.248	829	2.077	100

Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de registros do Relatório de Cadastros Anual de Jovens no CUCA Che Guevara (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2012a).

Observamos que foram cadastrados no CUCA, entre 2009 e 2012, 5.785 jovens de 15-29 anos. A verificação dos cadastros aponta para o território da Barra do Ceará como a principal origem dos jovens que buscam o equipamento. A média dos quatro anos indica que 44% dos jovens que se cadastraram no CUCA Che Guevara. Se considerarmos os bairros mais próximos como Jardim Iracema, Jardim Guanabara, Vila Velha, Pirambu, Vila Ellery, Jacareganga, Álvaro Weyne, Carlito Pamplona e Cristo Redentor, todos da SER I, e somarmos com a Barra do Ceará, este percentual ficará acima dos 70% dos registros verificados ao longo do período analisado. Mesmo com a hegemonia da Barra do Ceará e adjacências no CUCA, em 2012, havia jovens de outros bairros da Cidade (94 dos 117), indicando que o equipamento foi além da SER I e proporcionou a participação, apesar de diminuta, de jovens de outras regionais e de outros municípios²¹.

Mediante a abordagem descrita anteriormente, consegui atingir 11 jovens frequentadores do CUCA. É sobre suas percepções que me debruçarei a seguir.

7.1 O CUCA SOB O OLHAR DE SEUS JOVENS FREQUENTADORES

“A gente não quer só dinheiro. A gente quer dinheiro e felicidade. A gente não quer só dinheiro. A gente quer inteiro e não pela metade...”.

(Música Comida-Titãs).

²¹ Em 2009, 2010 e 2011 há vários registros de jovens do município de Caucaia. Em 2012, além de Caucaia, encontrei registros dos municípios de Pacatuba e Maracanaú.

Meus entrevistados possuem as seguintes características: três eram mulheres e oito homens, destes, cinco, após terem frequentado vários cursos, participaram de uma seleção e hoje são funcionários do equipamento. Oito dos jovens possuíam o ensino médio concluído, dois eram universitários e apenas um ainda estava frequentando a escola naquele período. Nove deles moravam com a família e dois eram casados e moravam com a esposa e filhos. Respeitando seus anonimatos, utilizarei a mesma metodologia de apresentação do capítulo anterior, substituindo a denominação entrevistado por jovem.

Em outubro de 2006, a PMF realizou uma pesquisa denominada “Retratos da Fortaleza jovem”, na época, entrevistaram 1.734 jovens entre 15 a 29 anos em diversos bairros da Cidade. Abordados por meio de uma pergunta estimulada sobre qual política pública entre uma lista que foi citada eles achavam mais importante, a posição foi:

- a) Política de acesso à geração de emprego e renda;
- b) Centros de juventude para capacitação, informação e divertimento;
- c) Política de acesso à promoção da saúde.

Pela proposta da PMF, os CUCA's viriam atender as duas principais demandas apresentadas pela pesquisa. Segundo demonstra trecho do documento a seguir:

Os CUCAS são equipamentos estratégicos da política de juventude que buscam consolidar um sistema integrado de programas de atenção a jovens, promovendo alternativas para o seu desenvolvimento econômico e sua inclusão social, contribuindo para reduzir as brechas de renda, gênero e socioculturais da população do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2007a, p. 6).

A primeira pergunta que fiz aos jovens frequentadores do CUCA foi: qual motivo os levou a ingressar no equipamento? Ao responder, a maioria dos jovens relatou ter sido atraído por convite de amigos ou por já ter atuado na área de cultura ou morar próximo ao equipamento ou, também, em menor número, ter visto as informações do CUCA pela TV.

Nenhum dos jovens demonstrou um estranhamento em relação à área cultural, todos já tinham tido acesso a algum equipamento de cultura fugindo, assim, do perfil preponderante dos brasileiros, como apresentado anteriormente. Outro fator que eles também expuseram, foi o medo inicial de procurar o equipamento pela visão negativa que alguns tinham sobre aquela localidade. Conforme demonstrarei nas citações a seguir:

Inicialmente foi o esporte, pelo o handball, que fui trazida por uma amiga minha, porque na minha visão antes de frequentar o CUCA eu dizia que era perigoso, ao redor do CUCA era complicado de vir, quando vim a primeira vez, fiz a minha matrícula no curso de DJ (JOVEM Nº 01, mulher de 29 anos).

Em 2011, por uma visita nunca tinha ido morando tão perto, aí vim visitar e fiquei sabendo dos cursos que iam ter. O primeiro curso que eu fiz aqui foi o curso extensivo de audiovisual no período de 8 meses e consequentemente conhecendo o CUCA me possibilitou maior conhecimento do bairro, esse pedaço da Barra do Ceará era um pedaço que não explorava muito, não tinha muito contato até mesmo porque se tinha aquele estereótipo de que era uma localidade perigosa, a questão dos encontros do lado rivais, eu vim conhecer o espaço depois que eu conheci o CUCA porque eu pude circular melhor pelos os espaços e conhecer melhor o bairro que eu nasci (JOVEM Nº 02, homem de 22 anos).

Vi pela TV e internet, fiquei só esperando eu terminar o colégio para eu vir para cá, já faz um ano e meio que faço curso aqui e foi o lugar que escolhi como minha segunda casa, eu faço curso de audiovisual, faço curso de fotografia, aqui eu conheci várias pessoas, tenho contato com os professores, com os profissionais das outras áreas, com os coordenadores. Eu comecei aqui em junho de 2012 (JOVEM Nº 03, mulher de 20 anos).

No caso eu vim conhecer a estrutura, me disseram que a estrutura era muito boa, porque tinha muito esporte eu vim ver o que me atraía mais, aí eu vi que tinha jiu-jitsu e eu sempre quis fazer e nunca tive a oportunidade e aqui além da estrutura muito boa ainda é de graça o que facilitou para mim. Eu faço desde o ano passado em maio (JOVEM Nº 04, homem de 25 anos).

O que me chamou atenção foi o jiu-jitsu que é uma arte marcial que não é barata, que a pessoa tem pagar quimono, academia e tudo e chega aqui e pode encontrar de graça. Vi através de um amigo, vim aqui ver e resolvi praticar já que é uma arte marcial não tão acessível, aí estou aqui desde março de 2012. Aqui no CUCA eu já fiz vôlei e animação gráfica (JOVEM Nº 05, homem de 16 anos).

Eu sempre fui apaixonada por fotografia e foi o que me trouxe até o CUCA, eu soube por amigos que disseram que aqui tinham uns cursos sendo ofertados, daí eu decidir vim pessoalmente e ver que tipos de cursos era ofertado aqui no CUCA, aí eu vi que tinha a turma de fotojornalismo e foi a qual eu participei ano passado que foi de agosto do ano passado a maio deste ano e foi maravilhoso, para quem não tem renda fixa, como eu, é muito complicado esta fazendo um curso de fotografia, que é um ramo muito caro [...] mesmo eu morando no Mondubim para mim estava ótimo, me tacava para onde fosse para realizar meus sonhos. Já fiz o de fotojornalismo, de retrato e de auto retrato, de iluminação para fotografia (JOVEM Nº 06, mulher de 24 anos).

Eu vim a convite de um amigo meu que fazia curso aqui no CUCA, ele me falou do CUCA. No começo eu tinha receio de vir pelo fato de ser na Barra do Ceará, mesmo sendo próximo ao bairro onde eu moro, mas pelos boatos que a gente ouvia antes que era muito perigoso, mas ele foi me chamando dizendo que o CUCA era bacana que tinha cursos gratuitos e era voltado para a juventude e ele me chamou para conhecer os cursos aqui, acabei vindo. Fiz o primeiro curso em outubro de 2011, eu fiz o curso mini extensivo de mídia impressa (JOVEM Nº 07, funcionário do CUCA, homem de 21 anos).

O que me trouxe foi o conhecimento, cursos, os conhecimentos que até então não eram abertos às pessoas, tipos de cursos que são muito caros, inacessíveis, isso me levou a vir para cá. Eu vi na TV foi uma coisa muito divulgada na época e, no caso, eu moro relativamente perto, aí à informação me veio mais assim no começo do que para outras pessoas da cidade. [...] Ao longo de 2011 eu fiz vários cursos. Na área de produção cultural e eventos culturais. (JOVEM Nº 08, funcionário do CUCA, homem de 28 anos).

A priori foi um amigo que me chamou para fazer o curso de audiovisual, eu já trabalhava na área, então eu vim para me aprimorar mais nesse trabalho, eu fazia casamentos, aniversários e o curso proporcionou a criação de videocliques, curta metragens, documentários. Com o curso aprendi a fazer outros tipos de produtos na área do audiovisual. O primeiro curso que eu fiz foi audiovisual, aí comecei

fotografia, jujitsu, natação, Kong fu, fiz de artesanato, fiz massoterapia (JOVEM Nº 09, funcionário do CUCA, homem de 26 anos).

Logo no início do CUCA em 2010, porque eu gosto dessa área artística e eu participava de um grupo de teatro e a gente veio se apresentar aqui com um trabalho e eu acabei conhecendo os cursos, porque estava no começo e a divulgação não estava muito frequente. Aí eu vim ver o curso de iluminação cênica porque já fazia parte do que eu gostava na área do teatro, aí acabei que me inscrevi no curso, esse curso era pelo IMPARH, era um curso que era uma articulação do CUCA com o IMPARH, foram um dos primeiros projetos do CUCA tiveram alguns cursos profissionalizantes no IMPARH. Comecei fazendo o curso de iluminação, fui me identificando com a área. O curso era no teatro daqui e tinha todo o suporte de iluminação, aqui a gente tem um teatro muito bom, teatro de médio porte é um dos melhores de Fortaleza, porque tem muitos equipamentos, tem tudo e temos um dos melhores professores que é o Walter Façanha, conhecido na área de iluminação cênica, tinha tudo isso para a gente poder progredir na área e crescer (JOVEM Nº 10, funcionário do CUCA, homem de 29 anos).

Eu conheci o CUCA em 2011 através de amigos, eu tinha alguns amigos que faziam o curso e tal, aí eles me chamaram, mas como eu estudava e fazia cursos em outros lugares, aí eu não tinha tempo de vir, aí eu fazia um curso no SENAI , terminei o meu curso e fiquei com o tempo mais livre, daí eu quis aproveitar esse tempo livre e vim procurar o CUCA, eu já tinha sido convidado pelos meus amigos, aí eu vim aqui para ver o curso que estava ofertado, na época era o de audiovisual (JOVEM Nº 11, funcionário do CUCA, homem de 19 anos).

No relacionado ao acesso aos produtos culturais da cidade pelos jovens de Fortaleza a pesquisa da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2006c) demonstra:

- 50,9% dos jovens de 15 a 29 anos nunca foram ao teatro, seguidos de 22,4% dos que foram apenas uma vez;
- 43,9% destes jovens nunca foram a um museu de arte, seguidos de 33% que foram apenas uma vez;
- 40,6% nunca foram a uma biblioteca pública, seguidos de 28,6% que foram apenas uma vez;
- 24,8% desses jovens nunca foram ao cinema, seguidos de 15,8% que foram apenas uma vez.

Em seguida eles se posicionavam sobre o sentimento de ser jovem em Fortaleza. Ao analisar as respostas das entrevistas, identifiquei que lazer e curtir a vida em liberdade são os aspectos predominantes nos discursos. Em suas falas, detectei que existe uma predominância na busca por trabalho e questionamentos sobre as drogas, os quais foram citados de forma negativa. Quando falam em lazer, geralmente, citam opções culturais, o que mais uma vez sinaliza uma relação anterior com esta temática. Segundo os jovens,

Eu acho que tem muita opção de esporte e de lazer, acho que falta mais oportunidade de emprego, nós somos felizes em Fortaleza (JOVEM Nº 04).

Ser jovem em qualquer lugar é um grande desafio, é um período que você está em descobertas você quer saber o que você quer fazer e depois que você descobre um pouco você procura saber como você vai fazer, por onde você vai seguir. Aqui em Fortaleza existem muitas possibilidades em muitos locais que podem te ajudar no teu desenvolvimento, mas não existe uma informação, as pessoas não sabem,

quando eu digo para as pessoas que eu estudo aqui audiovisual, fotografia, cinema, as pessoas dizem no CUCA? E no CUCA tem isso? (JOVEM Nº 03).

[...] acho que hoje Fortaleza está possibilitando mais o acesso as informações, a cultura, a arte, ela esta caminhando para um processo que eu espero ver o rápido possível, se eu disser que sou feliz em Fortaleza, não sou feliz, eu percebo que está caminhando (JOVEM Nº 02).

[...] as drogas estão mais fáceis que o trabalho, essas leis que estão protegendo os jovens demais precisam ser mudadas, porque quanto mais você protege mas eles vão querer fazer o que eles estão fazendo, matando, roubando. Eu acho que tem que mexer não só na lei, a 10 anos atrás o jovem com 15, 14 anos estavam trabalhando, eles empacotavam no supermercado, eram entregadores, eles trabalhavam, gostavam de trabalhar, hoje tem a bolsa escola que muitas vezes os pais deixam de trabalhar para ter mais filhos só para ter a bolsa escola, essa coisas estão protegendo demais as coisas que eles estão fazendo de errado (JOVEM Nº 01).

Quando comparamos as falas dos entrevistados com os dados obtidos na pesquisa da PMF, notamos que as percepções são próximas, todas as opções encontram intercessões com o objetivo do CUCA. Nesse sentido, é importante expor alguns dados da pesquisa “Retratos do Fortaleza jovem”, realizada em 2006 pela PMF:

- 19,9% dos jovens entrevistados em Fortaleza acham que a melhor coisa de ser jovem é poder aproveitar a vida/ viver com alegria;
- 17% ter liberdade;
- 14,8% atividades de lazer/ tempo livre/ entretenimento;
- 21% dos jovens entrevistados em Fortaleza acham que a pior coisa de ser jovem é falta de emprego/renda;
- 10,6% controle familiar;
- 10,3% drogas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006a).

Ao serem abordados sobre a forma que utilizavam o CUCA, eles demonstram uma participação ativa, transitam em todas as áreas do equipamento – formação, lazer e entretenimento. Visualizei, em suas falas, o uso de termos que sinalizam certa construção de identidade em relação ao equipamento, por exemplo, “agente do CUCA”, “nós do CUCA”, “garoto do CUCA”, forma como eles posicionam-se e referem-se ao espaço físico, o que demonstra um pertencimento, uma simbiose entre o indivíduo e o coletivo. Outro item que percebi nos depoimentos é que eles participam sistematicamente de atividades promovidas pelos núcleos existentes (núcleo de saúde, núcleo de comunicação popular, núcleo de economia criativa e núcleo de protagonismo juvenil), estas estruturas foram montadas para facilitar a execução das ações do CUCA com as comunidades de seu entorno. Segundo os jovens,

Aqui se tornou um ponto de encontro para muita coisa, os meninos do hip hop vem se encontram, utilizam o espaço à noite para dançar, por exemplo, a swingueira, os jovens utilizam para estar somente conversando ou só para namorar. [...] existe os “FHDC famosos habitantes do CUCA”. Foi pensado dessa forma e está sendo dessa forma (JOVEM Nº 01).

Dentro do espaço tanto faço cursos como sou envolvido em projetos ambientais dos núcleos de saúde e meio ambiente e como alguns cursos e oficinas são ofertados por determinados núcleos aí você fica conhecendo mais a rotina do núcleo por entrar mais em contato, nós já nos chamamos “do CUCA” (JOVEM Nº 02).

Eu venho de manhã bem cedo para aula dos intensivos, sempre quando abre matrícula eu tento me matricular em algum curso do meu interesse, então já passo o dia aqui, almoço ali em frente ou aqui com os funcionários, quando têm festivais ou algum projeto eu participo também, quando têm shows, apresentações sempre que tem alguma coisa, como eu já passo o dia aqui, eu participo dos acontecimentos. Eu me encontro com meus colegas por aqui a gente conversa e tal (JOVEM Nº 03).

Eu uso como lazer também e uso os outros espaços como biblioteca, teatro, cinema (JOVEM Nº 04).

Eu uso o CUCA também como um equipamento de diversão, não só de estudo. Às vezes eu venho fazer aqui alguma pesquisa daí utilizo os computadores da biblioteca, venho terminar algum vídeo porque eu também já fiz parte de uma turma de audiovisual daqui do CUCA daí venho ajudar algum colega na ilha de edição daqui ou mesmo marco com amigos nos eventos, sempre tem eventos aqui com bandas e eu conheço algumas pessoas das bandas como são sempre conhecidos eu venho aqui encontrar a galera e me divertir também (JOVEM Nº 06).

Sobre construção de “identidade”, o autor Carrano (2011, p. 242) expõe.

Sem desconsiderar os pesos específicos das estruturas e condicionamentos sociais, um dos princípios organizadores dos processos produtores identidades contemporâneas diz respeito ao fato de os sujeitos selecionarem as diferenças com as quais querem ser reconhecidos socialmente. Isso faz com que a identidade seja muito mais uma escolha que uma imposição.

Abordados sobre segurança no CUCA, os jovens reforçam a sensação de pertencimento, em seus argumentos sempre é observado um tratamento com o CUCA, como um lugar que ficam bem, sentem prazer e demonstram ficar à vontade. Na opinião destes jovens, o equipamento funciona como uma redoma que os protege das mazelas da vida e lhes proporcionam vivências saudáveis. Os frequentadores do CUCA percebem-se parceiros e sentem-se estimulados para construir novas relações internas. A insegurança, segundo eles, fica do lado de fora do portão.

Em relação a localidade a gente sabe que todo local é perigoso e a gente está propenso a sofrer algum tipo de dano. Como aqui é um local tão bacana que qualquer perigo ou outra coisa assim fica de lado, porque aqui você é estimulado a pensar mais o lado positivo. Quando você passa a frequentar, fazer amizade, saber o que você quer fazer, as suas vontades começam a dar certo as pessoas começam de apoiar começam a te incentivar (JOVEM Nº 03).

Eu me sinto tranquilo aqui, eu já morei 10 anos na Barra e conheço por aqui. Eu achei legal terem construído o CUCA aqui no local do antigo clube porque meio que dissipou a área perigosa, aqui não tinha mais quem passasse por aqui porque era muito perigoso e ninguém conseguia, já com o CUCA a frequência da juventude da cidade pra cá aumentou (JOVEM Nº 06).

Nenhuma insegurança no CUCA (JOVEM Nº 07).

Não de forma alguma, tenho prazer de vir para cá. É um local fixo mas não tem aquela monotonia, aquela mesmice, todo dia a gente está lidando com gente diferente, são pessoas de diversas crenças, vários estilos, lidando com pessoas diferentes a gente passa a conhecer coisas novas todos os dias (JOVEM Nº 09).

No relacionado ao tema segurança, a pesquisa “Retratos da Fortaleza jovem” apresenta:

- 34,3% dos jovens de Fortaleza entrevistados identificam segurança pública como sendo o principal problema da cidade;
- 14,5% acham que é a infraestrutura;
- 11,3% o desemprego. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2006a).

Perguntei, como eles caracterizavam o perfil do usuário do CUCA? Os jovens reforçam a interpretação de que os frequentadores são de classe média baixa. Como já demonstrado anteriormente, o CUCA foi elaborado com o objetivo de atender a todos os jovens, principalmente aqueles mais carentes economicamente, porém, baseado nos depoimentos colhidos, não tem sido este o público mais identificado enquanto frequentador. Segundo os jovens, existe uma diferença de ocupação do espaço, os relatos sinalizam que os mais pobres procuram o CUCA para lazer e esporte, já as áreas de formação cultural são identificadas como mais “elitizadas”, eles argumentam que deveria ter um tratamento diferenciado para atrair os jovens mais carentes para estas outras áreas. Segundo os entrevistados,

São variados, aqui chega gente de Corolla zerado e chegam os meninos do morro. Quem faz os cursos é de classe média, classe média baixa e classe média alta, os que frequentam mesmo são os pobres (JOVEM Nº 01).

Baixa e média. A maioria é mais baixa, depende do local, no esporte, futebol, na área do skate, na parte da dança. Quando você muda para o teatro, para dança, ainda é baixa mais um pouquinho para média. Na parte do curso de mídia e dessas coisas mais sofisticadas, você percebe que as pessoas vêm de fora, de outros bairros maiores assim, não se não é influenciado a essas pessoas mais pobres fazerem esse tipo de curso. Às vezes a própria pessoa não se acha capaz de fazer um curso desse, por ser uma coisa muito distante por ela não conhecer, talvez o medo (JOVEM Nº 03).

A maioria de quem frequenta os cursos é classe média, mas ainda chega bem perto o pessoal da classe C, os pobres chegam aqui mas não para aproveitar os cursos, usam para o esporte, lazer, dança. Eu acho que talvez eles tenham a mentalidade que é grande demais para eles, que é grandioso e complicado demais para eles, que não é para eles (JOVEM Nº 06).

Nem é o pobre e nem o rico, é aquele classe média que tem uma família que tem um dinheirinho para comprar uma coisa aqui outra ali, que tem dinheiro para comprar uma roupinha, o pobre mesmo não frequenta o CUCA, eu atribuo ao tempo, porque não tem nem o que comer, nem o que beber, assim tem que trabalhar ou ir para a rua pedir (JOVEM Nº 10).

Hoje está bem mais misturado e eu fico muito feliz com isso, quando entrei ainda era muito da classe média, um pouco mais, ainda era uma barreira o acesso da comunidade, da periferia, porque eles viam que o espaço, como um espaço que era pago ou que deveria ter uma taxa, porque eles associavam o CUCA ao antigo clube que era frequentado pela elite de Fortaleza e eles não acreditavam que um equipamento desses tão grandes fosse totalmente de graça (JOVEM Nº 02).

O último depoimento ressalta o caráter que era dado ao clube de regatas, estrutura que funcionava no local anteriormente ao CUCA, durante muitos anos aquela estrutura física simbolizou um espaço ocupado por ricos, como em muitas falas é identificado à descrença das pessoas em acreditar que aquele é um equipamento público e gratuito, talvez ainda habitem no imaginário dos moradores esta simbologia que contribui para seu distanciamento. A desconstrução de simbolismos é uma tarefa lenta e gradativa que precisa ser inicialmente diagnosticada para, em seguida, ser superada. Atrair os jovens mais excluídos é o principal objetivo do programa, porém os sinais estão demonstrando que estes ainda não estão sendo acionados devidamente. O autor Carrano (2011) reforça a necessidade de um tratamento prioritário aos jovens mais necessitados.

A arena pública das políticas de juventude precisa ser possibilidade de explicitação das desigualdades que perduram e se multiplicam no Brasil e que incidem diretamente sobre os jovens social e economicamente mais desprotegidos. [...] são estes jovens que mais sofrem o peso das injustas relações entre o capital e o trabalho, que são esmagados pelas estruturas políticas e econômicas que produzem os “jovens com futuro garantido” das classes superiores e os “jovens de vida incerta”, ocupantes dos estratos sociais e econômicos mais baixos da vida social brasileira (CARRANO, 2011, p. 236).

Quando abordados sobre qual a percepção deles para a integração do CUCA com as outras secretarias da PMF, nenhum jovem apresentou conhecimento sobre alguma articulação, eles reforçam as posições apresentadas pelos educadores/gestores, o que novamente sinaliza que ações como integração ou transversalidade entre as diversas áreas do governo inexistem.

Nós temos os núcleos aqui, núcleo de protagonismo juvenil que envolve a comunidade toda, núcleo de promoção de saúde que traz as pessoas da comunidade para se consultar com os médicos com as pessoas dos postos de saúde, hoje está tendo médico aqui para consultar a comunidade, às vezes trazem oftalmologista para promoção de saúde do jovem, da comunidade e pro geral (JOVEM Nº 01).

Eu percebo quando são lançados os editais, eu vejo as políticas publicas de juventude mais integradas com o equipamento, teve um último que até um colega da minha turma realizou que era um festival só sobre deficientes, como uma amostra de talentos, isso mostrou a participação do jovem da comunidade junto ao equipamento não só frequentando os cursos, mas também participando com a comunidade, trazendo a comunidade para o equipamento para está usufruindo (JOVEM Nº 06).

Tem, eu acho que é uma das principais estratégias do CUCA, integrar outras áreas que atuam como: saúde, educação, ambiental, econômico. A gente tenta introduzir esse universo aos nossos alunos através de palestras, conversas, mídias ou até exposições de fotografias, porque o CUCA é uma mistura, o nosso público é uma mistura, tem galera da swingueira, tem galera do esporte, da fotografia, do audiovisual, do rock, assim vai, é uma galera extensa (JOVEM N° 11).

Por fim, perguntei se eles sentiam alguma mudança em suas vidas após terem participado do CUCA? Todos os onze entrevistados relataram que suas vidas deram saltos qualitativos, a partir das vivências obtidas frequentando o equipamento, veremos seus posicionamentos a seguir.

Eu era muito dispersa eu tinha deixado meus sonhos de lado para sair vivendo por viver, no CUCA fui aprendendo a ver que a vida não é só isso, só aquela coisinha fechada, tinha que abrir mais aquela visão, tinha que ter mais conhecimentos, então por isso voltei a estudar voltei para a faculdade, fui fazer outra faculdade, por conta de ver que o CUCA me trouxe essa oportunidade, eu tenho chance de conhecer pessoas que me deram um incentivo maior. Muda muito até o comportamento da gente vai mudando com isso. O meu comportamento já foi um pouco mais agressivo, hoje é mais social, estou sendo mais maleável do que antes (JOVEM N° 01).

Mudou porque foi uma ferramenta que me mostrou um pouco da minha capacidade, do que eu poderia me propor, ele me mudou nesse aspecto de mostrar ferramentas e de me mostrar um outro modelo de vivências, eu já tinha um pensamento antes de entrar aqui que continuo tendo mas bem modificado, mas o acesso as informações as coisas, o espaço me permitiu (JOVEM N° 02).

Com certeza primeiramente o CUCA por ser um equipamento livre, por você ser tão livre, você tem liberdade, mas o outro também tem, então você não pode fazer tudo aquilo que você quer, você pode e tem que lembrar que o outro também pode fazer tudo que ele quer, então você aprende uma responsabilidade e um compromisso muito grande, porque você aprende a respeitar as regras, você aprende a conviver com as pessoas porque aqui você convive com vários tipos de classe, de etnia, de gênero e assim aqui você é como se fosse um pequeno mundo você conhece vários tipos de gente. Também a educação que eu tive aqui dentro direcionando para aquilo que eu quero, profissionalmente eu aprendi muita coisa e aqui eu sei que posso aprender muito mais. Mudou porque foi uma ferramenta que me mostrou um pouco da minha capacidade, do que eu poderia me propor, ele me mudou nesse aspecto de mostrar ferramentas e de me mostrar um outro modelo de vivências, eu já tinha um pensamento antes de entrar aqui que continuo tendo mas bem modificado, mas o acesso as informações as coisas, o espaço me permitiu (JOVEM N° 03).

Eu cheguei aqui com 104 kg, diminui para 93kg, hoje tenho muito mais saúde e muito mais disposição (JOVEM N° 04).

Com o Jiu-jitsu eu melhorei minha aptidão física, maior preparo físico (JOVEM N° 05). A experiência, a vivência com o pessoal daqui, com os profissionais e tudo, nunca imaginava está conhecendo, tendo professores que foram fotógrafos de surfe no Taiti, tendo professor que é editor chefe de fotografia do Diário do Nordeste, aonde que eu ia conhecer esse pessoal, então o CUCA me proporcionou isso e graças a Deus a isso eu absorvi as experiências desses profissionais para meu conhecimento e sempre estou aplicando isso (JOVEM N° 06).

Mudou muita coisa, mudou a minha forma de ver o jovem, de ver a cidade, de ver a Barra do Ceará, porque antes eu tinha medo daqui, hoje eu vejo o jovem diferente, vejo as diferenças entre um e outro, vejo a oportunidade de proporcionar ao jovem o

seu acesso a cultura. Fico feliz de estar expandindo para outros bairros dando oportunidade para outros jovens (JOVEM Nº 07).

Mudou muita coisa, mudou a minha forma de ver o mundo de ver, de ver a política, de analisar muitas coisas que antigamente eu não analisava. Os cursos, a integração com a equipe, a convivência tudo isso ajudou a mudar (JOVEM Nº 08).

Sim, eu era meio desleixado da vida, comecei a conhecer pessoas diferentes com a idade e personalidade parecida com a minha então isso me fez ver as coisas diferentes. Em relação com os cursos que fiz, o jujitsu que faço também me deu mais disciplina, me disciplina muito mais, então isso me fez viver coisas diferentes (JOVEM Nº 09).

Mudou para melhor, mudou profissionalmente, todo dia a gente vai aprendendo uma coisa nova, mudou financeiramente também. Eu tinha uma outra visão da juventude, hoje em dia vejo que a juventude tem os jovens que são ruins mesmos, mas tem aqueles que não tiveram oportunidades como essa, por uma pessoa não chegar não conversar não oferecer uma nova saída para ele. Vejo as coisas com outra perspectiva, hoje eu entendo não o porque, mas o princípio por que aquilo deu errado. O CUCA trouxe essa mudança nas minhas ideias ainda tenho que trabalhar mais. A princípio na minha área o CUCA dá um suporte legal e aqui eu não trabalho só na área de iluminação eu trabalho na área social a gente vai aprendendo (JOVEM Nº 10).

Mudou na forma de pensar, de ver o lado do outro, porque antes só tinha pensamento voltado para mim, aí eu vi que às vezes eu tinha que me colocar no lugar do outro do que me por em primeiro para saber como lidar em outras situações querendo ou não aqui a gente passa por umas situações novas que a gente não conhece. A gente ver muita criança, crianças que vem até desacompanhada, sendo que muitas vêm com o irmão que vem fazer o curso, mudou tanto porque conheci várias pessoas, mudou tanto que passei a me definir diferente (JOVEM Nº 11).

O CUCA completou, em setembro de 2013, quatro anos de existência, os discursos dos jovens entrevistados reforçam o grande potencial do programa. Embasada pelos relatos identifiquei que, enquanto “espaço de socialização”, o CUCA atingiu plenamente seu objetivo. Os relatos apontam uma nova perspectiva referente à construção de valores assumida pelos jovens, pós- inclusão ao local. Não posso deixar de exaltar a estrutura física do equipamento que permanece cuidada e mantida de forma adequada, demonstrando mais do que um bom gerenciamento, um bom tratamento dado por todos que dele usufruem, os “garotos do CUCA” relatam ter tido acesso a conteúdos não acessíveis a maioria da população e suas falas revelam uma apropriação sentimental do espaço, que se depender deles continuará possibilitando novas experiências a muitos. Citando o compositor Peninha, “quando a gente gosta é claro que a gente cuida” (música “Sozinho”). O CUCA se apresenta de forma promissora para aqueles que conseguem penetrar em seu interior, mas para os jovens dos setores mais pobres da SER I.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Diversão e arte. Para qualquer parte. Diversão, balé.
Como a vida quer. Desejo, necessidade, vontade...”
(Música Comida-Titãs).

Esta dissertação procurou desenvolver uma análise sobre a política pública de juventude implementada pela Prefeitura de Fortaleza por meio do equipamento denominado CUCA. Refletimos sobre o desenvolvimento da política de juventude no Brasil, em especial, em Fortaleza, buscando, pela observação sobre o desenvolvimento histórico desta temática no plano nacional e o reflexo que este causou nas ações locais, identificar sinais de sua efetividade.

Demonstrando as metamorfoses sociais do segmento juvenil no decorrer de nossa história, foi possível comprovar o caráter social desta categoria, que se adapta com suporte nas relações econômicas e cultural do período ou território observado. Juventude é um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma mesma fase da vida.

O Brasil, só recentemente, passou a tratar este segmento como “sujeitos de direitos” e, de forma não linear, identifiquei diversas ações que variam entre características de filantropia e assistencialismo no interior de vários programas estatais. Os anos 2000 trouxeram como principal desafio em relação a este tema a formação de um modelo de políticas públicas que privilegiam a diversidade atribuída a este público.

Em Fortaleza, no período de 2009 a 2012, notamos do Poder Público Municipal uma decisão de agir sobre os problemas causados aos seus jovens. Um cinturão institucional foi montado com este objetivo. Foram criados: órgão centralizador da política, conselho deliberativo, com atribuições de fiscalização e monitoramento, fundo municipal, específico para política de juventude, realização de duas conferências municipais, diversos programas destinados a este público na Lei Orçamentária e um equipamento estruturado fisicamente para atender a demandas de formação, lazer e entretenimento.

Diante das limitações financeiras que todos os governos precisam administrar, a definição dos valores destinados às diversas áreas atendidas é uma sinalização da importância que este quer dar ao setor. Fazendo a comparação entre a previsão orçamentária para a temática juventude e outras áreas desenvolvidas pela PMF, no período supracitado, é possível identificar um tratamento diferenciado dado a esta temática.

No capítulo 4, expus o valor do orçamento da ação “juventude” que foi, aproximadamente, R\$ 251 milhões, ao levantarmos a totalidade destinada à ação “cultura”

constatamos o valor de R\$ 197 milhões (PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, 2009b, 2010b, 2011b, 2012c). Mesmo sendo uma área em processo de expansão, a cultura vem sendo reconhecida a bastante tempo pelos governos brasileiros, em contrapartida, a juventude somente na atualidade foi identificada como segmento que deve ser atendido. Destinar a este, um orçamento superior ao da Cultura sinaliza um tratamento especial dado a este público por parte desta gestão.

Ao debruçar-me sobre o conteúdo dos 13 programas, ofertados no âmbito municipal, notei nos documentos e registros oficiais, que o segmento é situado em condição de fragilidade causada principalmente: pelo modelo econômico adotado nas últimas décadas, que aprofundou significativamente a exclusão social e o crescimento demográfico recente que gerou o fenômeno designado de “onda jovem”.

Outro fator expresso nos relatórios da coordenadoria de juventude é a tentativa da construção de espaços de participação juvenil, segundo os registros todas as ações teriam sido inicialmente definidas em instancias participativas como o OP, conselho municipal e conferências municipais o que posteriormente legitimaria suas execuções.

Conforme demonstrado no capítulo 4, os jovens representam: 29,3% dos fortalezenses, destes 53% são trabalhadores, possuem baixa escolaridade, apenas 28% chegam ao ensino superior e baixo poder aquisitivo e 63% deles ganham até um salário mínimo. Com um público populoso como este é impossível imaginar qualquer mudança social sem sua participação.

Sobre os programas, ainda é possível perceber um corte etário bastante delimitado, todos são dirigidos a jovens de 15 a 29 anos e em sua maioria é feito um corte econômico entre os beneficiados, pois são dirigidos a jovens que atendam a critérios de vulnerabilidade econômica. Fica também explícito o conceito central da política: desenvolvimento integral do jovem, demonstrando uma intenção de trabalhar com a diversidade e pluralidade do segmento, estimulando o protagonismo e desenvolvendo ações que garantam o acesso aos direitos sociais básicos. Esta linha conceitual assemelha-se a desenvolvida no âmbito nacional, visualizada através da análise de registros do Conselho Nacional de Juventude.

A pesquisa constatou uma ausência de articulação entre a coordenadoria de juventude e parceiros importantes no enfrentamento de problemas juvenis, utilizei no capítulo 4, como exemplo, a temática saúde, que em nenhum momento é citada enquanto área de interseção da política de juventude. Esta ausência nos registros documentais sinaliza um distanciamento da coordenadoria das resoluções definidas pelo governo, em relação à gravidez na adolescência ou problemas oriundos do uso indevido de *crack* e/ou outras drogas,

que são temas que devem ser abordados em consonância com a política de juventude, visto que fazem parte do universo dos jovens.

Partindo do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude, apresentado pela PMF, como sendo o programa que acolhe todas as ações que deveriam ser desenvolvidas, mergulhei no universo do CUCA. Através dos relatos pude compreender que o CUCA deveria ser maior que um mero somatório entre vários programas e ações instaurados em seu interior. O CUCA foi elaborado não com a intenção de garantir um condomínio para abrigar as diversas secretarias para executarem ações destinadas aos jovens, foi idealizado para atingir um papel simbólico, para representar um compromisso do governo para com os jovens da cidade.

No documento, que descreve a concepção do CUCA, está exposto como sendo seu objetivo geral – democratizar o acesso da juventude aos equipamentos culturais promovendo a diversidade cultural, o fortalecimento da identidade e do protagonismo e a vivência de experiências de “empoderamento” da população jovem. Através das entrevistas com os idealizadores, gestores e educadores, identifiquei vários outros objetivos atribuídos ao programa - formar jovens conscientes e cidadãos, promover educação para o exercício da liberdade, garantir um espaço de fruição cultural, oferecer qualificação profissional nas áreas de cultura e tecnologia da informação, agir sobre fatores de vulnerabilidade, garantir o direito ao tempo livre, garantir o acesso a atividades culturais e outros. Esta diversidade de objetos, apesar de representarem entre eles uma certa relação conceitual, sinalizam um distanciamento entre os agentes principais da execução da política.

Em alguns depoimentos de educadores e jovens percebeu-se um certo desconforto ao relatarem a ausência dos membros da coordenação de juventude no cotidiano do equipamento. Outro fator identificado que tem relação com a ausência, descrita anteriormente, trata-se da provável inexistência de articulação entre as secretarias da PMF e a equipe do CUCA, os relatos demonstram um desconhecimento sobre a existência de qualquer transversalidade entre as ações da PMF e as do CUCA.

A escolha pela prefeitura em contratar uma OS para gerenciar o equipamento facilitou a superação de entraves burocráticos, porém pode ter criado a formação de dois grupos distintos e autônomos entre si, os profissionais do CUCA e os profissionais da PMF. Por meio das entrevistas, observei uma independência de elaboração e execução das ações no interior do equipamento frente às demais ações municipais.

Baseada nas constatações descritas acima – distanciamento entre os atores principais da execução da política, ausência dos membros da coordenação de juventude no cotidiano do equipamento, inexistência de articulação entre as secretarias da PMF e a equipe

do CUCA e independência de elaboração e execução das ações no interior do equipamento – afirmo que a Prefeitura de Fortaleza não conseguiu garantir transversalidade, integralidade e complementaridade destas com as demais instâncias e setores governamentais.

Entre os diversos atributos dirigidos ao CUCA, a pesquisa possibilitou também visualizar a identificação efetiva do CUCA enquanto “espaço de socialização” atingindo, neste item, plenamente os objetivos desejados. O conteúdo dos educadores, agregado ao conteúdo da entrevista dos jovens revelam um quadro, onde o equipamento é apresentado com sinais de pertencimento e de afetividade, a forma como os jovens identificam mudanças de postura e de valores após frequentarem o CUCA, sinais que expressam esta realização.

Outro aspecto reforçado nas entrevistas, é a percepção de que não foram elaboradas estratégias eficientes para atrair o público mais necessitado. Como não era objeto do estudo não me debrucei sobre uma análise da renda econômica dos frequentadores do equipamento, porém os relatos sinalizam que o público predominante é classe média baixa, composta por jovens que possivelmente já tinham tido algum contato com a área prioritária do equipamento, a cultura, e, devido a isso, achavam-se mais ambientados aos cursos.

Os entrevistados elencam alguns fatores que contribuíram para o distanciamento dos jovens de classe mais baixa. Primeiro, deve-se ao fato de serem ofertados, predominantemente, cursos diurnos, dificultando o acesso dos jovens trabalhadores; em segundo é evidenciado uma comunicação ineficiente para acionar este público, além das reduzidas tentativas de construir uma integração com as comunidades dos diversos bairros do entorno e, por fim, é argumentado o conteúdo dos cursos de formação, prioritariamente, direcionados ao mercado cultural. Se as pesquisas demonstram um alto índice de desconhecimento dos jovens em relação aos produtos culturais brasileiros, este dado também pode ser utilizado para concluirmos o distanciamento deste universo do cotidiano de nossa juventude.

Os jovens relatam que o conteúdo adquirido nos cursos facilita seus acessos a atividades ligadas ao mercado cultural. Se relacionar este fator com o potencial econômico que o setor cultura ocupa em Fortaleza, como visto no capítulo 5, concluo que o CUCA pode atingir o papel de formação para geração de emprego e renda, maior demanda apresentada pelo público jovem, porém reforço a reflexão feita anteriormente, a de que se faz necessária a elaboração de estratégias agregada a uma eficiente comunicação, que facilitem a chegada destes jovens ao equipamento e ele possa funcionar realmente como uma “atração fatal”. Diante do caráter de ser um programa que funciona permanentemente e ser capaz de assumir um grande número de beneficiados, uma sugestão que poderia contribuir com a superação deste fator, seria incluir os jovens egressos de outros projetos sociais executados pela

prefeitura as atividades executadas através do CUCA. Institucionalizando uma rede de atendimento aos jovens.

Ao analisar os dados dos alunos cadastrados no equipamento entre 2009 a 2012, foi possível identificar que o CUCA conseguiu atrair principalmente no último ano, jovens moradores de todos os 15 bairros da SER I, apesar da Barra do Ceará (bairro onde está situado o CUCA) representar 44 % de seus frequentadores, o crescimento no número de pessoas oriundas dos outros bairros sinaliza que o objetivo de alcance territorial vem sendo atingido. Compreendo que com o funcionamento dos outros CUCA's existe possibilidade de ser atendido um grande número de jovens do município.

Os idealizadores, educadores e gestores ao serem questionados sobre o sucesso do programa, todos identificam avanços, compreendem que suas ações estão na direção correta e avaliam que CUCA obteve êxito no cumprimento de seu papel, porém alguns ressentem-se do fato de não haver um acompanhamento sistemático das ações que permitam uma identificação melhor sobre os objetivos atingidos. A construção de um sistema que englobe análises qualitativas e quantitativas sobre os produtos alcançados através do CUCA são demandas expressas em seus discursos.

Sobre o posicionamento dos jovens em relação ao impacto que a frequência ao equipamento gerou em suas vidas, os relatos demonstram uma mudança substancial no cotidiano dos jovens, eles passaram a ter acesso a equipamentos, estrutura e conteúdos que possivelmente não conseguiriam, se não existisse o CUCA. Outro fator importante pra ser ressaltado é construção de uma identidade atribuída aos frequentadores do lugar, os “garotos do CUCA” alimentam afinidades e potencializam relações, fortalecendo uma série de atributos que os diferenciam dos demais jovens. Refletindo a partir das perspectivas, apresentadas pelos onze jovens, tenho capacidade de afirmar que o CUCA realmente modificou suas vidas, potencializando seu presente e seu futuro.

Por fim, expresso a ideia de que compreendo “Políticas Públicas” como uma categoria processual, que se modifica e se altera com origem em demandas da sociedade. Não tive a pretensão, nessa dissertação de elaborar fórmulas ou teorias que me levasse a um modelo exemplar de política pública de juventude, com suporte nas observações que obtive no acompanhamento do CUCA. Minha pretensão restringe-se a uma contribuição pontual, vista a partir de um recorte previamente definido. Acredito que o fortalecimento metodológico e sistemático de análises e avaliações sobre as políticas públicas contribui com a transparência das ações públicas, com a melhoria na utilização dos recursos e tornam mais eficiente o atendimento as demandas da sociedade.

Iniciei este trabalho partindo de um questionamento central: existe uma política municipal de juventude sendo executada em Fortaleza? Ao observar todas as reflexões descritas, as análises desenvolvidas e somar estes elementos ao discurso “apaixonado” dos 20 entrevistados, chego a conclusão que, semelhante ao cenário nacional, Fortaleza vem apresentando sinais de caminhar em direção a consolidação desta política no âmbito municipal, se a sociedade organizada evitar recuos ou retrocessos poderemos verificar num futuro próximo a efetivação desta política. Pois o terreno vem sendo preparado, cabe aos próximos gestores irrigá-lo e em seguida colher seus frutos.

REFERÊNCIAS

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará/Banco do Nordeste, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1983. p. 112-121.

_____. **A juventude é apenas uma palavra**. Entrevista a Anne-Marie Métaillé, publicada em *Les Jeunes et le premier emploi*. Paris: Association des Ages, 1978.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. 454 p. (Série textos básicos, n. 67).

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Decreto n.º 7.492, 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Fome. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jun. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso em: 12 mar. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 maio 1998, retificado em 25 maio 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Emenda Constitucional nº 65, de 13 de janeiro de 2005. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.096, de 13 de julho de 2010. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 25 jul. 2013.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://secretariageral.gov.br/arquivos/guia_juventude.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2013.

BRENNER, Ana Karina; LÂNES, Patrícia; CARRANO, Paulo. A arena das políticas públicas de juventude no Brasil: processos sociais e propostas políticas. **JOVENes** – Revista de Estudos sobre Juventud, ano 9, n. 22, jan./jun. 2004.

CANEVACCI, Massimo. **Culturas eXtremas** – mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

CARRANO, Paulo. Políticas públicas de juventude: desafios da prática. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CARRANO, Paulo C. R.; SPOSITO, Marília P. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Observatório Jovem do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, 2003.

CASTRO, Elisa G. O campo das políticas públicas de juventude e o campo político da juventude: contribuições para a reflexão. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CASTRO, Jorge A. Juventude e políticas sociais. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CASTRO, Maria G. Desafios para quem faz o campo das políticas públicas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

CAVALO de Troia. Wikipédia, a enciclopédia livre. Modificada em: 24 fev. 2015. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cavalo_de_Troia>. Acesso em: 25 fev. 2015.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Boletim para a imprensa**. Disponível em: <<http://www.sspds.ce.gov.br/index.do?tipoPortal=1>>. Acesso em: 17 maio 2013.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galera e o movimento hip hop. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias ressonâncias. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

FERREIRA, Assuero. **Aventura da sobrevivência**: migrações cearenses na década de 1990. Fortaleza: BNB, 2007. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 5).

FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 maio 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Perfil da Juventude em Fortaleza: aspectos socioeconômicos a partir dos dados do censo 2010. **Informe**, Fortaleza, n. 57, abr. 2013.

LEITE, Antonio E. **Política de cultura para a juventude no governo Lula: não é o que não pode ser**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. São Paulo: Vozes, 2012.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

NASCIMENTO, Natália I. Programa Projovem Urbano: anotações sobre escolarização, exclusão social e juventude. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DIÁLOGOS JUVENIS, 1., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2012.

NAVARRO, Ignez P.; SOARES, Swamy P. L. Emancipação, juventude e políticas públicas: o caso do PROJOVEM. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 07 a 10 out. 2007, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2007. (GT: Estado e Política Educacional; n. 5). Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-3528--Int.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: FREITAS, Maria Virgínia de; PARA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

OLIVEIRA, Fabrício A. **Autoritarismo e crise fiscal no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Hucitec, 1995. (Série Teses e Pesquisas).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Políticas públicas DE/PARA/COM as juventudes**. Brasília, 2004.

PAIS, José M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PAIS, José M.; ALMEIDA, Maria Isabel M. **Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Orçamentária Anual**. Fortaleza, 2013a.

_____. **Mensagem à Câmara Municipal**. Abertura da Sessão Legislativa. Fortaleza, 2013b.

_____. **Regionais – regional 1**. Fortaleza, 2013c. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-I>>. Acesso em: 20 maio 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Cadastros anuais de jovens no CUCA Che Guevara**. Fortaleza, 2012a.

_____. **Juntos construindo a Fortaleza Bela 2005-2011**. Coordenação de Nágela Rapôso Alves. Fortaleza, 2012b.

_____. **Lei Orçamentária Anual**. Fortaleza, 2012c.

_____. **Cadastros anuais de jovens no CUCA Che Guevara**. Fortaleza, 2011a.

_____. **Lei Orçamentária Anual**. Fortaleza, 2011b.

_____. **Cadastros anuais de jovens no CUCA Che Guevara**. Fortaleza, 2010a.

_____. **Lei Orçamentária Anual**. Fortaleza, 2010b.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. **CADÚNICO**. Fortaleza, 2010c.

_____. **Cadastros anuais de jovens no CUCA Che Guevara**. Fortaleza, 2009a.

_____. **Lei Orçamentária Anual**. Fortaleza, 2009b.

_____. Plano Plurianual do Município (2010-2013). Lei nº 9.560, 28 de dezembro de 2009. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, 2009c.

_____. **Concepção e desenvolvimento do Cuca**. Fortaleza, 2007a.

_____. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, 20 de abril de 2007b.

_____. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, 13 de dezembro de 2007c.

_____. **Retratos da Fortaleza jovem**. Fortaleza, 2006a.

_____. **Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude (PIPPJ)**. Carta Consulta para o Banco Mundial. Fortaleza, 2006b.

_____. Plano Plurianual do Município (2006-2009). Lei nº 9.044. **Diário Oficial do Município**, Fortaleza, CE, 2005.

_____. **Plano Plurianual do Município (2002-2005)**. Fortaleza, 2001.

PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em Ciências Sociais – trajectos**. Paris: Gradiva, 2008.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RUA, Maria G. **Políticas públicas**. Brasília: Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina/CAPES, 2009.

_____. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria G.; VALADÃO, Maria Izabel. O estudo da política: temas selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Georgia Patrícia Guimarães dos. **A(s) juventude(s) e a construção das políticas públicas no Brasil**: avanços e perspectivas. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

SILVA, José Borzarchiello da. **Fortaleza**: cidade de risco. CEARAH Periferia, 23 out. 2007. Disponível em: <<http://www.cearahperiferia.org.br/2007/10/fortaleza-cidade-de-risco/>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

SILVA, Roberto. **Os filhos do governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1997.

SOUZA, Patrícia L. A. A participação nas políticas públicas de juventude: caminhos trilhados, caminhos a construir. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

SPOSITO, Marília P. Breve balanço sobre a constituição de uma agenda de políticas voltadas para os jovens no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda Carvalho (Orgs.). **Juventude em pauta** – políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2011.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013** – homicídios e juventude no Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 18 maio 2013.

_____. **Mapa da violência 2010** – anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/docs/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumental de identificação de entrevista



Universidade Estadual do Ceará
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – turma 2011.

Pesquisa: CUCA Che Guevara – experiência de política pública municipal de jovens em Fortaleza.

Nome real ou fictício: _____

Idade: _____

Cor/raça/etnia: () branca () negra () amarela () parda () indígena

Naturalidade: _____

Bairro que reside: _____

Com quem reside: _____

sexo: _____

Escolaridade:

Fundamental completo () Fundamental incompleto ()

Médio completo () Médio incompleto ()

Superior completo () Superior incompleto ()

Não alfabetizado () Apenas assina o nome ()

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista de idealizadores

- 1) Como foi a elaboração do programa CUCA?
- 2) O CUCA consegue ser um fator de articulação dos atores e ações da política de juventude da PMF?
- 3) Os jovens participam da definição de cursos, regras, conteúdos dos cursos ministrados?
- 4) Existe alguma interação do CUCA com o conselho municipal de juventude?
- 5) Na sua visão o CUCA vem cumprindo seu objetivo?
- 6) Qual critério para o jovem frequentar o CUCA?
- 7) Os espaços vem cumprindo suas missões?
- 8) O CUCA consegue acessar todos os jovens da Regional I?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista dos jovens

- 1) Como é ser jovem em Fortaleza? desafios e potencialidades.
- 2) Quando começou a frequentar o CUCA?
- 3) Porque se interessou em frequentá-lo?
- 4) Qual sua área de atuação/formação no equipamento?
- 5) Como é sua rotina no CUCA?
- 6) O CUCA consegue ser um fator de articulação dos atores e ações da política de juventude da PMF?
- 7) Como você se sente em relação aos professores e a coordenação do equipamento?
- 8) Você já participou de algum outro projeto com jovens? Se sim, como você o avaliava?
- 9) Os jovens participam da definição de cursos, regras, conteúdos dos cursos ministrados?
- 10) O CUCA consegue atingir os bairros da Regional I?
- 11) Qual o perfil do aluno que frequenta o CUCA?
- 12) Você tem medo de estar no CUCA?
- 13) Existe alguma interação do CUCA com o conselho municipal de juventude?
- 14) Na sua visão precisa modificar algo no CUCA?
- 15) O CUCA causou alguma mudança na sua vida?

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista de educadores e gestores

- 1) Quando começou a trabalhar no CUCA?
- 2) Porque se interessou em trabalhar no equipamento?
- 3) Qual sua área de atuação/formação no equipamento?
- 4) Como é sua rotina no CUCA?
- 5) O CUCA consegue ser um fator de articulação dos atores e ações da política de juventude da PMF?
- 6) Você já participou de algum outro projeto com jovens? Se sim, como você o avaliava?
- 7) Os jovens participam da definição de cursos, regras, conteúdos dos cursos ministrados?
- 8) O CUCA consegue atingir os bairros da Regional I?
- 9) Qual o perfil do aluno que frequenta o CUCA?
- 10) Você tem medo de estar no CUCA?
- 11) Existe alguma interação do CUCA com o conselho municipal de juventude?
- 12) Na sua visão o CUCA vem cumprindo seu objetivo?

APÊNDICE E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Estadual do Ceará
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas – turma 2011.

Aceito participar da pesquisa **Cuca Che Guevara - experiência de política pública municipal de jovens em Fortaleza**, da pesquisadora Nágela Rapôso Alves, aluna do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Fui informado(a) que a pesquisa pretende analisar as ações do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude da Prefeitura Municipal de Fortaleza, desenvolvidas através do equipamento CUCA.

Como participante, na condição de entrevistado(a), serei interrogado(a) com o auxílio de um gravador no tempo máximo de 60 minutos, marcado com antecedência. Sei que tenho liberdade de recusar a participar da pesquisa ou deixá-la a qualquer momento sem que isso traga prejuízo para minha vida pessoal e profissional.

Fui também esclarecido(a) que meu nome não será divulgado nos resultados da pesquisa e as informações que darei serão utilizadas somente para os propósitos da pesquisa.

Fortaleza, de de 2013.

Assinatura da pesquisadora

Assinatura do(a) entrevistado(a)